

# **SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA E ACESSIBILIDADE DIGITAL: A EXPERIÊNCIA DE ESTUDANTES BRASILEIROS DO ENSINO MÉDIO**

**Lucas Augusto da Silva**

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Doutora Maria de Lurdes da Fonseca

Coorientador: Prof. Doutor Diego Jair Vicentin

Dissertação para obtenção do grau de  
Mestre em Sociologia

Lisboa  
2018

[WWW.ISCSP.U LISBOA.PT](http://WWW.ISCSP.U LISBOA.PT)

# **SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA E ACESSIBILIDADE DIGITAL: A EXPERIÊNCIA DE ESTUDANTES BRASILEIROS DO ENSINO MÉDIO**

Lisboa  
2018

[WWW.ISCSP.U LISBOA.PT](http://WWW.ISCSP.U LISBOA.PT)

## Agradecimentos

Já que a vida é essa “agitação feroz sem finalidade” de Manuel Bandeira, mas sendo “necessário ter a modéstia de viver” como quis Clarice, humildemente torno pública minha gratidão aos - a quem prefiro chamar de - coautores do trabalho o qual agora dou à luz.

À Katia Cristine, fiel patrocinadora da minha perene utopia.

Aos orientadores amigos, Diego e Maria de Lurdes, pelas palavras de providência incomparável.

Às instituições parceiras, pela compreensão, presteza e disponibilidade.

Às companheiras e companheiros que diretamente contribuíram com a mais generosa solidariedade para que a pesquisa viesse ao mundo: Bruna Siqueira, Sabrina Santinelli, Renatinha Kawabe, Leandro Minervino e Samara Azevedo, pela overdose de otimismo com que regou o meu jardim de lamúrias.

Às almas irmãs que deram sentido à minha passagem por Lisboa até então.

Todos(as) eles(as) (nós), uma vez vivos, a consolidar a imperfeita profecia de Drummond: “tantos pisam este chão que ele talvez / um dia se humanize”.

## Epígrafe

### *DESTRUIÇÃO*

*A coisa contra a coisa:  
a inútil crueldade  
da análise. O cruel  
saber que despedaça  
o ser sabido.*

*A vida contra a coisa:  
a violentação  
da forma, recriando-a  
em sínteses humanas  
sábias e inúteis.*

*A vida contra a vida:  
a estéril crueldade  
da luz que se consome  
desintegrando a essência  
inutilmente.*

Orides Fontela

## Resumo

O presente trabalho, que toma a forma de um estudo de caso descritivo, visou estudar a relação entre socialização política e acessibilidade digital em estudantes brasileiros do Ensino Médio da cidade de São Caetano do Sul, município digitalmente mais incluído do país.

Neste encaixe, a pesquisa foi norteada pela enunciação de três hipóteses, que sugeriam acerca do impacto do grau de acessibilidade digital sobre a influência dos agentes de socialização política (tipo e importância relativa), a orientação e a participação política dos jovens.

Um inquérito por questionário foi aplicado junto de 123 jovens de três instituições de ensino, tendo sido a amostra compatível com a distribuição etária e de gênero do universo de referência. Como esperado, os jovens inquiridos caracterizaram-se por médios a elevados níveis de acessibilidade digital, sendo residual a percentagem de jovens caracterizados por níveis de acessibilidade digital baixa.

Constatou-se que os jovens apresentam um grande interesse face à tecnologia digital e suas inovações bem como um desinteresse pela participação política, particularmente a institucionalizada. Constatou-se também que a família e a televisão persistem como agentes de socialização apercebidos pelos jovens como especialmente influentes, ao contrário da religião.

Ademais, embora não tenha sido possível relacionar o nível de acessibilidade digital dos jovens com a relevância dos agentes de socialização política, a sua orientação e participação políticas, conclui-se que a maioria dos jovens questionados manifestou afastamento dos espaços institucionais da política, algo refletido no baixo percentual de indivíduos que possuem título de eleitor, bem como na escassa afinidade com os partidos políticos.

**Palavras-chave:** socialização política; acessibilidade digital; *Internet*; infotelecomunicações.

### **Abstract**

The present work, which takes the form of a descriptive case study, was aimed to analyze the relationship between political socialization and digital accessibility in Brazilian high school students in the city of São Caetano do Sul, the country 's most digitally included municipality.

In this regard, the research was guided by the enunciation of three hypotheses, which suggested the impact of the degree of digital accessibility on the influence of agents of political socialization (type and relative importance), the orientation and political participation of young people.

A questionnaire survey was applied to 123 youngsters from three educational institutions, and the sample was compatible with the age and gender distribution of the reference universe. As expected, the young respondents were characterized by means to high levels of digital accessibility, being residual the percentage of young people characterized by levels of low digital accessibility.

It was found that young people have a great interest in digital technology and its innovations as well as a lack of interest in political participation, particularly institutionalized participation. It has also been found that family and television persist as agents of socialization perceived by young people as especially influential, unlike religion.

Moreover, although it was not possible to relate the level of digital accessibility of young people to the relevance of political socialization agents, their political orientation and participation, it is concluded that the majority of young people questioned expressed a withdrawal from the institutional spaces of politics, something reflected in the low percentage of individuals with voters' titles, as well as in the lack of affinity with political parties.

**Keywords:** political socialization; digital accessibility; Internet; infotelecommunications.

## ÍNDICE

<b>Resumo</b> .....	<b>V</b>
<b>Abstract</b> .....	<b>VI</b>
<b>Introdução</b> .....	<b>10</b>
<b>Capítulo 1</b> .....	<b>11</b>
1.1. O conceito de socialização.....	11
1.2. O conceito de socialização política.....	15
1.3. A relação entre a socialização política e os meios de comunicação .....	23
<b>Capítulo 2</b> .....	<b>26</b>
2.1. <i>Acessibilidade digital</i> : dimensão binária .....	26
2.2. <i>Acessibilidade digital</i> : dimensão multifacetada .....	27
2.3. As políticas públicas no paradigma da desigualdade de acesso .....	33
2.4. As relações entre acessibilidade digital e socialização política: o papel das <i>infotelecomunicações</i> .....	35
2.5. A relação entre socialização política e acessibilidade digital nas investigações sociológicas contemporâneas .....	38
<b>Capítulo 3</b> .....	<b>42</b>
3.1. Estratégia metodológica: decisões, limites e virtuosidades .....	42
3.1.1. Seleção do caso em estudo.....	43
3.1.2. Etapas metodológicas.....	46
3.2. Apresentação de resultados.....	51
3.3. Discussão dos resultados: conclusões, contributos e proposições teórico- metodológicas .....	74
<b>Conclusão</b> .....	<b>78</b>
<b>Referências bibliográficas</b> .....	<b>83</b>
<b>Apêndice 1 - Questionário</b> .....	<b>90</b>

## ÍNDICE DE IMAGENS

Figura 1 - Diagrama de Acessibilidade Digital.....	30
Tabela 1 - Paradigma da inacessibilidade vs. Paradigma da desigualdade.....	32
Tabela 2 - Fatores de decisão para a estratégia metodológica .....	42
Tabela 3 - Dados socioeconômicos e demográficos de São Caetano do Sul.....	44
Tabela 4 – Construção do Modelo de Análise: Conceitos, Dimensões e Indicadores....	48
Tabela 5 - Escala de avaliação de influência na formação política .....	60
Tabela 6 – Cruzamento entre IAD e Influência da Religião.....	61
Tabela 7 – Cruzamento entre IAD e Influência dos Professores .....	62
Tabela 8 – Cruzamento entre IAD e Influência dos Professores .....	63
Tabela 9 - Frequência de utilização dos veículos de comunicação .....	65
Tabela 10 - Distribuição da amostra por websites acessados frequente ou muito frequentemente.....	66
Tabela 11 - Distribuição da amostra segundo opinião sobre impacto da internet no conhecimento político .....	68
Tabela 12 - Distribuição da amostra pela detenção de título de eleitor .....	72
Tabela 13 – Cruzamento IAD com Posse de Título de Eleitor.....	72
Tabela 14 - Distribuição da amostra segundo opinião sobre o impeachment de Dilma Rousseff .....	74
Gráfico 1 – Distribuição da amostra por rendimento familiar.....	53
Gráfico 2 - Rendimento familiar   Distribuição por Instituição .....	53
Gráfico 3 - Distribuição da amostra pela escolaridade da mãe.....	54
Gráfico 4 - Distribuição da amostra pela escolaridade do pai .....	54
Gráfico 5 - Distribuição da amostra pela quantidade de computadores em casa.....	55
Gráfico 6 - Distribuição da amostra pela qualidade da internet em casa.....	55
Gráfico 7 - Distribuição da amostra pela posse de celular próprio.....	56
Gráfico 8 - Distribuição da amostra pela disponibilidade de internet no celular.....	56
Gráfico 9 - Distribuição da amostra pela qualidade da internet no celular.....	56
Gráfico 10 - Distribuição da amostra pela utilização de internet fora do domicílio.....	57
Gráfico 11 - Distribuição da amostra pelo Índice de Acessibilidade Digital .....	58
Gráfico 12 - Distribuição da amostra segundo influência dos agentes informais de socialização política (consultas em decisões).....	59
Gráfico 13 - Distribuição da amostra segundo influência dos agentes informais de socialização política (abordagem de assuntos políticos) .....	59
Gráfico 14 - Distribuição da amostra segundo influência dos agentes informais de socialização política (concordância em assuntos políticos).....	60
Gráfico 15 - Distribuição da amostra segundo interesse por política .....	64
Gráfico 16 - Distribuição da amostra segundo interesse por novas tecnologias.....	65
Gráfico 17 - Distribuição da amostra segundo confiança e imparcialidade das notícias sobre política na Internet.....	66



Gráfico 18 - Distribuição da amostra segundo preferência pela Internet em comparação a outro meio de comunicação .....	67
Gráfico 19 - Distribuição da amostra segundo a eficácia da Internet em aproximar os jovens das questões políticas nacionais e locais .....	67
Gráfico 20 - Distribuição da amostra segundo a eficácia da Internet em favorecer a atuação política e o exercício da cidadania.....	68
Gráfico 21 - Distribuição da amostra por tolerância com diferenças políticas.....	69
Gráfico 22 - Distribuição da amostra segundo opinião sobre descumprimento de regra injusta.....	70
Gráfico 23 - Distribuição da amostra segundo opinião sobre suspensão de direitos pelo governo .....	70
Gráfico 24 - Distribuição da amostra por confianças nas instituições políticas .....	71
Gráfico 25 - Distribuição da amostra por crença em sua própria participação política..	73

## Introdução

A presente dissertação objetiva avaliar eventuais intersecções entre os conceitos de socialização política e acessibilidade digital, a partir de um referencial teórico amparado nos clássicos expoentes de diferentes campos do conhecimento e dos mais recentes estudos que relacionam o papel comunicacional da *internet* na contemporaneidade.

O processo de socialização é um tema caro tanto à sociologia quanto à psicologia. No primeiro caso, busca-se analisar os fenômenos socioculturais que permitem a inserção do indivíduo dentro dos limites normativos convencionados socialmente; no segundo, pretende-se dar enfoque às recepções e internalizações (in)conscientes que o próprio sujeito tem das normas sociais.

Em qualquer das abordagens epistemológicas, a comunicação aparece como instrumento inerente à sucessão daquele processo. Isto é, somente quando emissor e receptor encontram solo comum (a linguagem) para sua interação é possível exercer o que Berlo (1985) atribui ser o principal objetivo do comunicar-se: influenciar o ambiente circundante.

É precisamente isto que dota de relevância as investigações das Ciências Sociais que têm por interesse nuclear os efeitos das *infotelecomunicações* nas atuais interações humanas. O desenvolvimento de novas tecnologias de informação e comunicação alteram não só o meio através do qual determinadas mensagens são transmitidas, mas também o próprio efeito que elas produzem. Mais do que isso, modificam ainda o próprio discurso emanado e produzem uma potencial forma de percepção da realidade diferente da que havia (ou poderia existir) sem as peculiaridades da comunicação virtual.

Partindo desta consciência, o trabalho ora apresentado intenciona responder à seguinte questão de partida: como o grau de acessibilidade digital dos estudantes do Ensino Médio influencia em seu processo de socialização política? A partir desta, temos por objetivo geral da pesquisa analisar os aspectos referentes às relações entre a inclusão digital e a absorção de normas políticas pelos jovens e, como objetivos específicos, avaliar de que modo o acesso às infotelecomunicações modifica o interesse, a orientação e a participação política (institucional e não institucional) daquele público, bem como a influência dos agentes de socialização.

## Capítulo 1

### 1.1. O conceito de socialização

A socialização compreende o processo de transmissão de normas sociais a um indivíduo e sua correspondente internalização. Conforme enunciou o sociólogo Norbert Elias, a socialização constitui uma das faces da moeda em cujo verso está a individualização (Elias, 1983).

Pedro Abrantes, ao buscar construir uma teoria contemporânea de socialização, constrói o liame entre as noções de socialização e subjetivação da seguinte forma:

...a participação regular em práticas sociais constitui um espaço privilegiado para os indivíduos desenvolverem competências, relações, identidades e disposições, assim como incorporarem representações do mundo e de si mesmo (Giddens, 1984; Bourdieu, 1987). Por duas razões: por um lado, com os seus materiais, símbolos e protocolos próprios, as práticas possuem uma ‘lógica interna’, cimentada ao longo do tempo e que vincula as ações dos sujeitos às estruturas sociais (e às respectivas condições de existência); por outro lado, a participação regular implica aceitar e interiorizar essa lógica, impulsionando o desenvolvimento de disposições corporais, mentais e emocionais afins, em grande medida inconscientes e performativas, assim como o sentimento de pertença a uma comunidade e o reconhecimento de um papel específico no seu interior (Abrantes, 2011: 125).

No campo da Psicologia, Jean Piaget consolidou sua noção de socialização baseada em dois momentos distintos: a assimilação e a acomodação. No primeiro, o indivíduo tenta modificar o ambiente em que vive para satisfazer suas vontades subjetivas; no segundo, ao contrário, o sujeito modifica a si próprio para se harmonizar com o ambiente ao seu redor (Piaget, 1994).

Influenciado pela dinâmica apresentada por Piaget, Lawrence Kohlberg (1969) apresentaria sua própria concepção teórica da internalização das normas sociais pelo indivíduo, o que, segundo o próprio autor, constituiria uma teoria do desenvolvimento moral pela qual o sujeito atravessa três níveis de evolução, tendo início nas noções de obediência e punição, passando então a uma orientação moral e o curso se completa com um envolvimento contratual-legalista.

O trabalho de Sigmund Freud, por sua vez, ao tratar especificamente da reverberação que as normas sociais produzem no inconsciente individual, em sua formulação triangular sobre a mente humana, chamou de “superego” a camada de absorção do mundo de fora do ego, afetada pela influência cultural, e cuja função é moralizar e censurar inconscientemente as tendências egocêntricas do Eu, de modo a

representar “uma formação reativa enérgica” contra as escolhas objetais do Id (Freud, 2006).

Sob uma perspectiva sociológica, focada sobretudo nos fatos e fenômenos normativos assentados coletivamente que reverberam na intimidade individual do sujeito, a partir de um processo de internalização de tais normas, a socialização aparece como núcleo do interesse científico já desde a tradição teórica disseminada por Émile Durkheim. Para o sociólogo francês, a sociedade constrói uma série de dogmas funcionais e a socialização é um processo intermediário, cuja operacionalidade busca a transmissão coercitiva-institucional de tais normativas de uma geração para outra. Os fatos sociais “consistem em maneiras de agir, de pensar e de sentir, exteriores ao indivíduo, e que são dotadas de um poder de coerção em virtude do qual esses fatos se impõem a ele” (Durkheim, 2007: 3), de modo que a socialização constitui a incorporação dos fatos sociais mediada pela coerção.

Desta forma, é possível concluir que Durkheim apresentava uma concepção coercitiva da noção de socialização, sugerindo que, a partir de uma determinada coação social (por meio de uma punição imposta ou mesmo pela impossibilidade de se comunicar com os conviventes), seria possível ao ser humano compreender que o hábito coletivo a que está conectado é dotado de mais importância do que seus impulsos (Durkheim, 2007).

Uma relevante contraposição ao argumento durkheimiano viria de Georg Simmel. Enquanto Durkheim pensava a socialização enquanto um processo verticalizado com camadas hierárquicas, Simmel acreditava que toda forma de associação poderia influenciar o processo de socialização do indivíduo. Assim, concluiu que as interações de cariz horizontal, ou seja, entre indivíduos que não possuem grau de influência *a priori* um sobre o outro, também modificam a forma em que se dá sua socialização, tal como assevera Frédéric Vandenberghe ao analisar os métodos sociológicos de Georg Simmel (Vandenberghe, 2005). Sua descrição conclui que o pensador alemão descreve uma série de interações interpessoais em busca de uma característica transversal que lhe permita propor uma teoria sobre a essência fundamental dos fenômenos sociais.

Ainda a partir das teorias sociológicas clássicas, os trabalhos de Karl Marx permitirão concluir que a socialização se estabelece por mecanismos de reprodução social. Com efeito, Friedrich Engels destacou que o conceito nuclear das bases

fundamentais marxianas é o de reprodução social, contrariando todos aqueles que acreditam ser somente o aspecto econômico que determinaria a divisão societal (Engels apud Fernandes, 1989).

A ideia é a de que as instituições tradicionais de recepção do indivíduo pela sociedade, materializadas primordialmente na família, na escola e na religião, mais do que incutir na memória do receptor determinadas normativas convencionadas coletivamente, necessitam ainda prepará-lo para assumir uma posição pré-determinada, anterior mesmo à sua concepção, de modo a moldar sua existência às demandas produtivas sociais.

Destarte, no capitalismo, o cerne do processo de socialização enquanto reprodução social é mesmo a manutenção da lógica produtiva, dicotomizada entre capitalista (proprietário dos meios de produção) e trabalhador (portador da mão-de-obra ou força de trabalho), e cujo resultado almejado é a conservação dos indivíduos em suas classes originais. Para Marx e Engels, a socialização seria a reprodução das ideias da classe dominante, de modo a perpetuar a divisão social do trabalho:

Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe que é o poder *material* dominante numa determinada sociedade é também o poder *espiritual* dominante. A classe que dispõe também dos meios da produção material dispõe também dos meios da produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles aos quais são negados os meios de produção intelectual está submetido à classe dominante. (Marx & Engels, 1998: 48)

Deste modo, ao estabelecer a ideologia dominante, a classe detentora dos meios de produção determina as normas que devem ser transmitidas aos membros de uma dada sociedade, de maneira a torná-los subservientes à finalidade produtiva de sua classe social. Em contrabalanço, Marx sugeriu o estabelecimento de uma consciência de classe que poderia emancipar os trabalhadores de sua posição passiva.

É verdade que tanto Durkheim quanto Marx identificaram, dentro do sistema social, mecanismos de reprodução de valores e normas coletivas de uma geração a outra, bem como em relações aparentemente horizontais. O segundo, contudo, ao analisar especificamente a sociedade burguesa capitalista, atualizou o debate funcionalista ao (i) reconhecer criticamente as bases deste sistema, (ii) apresentar suas fissuras e (ii) propor caminhos para a resistência à reprodução.

Pierre Bourdieu, em *O Poder Simbólico*, formula uma teoria que coloca como núcleo do processo de reprodução social a estrutura simbólica que, por ser irreconhecível e eufêmica, encaminha as bases para a atualização das relações de poder, sem alterá-las (Bourdieu, 1989).

A instância simbólica do poder tem por substância primordial deixar ocultas as reais finalidades para as quais estão a serviço os processos comunicacionais, revelando-se somente enquanto mecanismos inconscientes da reprodução das relações de poder através do trabalho pedagógico, como destacam Bourdieu e Passeron (1975).

Verifica-se, portanto, que a educação, segundo os autores franceses, se trata de um sistema de transmissão inconsciente de determinadas regras, sem que se abra caminhos para sua transformação.

Nas investigações empreendidas por Bourdieu e Passeron, a ênfase enquadrada é o sistema de ensino francês, a partir de bases teóricas que flertam com a tradição marxista. Para além do diagnóstico, os autores propõem ainda conceitos que permitem sistematizar o processo de socialização enquanto reprodução social. Os seguintes, segundo Cot e Mounier (1974), seriam os mais relevantes: *habitus* e *trabalho pedagógico*.

O *habitus* é entendido como um conjunto duradouro e transponível de esquemas comuns de pensamento, de percepção, de apreciação e de ação. O trabalho pedagógico consiste em transformar duradoura e sistematicamente os indivíduos, inculcando-lhes esse *habitus*. (...) O *habitus* de um grupo é o fundamento mais oculto, mas mais seguro, da sua integração (Cot & Mounier, 1974:323).

O *trabalho pedagógico*, portanto, em Bourdieu e Passeron, tendo como finalidade a socialização de um determinado *habitus*, é tanto mais bem-sucedido quanto menos evidente e mais organicamente absorvido pelos receptores, uma vez que atua de forma a disseminar organicamente uma determinada visão de mundo (ideologia historicamente orgânica).

Machado (1980:3) parece concordar com tal percepção, já que afirma o seguinte:

quanto mais os atores restantes do sistema aceitem formal e substantivamente o regime que assegura a dominação, menos os atores dominantes terão de participar do governo; inversamente, quanto menos o regime for aceito, mais os atores dominantes se esforçarão por manter o controle direto do governo. (...) A reprodução bem-sucedida de dominação requer, entre outras condições, legitimação ideológica, que por sua vez requer a reprodução bem-sucedida da ideologia política dos atores dominantes do sistema, através do processo de socialização política.

## 1.2. O conceito de socialização política

Se a socialização é compreendida enquanto processo de transmissão de normas sociais, mediado precipuamente pelos mecanismos de comunicação, a socialização política se traduz nas formas de difusão que recaem sobre a transferência de uma dogmática política estabelecida (anterior à própria existência do receptor) que visa ao desenvolvimento de competências do sujeito para o exercício da cidadania.

Destarte, Paula do Espírito Santo identifica o seguinte:

A socialização política traduz-se num caminho ou percurso que de forma natural, ou seja, de maneira corrente e informal envolve o indivíduo a partir do nascimento e termina com sua morte, proporcionando a sua integração e capacitando-o de instrumentos de envolvimento e actuação sócio-política que lhe permitam desenvolver sua capacidade de cidadania (do Espírito Santo, 2006:120).

Gabriel Almond (1990), por sua vez, propõe uma definição de socialização indissociável da noção de cultura política. Para o sociólogo norte-americano, a socialização é o processo que explica a formação dos valores políticos, enquanto a cultura se centra em sua transmissão intergeracional.

O autor, ao discorrer sobre as características dos sistemas políticos do Ocidente, informa ainda que todo sistema político está incorporado em um padrão particular de orientação para a ação política, ou seja, em uma estrutura político-cultural (Almond, 1956), mas ressalva que (i) a cultura política não coincide com a noção de sistema político, e que (ii) a cultura política não se confunde com a cultura em geral de uma dada sociedade. Ao fundamentar a primeira advertência, Almond, a título ilustrativo, sugere que os sistemas políticos anglo-americanos, ainda que preservem peculiaridades entre si, são todos eles partes de uma mesma e homogênea cultura política, uma vez que compartilham os mesmos meios e fins políticos.

Em outro artigo, Almond concluiria que, no que se refere ao rigor e à estabilidade de uma dada cultura política, em que pese a satisfação política – tais como confiança nas instituições políticas e em seus representantes – seja bastante tendente a oscilação de acordo com a performance das lideranças políticas, as crenças e valores políticos são mais rígidos, o que explicaria, por exemplo, a enorme resistência dos povos da Europa Oriental à adesão voluntária ao comunismo após a Revolução Russa (Almond, 1990).

No que se refere ao processo de socialização enquanto passível de dicotomização entre bem ou malsucedido, Easton e Dennis propõem o conceito de *eficácia política* (*political efficacy*) de modo a refletir a busca, por meio daquele processo, de uma certa coesão social.

Um importante mecanismo de resposta pelo qual os sistemas políticos tipicamente procuram evitar sérios declínios no grau de suporte para um regime consolidado pode ser encontrado nos processos de socialização política. Toda sociedade introduz seus membros desde muito cedo. (...) ‘Normas’ nós consideramos ser expectativas sobre a maneira pela qual as pessoas se comportam ou se comportarão.<sup>1</sup> (Easton & Dennis, 1967: 25)

A partir daí, Easton e Dennis indicam haver três dimensões da acepção de eficácia política: (i) *normativa*, traduzindo-se na disposição e sentimento do indivíduo de efetividade e auto capacidade na esfera política; (ii) *sentimental*, sendo a construção de um mapa psíquico do mundo político, a partir da crença de que os outros autores do ambiente político receberão a mensagem emitida; e (iii) *comportamental*, ou seja, a possibilidade real de influenciar o curso dos eventos e manipular seu próprio destino político.

O teórico que primeiro buscou sistematizar o conceito de socialização política enquanto ponto de partida de sua compilação teórica foi o estadunidense Herbert Hyman no livro *Political socialization: a study in the psychology of political behavior* em 1969.

Hyman inaugura a visão de que o processo de socialização se inicia com o nascimento do sujeito, afastando a hipótese de que a infância seria uma fase pré-política e que, somente quando adulto, o indivíduo toma então consciência de seus direitos e deveres políticos, de modo que pode atuar nesta instância de poder.

A recente e sistemática discussão sobre a socialização das crianças não aborda uma única referência ao problema, virtualmente insinuando que política deve ser tratada como um evento abrupto da vida adulta, o que muito difere de outros processos de desenvolvimento que têm sido estudados reiteradamente por investigadores (Hyman, 1969:18).<sup>2</sup>

A premissa teórica de Hyman direcionará a ampla investigação apresentada no livro infracitado, no qual é apresentado um conjunto de cruzamento de dados que busca

---

<sup>1</sup> Tradução livre do mestrando. No original: “A major response mechanism through which political systems typically seek to avert any serious decline in the level of support for an existing regime is to be found in the processes of political socialization. Every society introduces its members very early in the life cycle. (...) ‘Norms’ we take to be expectations about the way people do or will behave.”

<sup>2</sup> Tradução livre do mestrando. No original: “The recent systematic discussion of socialization by Child does not have a single reference to the problem, virtually implying that politics has been treated as an abrupt event of adult life, quite diferente from other developmental processes that have been studied again and again by investigators”



avaliar a socialização política de crianças e adolescentes em diferentes contextos socioculturais.

Influenciados pela escola interacionista, Annick Percheron *et al* (1993) identificam a socialização da seguinte forma:

A socialização toma então a forma de um evento, um ponto de encontro ou um compromisso entre as necessidades do indivíduo e os valores dos diferentes grupos com os quais ele se relaciona, em determinado contexto do sistema social e político. Em qualquer socialização, há uma parte mais ou menos importante de criação. Em outro nível, a ideia de interação se reabilita, com valores, normas e regras, representação e imagens. A socialização é também o desenvolvimento de uma certa representação do mundo e, dentro dele, da política (Percheron *et al*, 1993:33).<sup>3</sup>

Em sua pesquisa, a socióloga francesa busca averiguar qual o conhecimento ou contato que as crianças possuem sobre um vocabulário especificamente utilizado no ambiente político, concluindo que há uma absorção relevante dos conceitos políticos pelas crianças, o que reverbera em sua formação ideológica e representação política.

Cot e Mounier (1974:306-315) sintetizam as escolas sociológicas que se debruçaram sobre o conceito de socialização política e identificam duas grandes vertentes, as quais, se aglutinadas à nossa contextualização teórica até aqui, poderiam ser referências como (i) a tradição americana e (ii) a tradição francesa.

Os autores informam que, a partir dos estudos que tomaram lugar nos Estados Unidos da América, “na perspectiva de um sistema implantado, a função da socialização política consiste em assegurar a perpetuação do sistema político através de gerações. Pela socialização, o sistema inculca nas novas gerações os valores e o comportamento político das gerações anteriores, a fim de assegurar a reprodução permanente” (Cot & Mounier, 1974:306). E concluem que tais referências paradigmáticas entendem qualquer perspectiva de mudança política como uma patologia no processo de socialização.

Retomando David Easton (1967), um dos críticos da tradição funcionalista norte-americana, os autores franceses informam que estas bases referenciais são bastante controversas, listando dois motivos para tal: o primeiro insinua que uma geração pode

---

<sup>3</sup> Tradução livre do autor. No original: “*La socialisation prend alors figure d'événement, de point de rencontre ou de compromis entre les besoins et les désirs de l'individu et les valeurs des différent groupes avec lesquels il entre en la relation à tel moment de la vie du système social et politique. Dans toute socialisation, il y a une part plus ou moins importante de création. À un autre niveau, l'idée d'interaction réhabilite, auprès des valeurs, des normes et des règles, les représentations et les images. La socialisation, c'est aussi le développement d'une certaine représentation du monde, et, dans ce monde, du politique*”.

recusar-se a reproduzir seus princípios políticos à geração posterior (tal com a burguesia russa do pós-revolução soviética e a própria geração norte-americana do movimento *student protest* contra a Guerra do Vietnam); além disso, em uma sociedade que não apresenta coesão e estabilidade social, não haveria motivo para reproduzir suas bases políticas.

A escola francesa, que encontra em Percheron uma de suas maiores referências, tentou adaptar o modelo norte-americano para as investigações sociológicas em ambiente europeu, atentando, porém, principalmente, às críticas introduzidas por David Easton, mas é a partir dos estudos de Baudelot e Establet e de Bourdieu e Passeron (Cot & Mounier, 1974) que há uma atribuição relevante ao conceito de socialização política a nível sociológico: a noção de reprodução social.

Hyman ainda sugere que a socialização política poderia ser investigada a partir de duas subdimensões de variáveis: (i) participação política e (ii) orientação política. A primeira estaria ligada ao envolvimento direto do indivíduo nas questões sociopolíticas locais e nacionais, como participação em manifestações, exercício do direito de voto e interesse nos pleitos eleitorais. A segunda dimensão poderia ser demonstrada a partir de um espectro ideológico graduado entre tendências autoritárias vs. democráticas, liberais vs. conservadoras, direita vs. esquerda.

No que se refere à primeira dimensão, Martins sintetiza o conceito de participação política em dois amplos nichos de abordagem:

“De acordo com concepções mais radiais da democracia, a participação é entendida como instrumento da realização plena do cidadão na comunidade social e política, ao passo que as concepções mais moderadas sustentam novas formas de concretização do ideal participativo defendendo, para o efeito, o uso do referendo, a dinamização das pequenas comunidades, o governo local e a descentralização política e administrativa” (Martins, :2004:41).

Outra formulação conceitual que é bem-vinda neste tópico aparece nos estudos de Sidney Verba. Para ele, a participação política seria um conjunto de comportamentos legais que objetivam influenciar a atuação do cidadão, independentemente do êxito de suas demandas (Verba *et al*, 1987).

Em contraposição ao argumento de Verba, Peter Bachrach e Aryeh Botwinick insistem na necessidade de incluir o sucesso da influência popular na equação para determinar a ideia de participação, que englobaria, portanto:

“as ações através das quais os indivíduos, grupos e organizações, integrados numa determinada estrutura política, exercem efetivamente poder com vista a influenciar o resultado da ação política” (Bachrach & Botwinick, 1992:57).

Ao analisar a implementação do orçamento participativo na cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul (Brasil), Boaventura de Sousa Santos atenta para a necessidade de manutenção de uma cultura de participação política para além da mera prática rotineira de deliberação de determinados aspectos da vida pública:

“A cultura política da participação e da solidariedade é uma cultura de contra-corrente nas sociedades em que domina o individualismo possessivo e mercantilista que o neoliberalismo tem levado ao paroxismo. (...) Para se manter e aprofundar, a cultura da participação e da solidariedade tem de se ver servida por um projecto pedagógico ambicioso que envolva o sistema educativo no seu todo, os serviços públicos e sobretudo o terceiro sector” (Santos, 2002:120).

Ainda nesta temática, vale ressaltar que há diferentes formas de participação política do cidadão, as quais dividiremos em dois subgrupos de avaliação. O primeiro consiste na interferência do indivíduo nos processos políticos já instaurados e convencionais. Para Martins, esta seria uma forma de participação política normativa (ou, como preferimos, institucional, uma vez que se refere à influência dos cidadãos nas instituições políticas consagradas. Neste sentido:

“Do ponto de vista normativo, [as formas de participação política] associam-se aos direitos inscritos na ordem legal que conferem aos indivíduos a possibilidade de intervenção no processo político (exs.: direitos de voto, de associação de reunião, de manifestação, de candidatura a cargos electivos, de iniciativa legislativa), pelo que, nestes termos, a atividade política expressa a utilização desses direitos” (Martins, 2004:255).

A segunda forma de participação política não constrói suas bases apenas nos direitos políticos atribuídos a cada cidadão, mas primordialmente ao seu exercício pleno, com realce às experiências fora do âmbito institucional (o que doravante chamaremos de participação política não institucional).

Boaventura de Sousa Santos sugere que a democracia em sua insígnia de participação política só se estabelecerá quando “incidir tanto na actuação estatal de coordenação como na actuação dos agentes privados, empresas, organizações não governamentais, movimentos sociais cujos interesses e desempenho o Estado coordena”. E completa: “não faz sentido democratizar o Estado se simultaneamente não se democratizar a esfera não estatal” (Santos, 2006:346).

Para sintetizar estes dois paradigmas das formas de participação, institucional e não institucional, nos valem das diferenciações desenvolvidas por Anthony Birch. De

acordo com o britânico, a participação política institucional se refere ao exercício do direito de voto (em eleições locais, nacionais, e em referendos e plebiscitos), às atividades de campanha eleitoral, à pertença a organizações partidárias e à participação na implementação de políticas públicas (Birch, 1993).

Já a participação não institucional se refletiria na adesão a grupos de pressão e associações alheias ao processo eleitoral, na intervenção política por meio de greves e boicotes, na desobediência civil e no envolvimento em manifestações de rua (Birch, 1993).

No que se refere às pesquisas empreendidas para avaliar a evolução do nível de interesse na participação política institucional, Herbert Hyman destaca que, na medida em que o tempo passa, o empenho das crianças para acompanhar as campanhas eleitorais vai gradualmente aumentando. A título ilustrativo, uma das investigações científicas abordadas informa que o percentual de crianças de nove anos que não nutrem interesse pelas eleições norte-americanas de 1952 era de 35%; já nas crianças de doze anos, este número reduziu para 22% (Hyman, 1969:41). Em outro estudo, agora na Suécia, verifica-se que a participação ativa em organizações políticas dos inquiridos de dezesseis a dezessete anos incompletos atingia meros 4,8%; no adultos de mais de 21 anos completos, este percentual chegou a 11,4% (Hyman, 1969:44).

Explorando a segunda dimensão, qual seja, a que se refere à orientação política, Hyman (1969:46) identifica, a partir da análise dos percentuais de inquiridos indecisos sobre determinados assuntos políticos (dentre eles, intervenção e controle do governo em interesses econômicos, a noção de luta de classes e o direito à greve), que também há uma tendência regressiva: por exemplo, 21% dos respondentes de nove anos informaram indecisão sobre o reconhecimento da luta de classes, enquanto apenas 12% daqueles que possuíam doze anos responderam da mesma maneira. Há, portanto, uma maior disposição para se posicionar em relação a determinados assuntos políticos durante o progresso etário.

O cientista estadunidense irá ainda sugerir bases para a determinação dos agentes que influenciam no processo de socialização de um indivíduo. “À frente de todas as

agências de socialização à política está a família”<sup>4</sup>, sugere o autor (Hyman, 1969:51). Com efeito, especificamente na orientação política dos investigados, é possível identificar que 72% dos inquiridos cujos pais se declaravam democratas também se consideravam democratas (moderados ou radicais), enquanto 63% daqueles cujos pais se declarava republicanos também seguia esta tendência, o que fortemente demonstra a influência da orientação política parental nas decisões ideológicas dos filhos.

Neste aspecto, Hyman destaca a importância da interação horizontal, com pares (colegas de classe ou de trabalho – *co-workers*), que chega ao ponto de exercer influência tão significativa quanto a dos pais no que se refere ao interesse por questões políticas:

“A influência dos pares no curso de desenvolvimento dos jovens foi uma hipótese operacional na direção das normas da cultura jovem, geralmente identificada com irresponsabilidade e repúdio aos papéis dos adultos”<sup>5</sup> (Hyman, 1969:84).

Do ponto de vista das instituições que agenciam o processo de socialização política, de modo a disciplinar os indivíduos receptores sobre as normas políticas vigentes, isto é, reproduzir as dogmáticas referenciais dos sistemas jurídico-político e eleitoral, da forma de governo e das orientações ideológicas, a bibliografia diferencia os meios informais dos meios formais de socialização.

Os primeiros são aqueles intrinsicamente emanados das estruturas tradicionais da sociedade e que transmitem as normas sociais de maneira natural e inconsciente. Segundo as lições de Bourdieu, são, portanto, os que melhor exercem a função de socializadores. A família, a escola e a religião seriam os agentes tradicionais (e informais) por excelência.

Já os meios formais de socialização atuam de forma organizada e consciente por reconhecerem sua qualidade manifesta de reprodução dogmática. Dentre estes, destacam-se a comunicação social, a propaganda e as pesquisas de opinião (do Espírito Santo, 2006).

De Castro, por sua vez, ao analisar o papel dos jovens na absorção das normas políticas a eles transmitidas, afirma que

---

<sup>4</sup> Tradução livre do mestrando. No original: “*Foremost among agencies of socialization into politics is the family*”.

<sup>5</sup> Tradução livre do mestrando. No original: “*The influence from peers in the course of development was hypothesized as operating in the direction of norms or youth culture, which has generally been identified with irresponsibility and the repudiation of adult roles*”

o conceito de ‘socialização política’ indica, num primeiro plano, o processo de preparação ou habilitação que se faz necessário para que os jovens possam participar da atividade política”, além de ressaltar que “parece problemático enfocar a juventude apenas como etapa moratória da cidadania, tendo em vista sua adequação ao sistema político vigente, pois se descartam as possibilidades de considerar as contraforças e contraposições que ela pode mobilizar (De Castro, 2009, 480).

Através de nosso levantamento bibliográfico sobre o conceito de socialização política, diagnosticamos que se trata de um processo que inicia com o primeiro dia de vida do indivíduo e segue até sua morte. Em tal processo, o objetivo é a transmissão de normas políticas pré-estabelecidas à incorporação do sujeito em determinada sociedade.

Há autores que compreendem a dinâmica da socialização política como um preparo para o exercício da cidadania e para a possibilidade de interferência individual no contexto político em vigor (Do Espírito Santo, 2006; De Castro, 2009). Outros, no entanto, entendem que a finalidade do processo é a mera reprodução dos valores políticos dominantes (Bourdieu & Passeron, 1975; Machado, 1980).

Além disso, percebemos que o conceito de socialização política pode ser avaliado sob três dimensões: (i) a orientação política; (ii) a participação política; e (iii) a influência dos agentes de socialização (Hyman, 1969). A primeira busca compreender a afinidade ideológica, partidária e simpatia com determinados conceitos e regimes de governo por parte dos indivíduos socializados; a segunda dimensão abrange o interesse dos sujeitos na participação política sob as perspectivas institucionais e não institucionais (Martins, 2004; Birch, 1993; Bachrach & Botwinick, 1992; Verba *et al*, 1987); por fim, a terceira dimensão procura analisar o impacto que têm as normas transmitidas pelos agentes formais e informais de socialização política.

Outrossim, há pelo menos duas dimensões de relação possíveis de se estabelecer entre o processo de socialização política e o grau de acessibilidade digital do indivíduo. O primeiro teria por enfoque os efeitos da inclusão/exclusão digital em sua percepção política *per se*, numa perspectiva exterior e indiferente ao acesso às mídias virtuais, e as pesquisas emanariam centrifugamente a partir das relações sociais que se estabelecem dentro e fora das redes. O segundo – e que mais nos interessa nesta pesquisa – aprofundaria também na influência das informações mediadas pelas tecnologias telemáticas de comunicação enquanto canais de socialização política.

### 1.3. A relação entre a socialização política e os meios de comunicação

O processo de socialização é indissociável do processo comunicacional<sup>6</sup>. É através da relação com o outro que o sujeito compreende os fatos sociais estabelecidos em uma determinada cultura e o discurso é artifício de alcance tão ou mais perene do que a própria influência pela ação.

David Berlo (1985) descreve a comunicação enquanto um processo sistematizado, no qual são necessários seis elementos imprescindíveis: (i) a fonte, (ii) o codificador, (iii) a mensagem, (iv) o canal, (v) o decodificador e (vi) o receptor.

Berlo ainda destaca que o objetivo básico na comunicação é nos tornarmos agentes influentes com consciência, de modo a almejarmos determinada reação de nossos interlocutores (Berlo, 1985).

Wolf (1999) apresenta um compêndio sobre as teorias da comunicação em massa e destaca a evolução dos estudos sociológicos e psicológicos a respeito dos efeitos dos paradigmas de comunicação na população receptora. Indica, por exemplo, que “a teoria hipodérmica é uma abordagem global aos mass media, indiferente à diversidade existente entre os vários meios” (Wolf, 1999:7). Essa tradição teórica, emanante sobretudo nos anos 20 e 30 do século XX, tinha por foco analisar as mensagens transmitidas através dos meios de comunicação em massa, percebendo o público alvo enquanto uma população predominantemente homogênea.

Ao vislumbrar que os adotantes da teoria hipodérmica tenderiam a relegar a segundo plano os estudos sobre os efeitos de determinada mensagem, uma vez que, sendo o público uma massa nivelada, seria possível pressupor as reações a que dadas comunicações levariam, Lasswell (Wolf, 1999) propôs uma metodologia direcional para os estudos da comunicação através de quatro perguntas-chave: (i) quem (ii) diz o quê (iii) através de que canal (iv) com que efeito?

---

<sup>6</sup> Com efeito, Hannah Arendt (2007) concluiu que a atividade comunicacional dota o sujeito de sua própria condição humana de vida, já que “a vida sem discurso e sem ação (...) está literalmente morta para o mundo; deixa de ser humana, uma vez que já não é vivida entre os homens”. E completa, ao afirmar que “desacompanhada do discurso, a ação perderia não só o seu caráter revelador como, e pelo mesmo motivo, o seu sujeito, (...) deixaria de ser ação, pois não haveria ator”, bem como que “embora o ato possa ser percebido em sua manifestação física bruta, sem acompanhamento verbal, só se torna relevante através da palavra falada na qual o autor se identifica, anuncia o que fez, faz e pretende fazer”.

A partir deste impulso, no decorrer do século XX apareceram outras teorias que visavam especificar determinadas nuances do processo comunicativo, abandonando gradualmente a epistemologia hipodérmica. “A teoria dos meios de comunicação resultante dos estudos psicológicos experimentais consiste (...) na revisão do processo comunicativo entendido como uma relação mecanicista e imediata entre estímulo e resposta, o que torna evidente (...) a complexidade dos elementos que entram em jogo na relação entre emissor, mensagem e destinatário” (Wolf, 1999:12). Soma-se às preocupações científicas das tradicionais teorias da comunicação um novo fator de relevância: a persuasão do público pelo emissor.

Ainda que contemporânea à teoria experimental, surge uma nova referência teórica que, segundo Wolf, influenciará todas as pesquisas doravante levadas a campo sob a perspectiva sociológica. Esta tendência Wolf chama de “abordagem empírica de campo ou ‘dos efeitos limitados’”. Segundo o autor, esta teoria trata da perpassa todas as relações comunitárias, as quais os *mass media* exercem apenas uma fração (Wolf, 1999).

Não nos estenderemos nas peculiaridades e desenvolvimento específico das teorias da comunicação, já que o foco deste trabalho é analisar as relações entre o grau de acessibilidade a um específico meio de comunicação (a *Internet*) e o processo de socialização política dos jovens na contemporaneidade.

Martin-Barbero (1997) relaciona os conflitos políticos que emergem na sociedade com a mediação ideológica realizada na transmissão das comunicações: “o político é justamente a emergência da opacidade do social enquanto realidade conflitiva e cambiante, emergência esta que se realiza através do incremento da rede de mediações e da luta pela construção do sentido da convivência social” (Martin-Barbero, 1997:282).

Algumas investigações sociológicas procuraram avaliar a influência dos agentes da comunicação social na socialização política de crianças e adolescentes. Austin & Nelson (1993), a partir de um estudo comparativo entre a agência de influência familiar e midiática na transmissão de normas políticas, concluem o seguinte:

A socialização política dos adolescentes parece ocorrer em uma complexa interação entre contexto cultural, comunicação familiar e exposição a ideias externas através de veículos tais como *mass media*. Os efeitos da mídia, muito embora impressionem, acontecem nos contextos familiar e



étnico, nos quais os adolescentes têm o primeiro aprendizado sobre valores culturais e maneiras de solução de problemas.<sup>7</sup>

Para concluirmos acerca dos paradigmas teóricos sobre a relação entre a socialização e o papel dos meios de comunicação, parece-nos necessário recorrermos aos argumentos apresentados por Eliseo Verón. O sociólogo argentino destaca que a transformação da tecnologia hegemônica de comunicação modifica a própria estrutura semântica da comunicação de conteúdos ideológicos (Verón, 1977).

Sob a perspectiva da transmissão de normas e valores sociais de uma geração para outra, conjugando a descrição de Berlo, a teoria sobre a reprodução social de Bourdieu e os parâmetros teóricos de Verón, a reação esperada no processo comunicacional de socialização política seria a adesão das novas gerações aos padrões de comportamento político (orientação e participação) das gerações anteriores.

A partir deste referencial, é possível afirmar que mudanças estruturais nas formas de comunicação social tendencialmente levam a alterações também nos modos como a socialização é realizada. A propósito, a própria comunicação social enquanto instituição (tal como a família, a escola e a religião) é reconhecida como um agente formal de socialização política, uma vez que exerce influência direta no indivíduo através da mediação de informações e discursos.

Assim, compreendemos que os processos e meios de comunicação pelos quais são transmitidas as informações políticas podem afetar o próprio processo de internalização de tais normas por parte dos receptores (Verón, 1977; Martin-Barbero, 1997).

Interessa-nos a partir de agora apresentar uma genealogia teórica do conceito de acessibilidade digital para então avaliarmos as especificidades do processo de socialização política intermediado pelas *infotelecomunicações*.

---

<sup>7</sup> Tradução livre do mestrando. No original: “*The adolescent's socialization to politics appears to take place in a complex interaction of cultural background, family communication, and exposure to outside ideas through vehicles such as the mass media. Media effects, although striking, nevertheless take place in the context of the family and ethnic background, where adolescents first learn cultural values and problem-solving styles.*”

## Capítulo 2

### 2.1. *Acessibilidade digital: dimensão binária*

O historiador da tecnologia Melvin Kranzberg (1986), a partir de suas pesquisas empíricas, enunciou dez leis universais aplicáveis às evoluções e revoluções tecnológicas, dentre as quais a primeira reforça que “a tecnologia não é boa, nem má; tampouco é neutra”<sup>8</sup> (Kranzberg, 1986:545).

Atualizando o debate para as problemáticas contemporâneas, a preocupação sociológica com a noção da acessibilidade digital surge na última década do século XX, principalmente a partir do reconhecimento das “mega-metáforas” societais que colocavam a tecnologia como principal engrenagem para as interações sociais, como, por exemplo, na *sociedade em rede* de Manuel Castells. É certo que a revolução tecnológica e a invenção de um novo (ciber)espaço de fluxo comunicacional não é tão recente assim, se considerarmos que a *magnum opus* de Norbert Wiener (*Cybernetics*) foi primeiramente publicada em 1948. Todavia, somente com a expansão do espectro digital, a partir dos anos 2000, somada a uma transformação contínua dos modos de produção, agora centralizados principalmente em uma economia de serviços e em uma regressiva penetração dos complexos industriais, o foco das pesquisas acadêmicas em relação à acessibilidade às TICs emergiu com bastante robustez.

A primeira onda de pesquisadores que se dedicaram a estudar a influência do uso da Internet na vida social dos indivíduos tentava responder à seguinte questão: do total de habitantes de determinado lugar, qual o percentual daqueles que possuem computador com acesso à Internet? A fim de criarem um indicador mais ou menos objetivo de *acessibilidade digital*, desenvolveram um conceito relevante para medir as carências de infraestrutura nas regiões pesquisadas e sugerir um bom direcionamento para políticas públicas de intervenção: a noção de *digital divide* (Wresch, 1996; Howland, 1998; Jurich, 2000; OECD, 2001; Sorj & Guedes, 2005).

O grande foco destes estudos era avaliar a extensão da penetração de computadores a domicílio, acreditando que a democratização do acesso digital se daria a

---

<sup>8</sup> Tradução livre do autor para a máxima considerada “primeira lei de Kranzberg sobre a tecnologia”, qual seja, “*technology is neither good nor bad; nor is it neutral*”.

partir da disponibilidade dos meios materiais ao maior número possível de beneficiários. Ainda baseadas neste mesmo critério, outras pesquisas incluíram novas variáveis para avaliação deste *gap*, tais como a diferença de acesso de acordo com a característica geográfica (Strover, 1999; Warf, 2001), raça (Hoffman & Novak, 1998; Wilson *et al.*, 2003) e rendimento (Chakraborty & Bossman, 2008).

Este primeiro passo foi importante para jogar luz às desigualdades que a expansão da rede criava, assim como a nova economia vigente (globalizada e informatizada).

A partir deste diagnóstico, diversas políticas públicas (locais, regionais e globais) foram desenvolvidas para aumentar a disponibilidade material de acesso digital às populações menos conectadas. De acordo com a ONU (2015), no ano de 2000, apenas 6% da população global possuía sinal de Internet à disposição; este percentual aumentou para 45% na avaliação realizada em 2015. No que se refere às assinaturas de telefone celular, o número subiu de 738 milhões em 2000 para mais de 7 bilhões em 2015, garantindo ainda cobertura de sinal para 95% da população mundial.

## **2.2. Acessibilidade digital: dimensão multifacetada**

À medida que houve a ampliação territorial das infraestruturas de disponibilidade de acesso à Internet<sup>9</sup>, verificou-se que, ao contrário do que era esperado, as oportunidades de inclusão da parcela periférica da população, outrora impossibilitada de navegar por barreiras físicas, não aumentaram na mesma proporção. Isto é, mesmo após a disseminação material de *hardware*, *software* e sinal de Internet a mais pessoas, as desigualdades observadas não minguaram de forma considerável. Mesmo nos países que beiravam a conexão integral (com índice maior do que 90% da população com acesso), ainda existiam diferenças estruturais entre os novos usuários e os mais experientes. Como pontuou Selwyn:

Embora, em teoria, a provisão formal de recursos das TICs nas comunidades signifique que todos os indivíduos possam ter acesso físico àquela tecnologia, tal acesso é insignificante a menos que as pessoas realmente sintam-se aptas a utilizar estas oportunidades<sup>10</sup> (Selwyn, 2004:347)

---

<sup>9</sup> Em 2010, a título de exemplo, alguns países da Europa Setentrional (Suíça, Islândia e Dinamarca) apresentavam índices superiores a 90% de sua população com acesso domiciliar à Internet (Neri, 2012).

<sup>10</sup> Tradução livre do mestrando. No original: “*Although in theory the formal provision of ICT facilities in community sites means that all individuals living locally have physical access to that technology, such access is meaningless unless people actually feel able to make use of such opportunities*”.

Esta conclusão sintetiza o novo paradigma epistemológico adotado pelos pesquisadores que se dedicaram a analisar o fenômeno das repercussões negativas das políticas simplistas de universalização do acesso através da disponibilidade de equipamento.

Agora o conceito de *digital divide* já não parece funcionar perfeitamente para as novas propostas de dimensões acadêmicas do conceito de *exclusão digital*. Isto porque a ideia de ‘*divide*’ sugere uma noção meramente dicotômica, ou, como propõe Warschauer, “implica uma divisão bipolar entre aqueles que possuem e os que não possuem, os conectados e os desconectados”<sup>11</sup> (Warschauer, 2003:297).

No centro das novas pesquisas realizadas, a questão de partida já não se resume ao percentual da população que tem ou não tem acesso material à Internet. Outras muitas variáveis foram incorporadas para tentar mensurar a desigualdade entre os próprios usuários da rede. Não à toa, DiMaggio e Hargittai sugerem migrar a ideia norteadora das pesquisas de *digital divide* para *digital inequality*, conceito “pelo qual nos referimos não somente às diferenças no acesso, mas também às desigualdades entre pessoas com acessibilidade formal à Internet”<sup>12</sup> (DiMaggio & Hargittai, 2001:2).

Para sustentar os fundamentos que levam a esta inovadora onda de estudos, Warschauer (2002) apresenta um exemplo que ilustra a necessidade de se avaliar mais profundamente o abismo que há mesmo dentro da população conectada: em 1997, a empresa nacional de telecomunicações irlandesa abriu um concurso para escolher uma dentre todas as cidades federadas para investir 15 milhões de libras em um projeto que identificaria o que seria uma “Information Age Town” (Cidade da Era da Informação). A melhor proposta seria contemplada e o valor do prêmio deveria ser convertido exclusivamente para a implementação de políticas que garantissem o desenvolvimento de uma sociedade de informação ideal.

A vencedora foi a pequena cidade de Ennis, que contava com população total de 15 mil habitantes. Dentre as iniciativas constantes do projeto apresentado pela vencedora estavam a doação de um computador pessoal com acesso à Internet a cada família e um

---

<sup>11</sup> Tradução livre do mestrando. No original: “*implies a bipolar division between the haves and have-nots, the connected and disconnected*”.

<sup>12</sup> Tradução livre do mestrando. No original: “*by which we refer not just differences in access, but also to inequality among persons with formal access to the Internet*”.

sistema de RDSI (Rede Digital de Serviços Integrados) mais um *website* para cada empresário lá estabelecido.

Após três anos da implementação das medidas, a conclusão foi menos animadora do que o esperado:

Tecnologias avançadas foram confiadas a pessoas com pouco preparo. Alguns programas de formação foram realizados, porém não foram suficientemente acompanhados por programas de conscientização dos motivos pelos quais as pessoas deveriam usar as novas tecnologias. E, em determinadas instâncias, alguns sistemas sociais que funcionavam bem foram interrompidos a fim de abrir caminho para as tais novas tecnologias de exibição<sup>13</sup> (Warschauer, 2002:2).

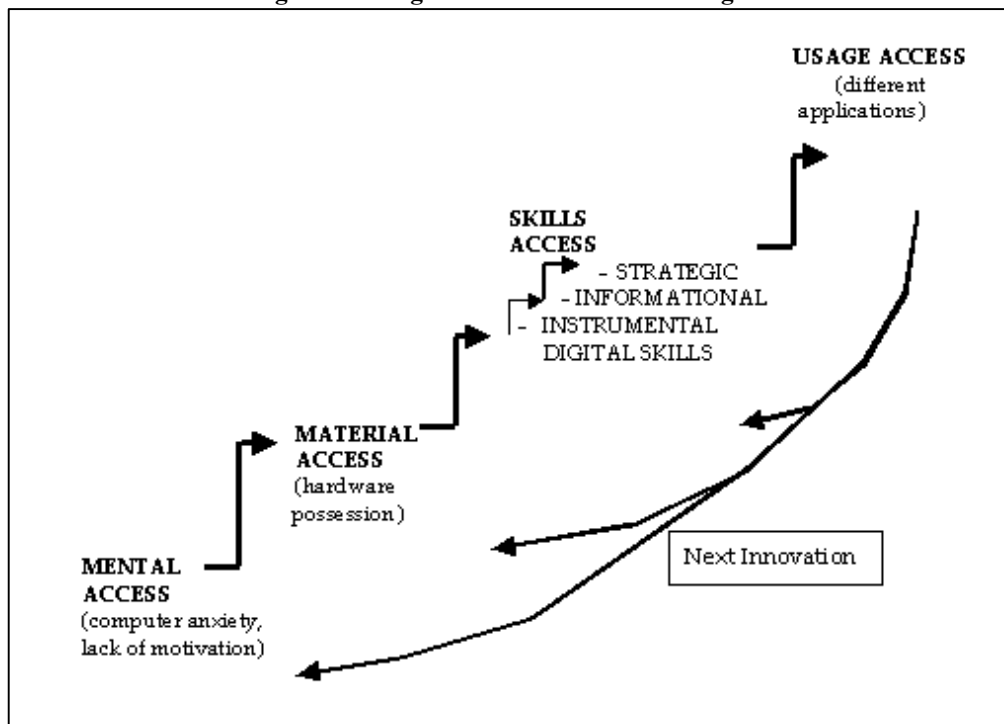
Deste modo, chegou-se à ideia de que os equipamentos e as ferramentas telemáticas por si só não geram oportunidade, tampouco reduzem a desigualdade. Expandir o acesso material às novas tecnologias é importante, mas não supera a problemática da exclusão digital, nem dá conta das dimensões conceituais que este assunto complexo fez emergir na academia.

Segundo o diagrama proposto por Van Dijk (2002), a acessibilidade material seria ainda precedida do que o autor denominou “*mental access*”, abrangendo o interesse, a avidez e a atratividade pelas novas TICs. Isto é, antes da disponibilidade física de *hard* e *softwares*, deve haver disposição consciente do usuário.

---

<sup>13</sup> Tradução livre do mestrando. No original: “*Advanced technology had been trust into people's hands with little preparation. Training programs had been run, but they were not sufficiently accompanied by awareness programs as to why people should use the new technology in the first place. And in some instances, wellfunctioning social systems were disrupted in order to make way for the showcase technology*”

Figura 1 - Diagrama de Acessibilidade Digital



Fonte: Van Dijk, 2002:4.

Além disso, a inclusão digital não é superada somente com a acessibilidade material, havendo necessidade de desenvolver habilidades específicas de manuseio dos computadores e navegação na Internet (*skills access*), bem como de dar conhecimento da ampla gama de aplicativos, veículos de comunicação e *websites* à disposição do usuário (*usage access*).

Esta noção multifacetada de acessibilidade permitiu às pesquisas empíricas delinearem novas metodologias e até mesmo novos objetos de estudo, principalmente nas arenas em que a exclusão digital do ponto de vista material já havia sido quase completamente superada. Uma vez que a dicotomia “ter ou não ter” (*haves and have-nots*) já parece obsoleta, o alvo das investigações passou a considerar uma estrutura hierárquica do uso das tecnologias telemáticas.

DiMaggio e Hargittai (2001) propõem um conceito de *desigualdade digital* a partir de cinco dimensões básicas: (a) desigualdade material (*in equipment*), (b) desigualdade na autonomia do uso (*autonomy*), (c) desigualdade nas habilidades e conhecimentos técnicos (*skills*), (d) desigualdade no apoio do tecido social do qual o usuário faz parte (*social support*) e (e) desigualdade nas finalidades para as quais as tecnologias são manuseadas (*purposes*).

Reconhecida a complexidade da problemática para além do debate binomial entre possuir ou não acesso, os pesquisadores empreenderam investigações agora buscando descobrir as condições desiguais dos indivíduos enquanto usuários da rede mundial.

Hargittai (2001) aplicou entrevistas em sessenta e três pessoas, a fim de discernir determinados aspectos sobre as habilidades dos participantes entrevistados no uso de aplicativos e *websites*, tais como ferramentas de busca e pesquisa e veículos de informação desportiva ou cultural.

Para aprofundar nas investigações sobre as cinco dimensões de *desigualdade* informadas acima, Robinson, DiMaggio e Hargittai (2003) utilizaram uma metodologia refinada que mesclava entrevistas e inquéritos por questionários em mais de 2.300 pessoas. Os resultados demonstraram diferenças na acessibilidade material decorrentes do grau de instrução e do rendimento dos participantes. Além disso, no que se refere à autonomia do uso, a pesquisa intensificou o foco em perguntas a respeito do local onde os inquiridos acessavam à internet, bem como o controle exercido pelos proprietários dos equipamentos quando a utilização não fosse realizada em casa (no local de trabalho, em bibliotecas, etc.). Ainda no estudo, os investigadores aplicaram questionamentos sobre a habilidade técnica do uso da Internet (acerca das ferramentas utilizadas para encontrar um *website* necessário), sobre o contexto social em que os usuários estão inseridos (questões sobre a quem o inquirido recorre quando necessita de auxílio para manipulação de um equipamento) e sobre as características dos *websites* visitados e dos *softwares* de comunicação utilizados pelos entrevistados.

De modo a aprofundar ainda mais nas dimensões teóricas do conceito de *exclusão digital* e no intuito de ampliar os métodos de investigação neste sentido, Jung (2008) propôs, através de pesquisa baseada em inquéritos por questionário realizados por telefone, atestar se a acessibilidade à Internet teria correlação com três variáveis essenciais dos inquiridos: seu *status* socioeconômico, o ambiente social em que estão inseridos e os propósitos de navegação. Para concluir acerca destas prováveis relações, o pesquisador utilizou um cálculo bastante refinado que lhe permitiu concluir o seguinte: (i) quanto maior o *status* socioeconômico de uma pessoa e quanto mais jovem, maior o seu nível de conectividade; todavia, em relação a isso, gênero e etnia não possuem efeitos muito significativos; (ii) quando família e amigos mantêm um grau importante de conectividade, assim como quando auxiliam um indivíduo em relação a dúvidas sobre

novas tecnologias, a acessibilidade digital tende a aumentar; e (iii) aqueles que possuem motivação maior para utilizar a Internet como ferramenta para atingir determinados objetivos tendem também a possuir maior grau de conectividade.

Um dos trabalhos de pesquisa mais recentes neste tema foi realizado na Austrália (Harris *et al*, 2017). Logo na introdução, os autores alertam para o fato de que, no país, a taxa de acesso domiciliar à Internet na infância é de 92%. Além disso, bem lembram que as políticas públicas que têm como alvo o aumento da conectividade focam principalmente em disponibilizar equipamento (acesso material), citando os casos dos governos australiano e inglês. Partindo deste pressuposto, a proposta de pesquisa é avaliar *de que modo (how)* os jovens utilizam os computadores. Para tanto, aplicaram um questionário em 1351 jovens do primeiro ao décimo-primeiro anos de ensino em Perth, cidade do oeste da Austrália. A conclusão demonstra que:

Participantes residentes em bairros de maior condição socioeconômica eram mais expostos a computadores na escola, a leitura, aprendizado de instrumentos musicais e a atividades físicas. Participantes de bairros com menores condições eram mais expostos a televisão, jogos eletrônicos, telemóveis e atividades não acadêmicas com computadores em casa<sup>14</sup> (Harris *et al*, 2017:1)

Este estudo é bastante ilustrativo da seguinte ideia: pode-se inferir que a dimensão material do conceito de *exclusão digital*, isto é, aquela que considerava simplesmente a diferença entre aqueles que possuem e os que não possuem computador com Internet foi gradativamente sendo substituída por outras acepções mais profundas que, além do interesse sob a perspectiva física, permitem o avanço em pesquisas qualitativas sobre o manuseio das tecnologias telemáticas em relação às demais dimensões da vida social, o que tentamos sintetizar na tabela abaixo:

**Tabela 1 - Paradigma da inacessibilidade vs. Paradigma da desigualdade**

<b>Aspectos</b>	<b>Paradigma da inacessibilidade</b>	<b>Paradigma da desigualdade</b>
<i>Dimensão</i>	Binária ( <i>haves</i> e <i>have-nots</i> )	Multifacetada (material, mental, técnica, social, etc.)
<i>Ênfase</i>	Aspecto material	Habilidades e propósitos de uso
<i>Políticas públicas derivadas</i>	Disponibilização material de <i>hardwares</i> , <i>softwares</i> e sinal de Internet	Disponibilização material somada à formação democraticamente direcionada ( <i>know-how</i> )
<i>Pesquisas acadêmicas</i>	Quantitativas (percentual de usuários) com padrões de exclusão (gênero, raça, idade, etc.)	Qualitativas (performance no manuseio) com padrões de desigualdade (gênero, raça, idade, etc.)

<sup>14</sup> Tradução livre do mestrando. No original: “Participants from higher SES neighbourhoods were more exposed to school computers, reading, playing musical instruments, and vigorous physical activity. Participants from lower SES neighbourhoods were more exposed to TV, electronic games, mobile phones, and non-academic computer activities at home.”



### 2.3. As políticas públicas no paradigma da desigualdade de acesso

Ao estabelecer-se um paradigma de acessibilidade digital multifacetado, cujo epicentro da disponibilidade material é deslocado de sua própria essência, é necessário que os projetos de políticas públicas que objetivem a inclusão digital acompanhem tal tendência conceitual, no sentido de apoiar iniciativas que tenham por foco uma formação adequada no manuseio das TICs.

É claro que a dimensão da exclusão material ainda é uma problemática latente em uma relevante parte do mundo<sup>15</sup>. No continente africano, a título ilustrativo, em 2014 ao menos 21 países possuíam índice percentual de usuários de Internet menor do que 10% (Penard *et al*, 2015). Além disso, há ainda um padrão de concentração da penetração e do uso direcionado da Internet em tais regiões:

Usuários da *internet* são mais jovens, com maior educação formal, conhecimento sobre computação e empregados. Também percebemos que os padrões de uso da *Internet* (lazer/informação/entretenimento) diferem significativamente em diferentes gêneros, idades e formação, o que cria uma clara divisão digital entre aqueles que sabem como usar a *Internet* (e tiram vantagem disso) e aqueles que não sabem”<sup>16</sup> (Penard *et al*, 2015:77).

A escola, enquanto agente formal de socialização e de inclusão social, pode exercer um papel importante também na inclusão digital, muito embora alguns estudos recentes tenham demonstrado, a grosso modo, que a utilização das TICs em ambiente educacional não resulta em ganhos representativos para fins de sucesso escolar (vide Bulman & Fairlie, 2015). Uma das possíveis explicações para tal seria a proposta por Goolsbee and Guryan (2006), os quais sugerem que as TICs concebem habilidades que não podem ser mensuradas pelas padrões atuais de avaliação.

Assim, a fim de evitar o que se verificou nas políticas públicas voltadas à redução da inacessibilidade material, o sucesso de qualquer iniciativa que vise à inclusão digital sob o paradigma da desigualdade no acesso deve considerar uma formação dedicada ao

---

<sup>15</sup> Ao sustentarmos a hipótese de um gradativo desvio da dimensão binária de acessibilidade digital para um multiverso de desigualdades, a conclusão não reside no esvaziamento global da noção de digital divide, além de não se propor o abandono definitivo de políticas públicas de disponibilização material de softwares e hardwares à população alvo. O que se sugere é que a democratização do acesso físico se dê em conjunto com a democratização do acesso mental e que o investimento público seja distribuído nessas duas frentes de agência.

<sup>16</sup> Tradução livre do mestrando. No original: “*Internet users are younger, more educated, computer savvy and in employment. We also find that Internet usage patterns (leisure usage/information search/entertainment usage) significantly differ across gender, age, and education and create a clear digital divide between those who know how to use (and take advantage of) the Internet and those who don't.*”

manuseio das TICs em paralelo à educação tradicional e a penetração das novas tecnologias em ambiente escolar poderá ser gradativa e consequencial<sup>17</sup>.

Assim, como se pretendeu demonstrar, ao conceito de *exclusão digital* foram sendo gradativamente adicionadas determinadas variáveis cada vez mais específicas, as quais somente foram passíveis de identificação através de pesquisas de campo direcionadas a avaliar as nuances sociais que resultaram de um constante processo de ampliação do acesso material às TICs (principalmente através de políticas públicas de disponibilização à sociedade civil de computadores e sinal de Internet).

Pode-se inferir, a partir do esquema sugerido neste capítulo, as seguintes proposições: (i) a conceptualização exclusivamente binária da noção de acessibilidade digital material (*haves* e *have-nots*) não exaure as perspectivas para investigação social e os debates sobre *exclusão digital*; (ii) políticas públicas focadas exclusivamente em disponibilizar *hardwares* e Internet à população não são suficientes para garantir um grau de *inclusão digital* ideal, conforme demonstrou Warschauer em pesquisa realizada na Irlanda; (iii) a expansão da penetração da Internet na população mundial *per si* não é sinônimo de *inclusão digital*, uma vez que, se este processo de democratização dos recursos materiais não for aliado a uma estrutura de educação e informação acerca dos benefícios do uso da Internet, tal sistema pode gerar ainda mais desigualdade, agora entre aqueles que dominam sua utilização e aqueles que, mesmo tendo à disposição os equipamentos, não têm plena autonomia para deles usufruir.

No que se refere às perspectivas da *exclusão digital* enquanto objeto de estudo das ciências sociais, é possível identificar uma tendência de gradativo abandono do paradigma meramente quantitativo do percentual da população que possui acesso às TICs (principalmente nos países em que o acesso domiciliar atinge índices próximos a 100%) e um maior interesse em investigações que busquem sugerir indicadores objetivos para a *exclusão digital* a partir de pesquisas qualitativas sobre o empreendimento das habilidades técnicas na utilização dos equipamentos telemáticos.

---

<sup>17</sup> A título ilustrativo, no Brasil, no município de São Caetano do Sul, líder nacional de inclusão digital (material) com 74,07% dos domicílios conectados à Internet (Neri, 2012), por iniciativa pública, em 2008 foi inaugurado um Centro Digital do Ensino Fundamental com o intuito de oferecer cursos dedicados exclusivamente à formação digital (Robótica, Criação de Websites, Desenvolvimento de Aplicativos, etc.) direcionados à população local.

Doravante, o que nos interessa é abordar a função dos meios de comunicação telemáticos (isto é, vinculados através da *Internet*) no processo de socialização política dos indivíduos.

#### **2.4. As relações entre acessibilidade digital e socialização política: o papel das infotelecomunicações**

A relação que nos interessa explorar nesta investigação é entre a acessibilidade digital em suas dimensões material, de interesse, habilidade e finalidade no uso e a influência dos agentes tradicionais de socialização política (nomeadamente a família, a escola e a religião). Além disso, também intenciona-se averiguar as especificidades da comunicação política mediada pela *Internet* em comparação com os meios de comunicação surgidos em antecedência.

Marco Schneider, ao abordar a conclusão de Bourdieu em *A Reprodução*, a qual sugere uma certa antecipação da influência da família e da escola sobre a da chamada *indústria cultural* (tal qual conceituam Adorno e Horkheimer) na reprodução social, questiona e conclui da seguinte maneira:

O mesmo vale para uma situação na qual a indústria cultural, convertida em segmento das ITCs [infotelecomunicações], está *mais presente* e começa a atuar *mais cedo* na história de vida de cada um do que nos anos 1960?

A resposta deve ser negativa, pois a influência das ITCs, mesmo sobre a família e sobre a escola, se torna decisiva, convertendo-se estas últimas, gradualmente, em elos de transmissão secundários da ação pedagógica opressora do capital. Esta, por sua vez, é primariamente mediada pelas ITCs, cuja razão de fundo é contribuir nos planos ideológico, psíquico (afetivo, emocional) e econômico para a reprodução ampliada do capital (Schneider, 2015:87)

Vale mencionar que Schneider se refere ao conjunto de comunicações telemáticas como *infotelecomunicações* por considerar que tal conceito, além de inequivocamente remeter à tecnologia, também “agrega ao debate o elemento econômico e o político” (Schneider, 2015:45).

A acessibilidade digital, em sua dimensão multifacetada, que considera não só a disponibilidade material domiciliar de *software*, *hardware* e *Internet*, mas inclui também as dimensões de interesses, habilidades e finalidades no uso destes recursos, permite elaborarmos um espectro de graduação mais refinado, considerando o conjunto destas dimensões, cujos polos de antagonismo seriam (a) a inclusão digital e (b) a exclusão digital.

A partir daí, a presunção hipotética da qual se pode partir é a de que quanto mais próximo do polo de inclusão digital um indivíduo estiver, conforme suas características de acesso, maior a probabilidade de influência das *infotelecomunicações* em seu processo de socialização política.

Ao relativizar a conclusão de Bourdieu sobre a prevalência das instituições familiar e educacional na reprodução social (assim entendido o processo de socialização pelo pensador, fundado em bases marxistas), Schneider (2015) esclarece que, na contemporaneidade, a influência das tecnologias de comunicação perpassa e antecede o discurso socializador dos pais e professores, uma vez que estes mesmos já agregam em seu conteúdo comunicacional um fator reprodutor mediado pelas informações recebidas através dos veículos de comunicação.

Isso porquê se, diante de filhos ou alunos, tais agentes gozam de certa autoridade discursiva, ainda assim, nas relações de horizontalidade com seus pares, participam passivamente do *público*, enquanto consciência coletiva homogênea e fisicamente dispersa (Tarde, 1991) e elaboram suas prédicas orientadoras a partir da *opinião pública*.

No processo de socialização política contemporâneo, este fluxo de repasse das normas sociais e absorção individual de tais dogmáticas necessariamente passa pela influência primeira da comunicação social. No primeiro capítulo identificamos o aprendizado da linguagem e a atividade comunicativa como alicerces necessários à socialização. Agora intencionamos fazer emergir os pontos específicos da comunicação estabelecida através da *Internet* e associá-los a socialização política dos jovens, a partir de reunião bibliográfica e de pesquisas já empreendidas para investigar esta relação.

Sylvia Moretzsohn ressalta que, nas sociedades ocidentais do fim do século XX e começo do XXI, houve uma mudança de paradigma para análise das relações sociais: ao invés da produção estar no centro das teorias sociológicas, agora a comunicação o ocupa. E explica, a partir da conclusão de Marilena Chauí:

Como lembra Agnes Heller, o paradigma da produção é aquele que diz que o destinatário da teoria é um destinatário determinado. Ele é determinado pela luta de classes. O destinatário é, portanto, uma classe particular. E o paradigma da produção tem no seu centro o significado do trabalho, como apropriação pelo homem da natureza externa e, portanto, tem como centro a questão das habilidades e das técnicas. Enquanto que o paradigma da comunicação faz com que o destinatário da teoria seja a razão em geral, a humanidade em geral. Não se refere e não se dirige, portanto, a nenhuma classe e a nenhum grupo determinado. E tem como centro a ética e a sociedade civil, ou seja, a apropriação pelo homem da sua natureza interior; portanto, a questão das normas e dos

valores. A produção enfatiza o problema da racionalidade instrumental; a comunicação enfatiza os problemas da racionalidade valorativa. (Chauí apud Moretzsohn, 2012:298)

A partir deste deslocamento epistemológico, a autora apresenta as razões pelas quais é possível identificar alterações nos processos de relação entre indivíduos quando mediadas pela *internet*: “a antiga suspeita em relação à imagem não diz respeito à maneira pela qual ela é produzida, mas sim pela relação necessariamente sensorial entre o resultado dessa produção e o sujeito. Assim, importará menos se a imagem é formada por um conjunto de átomos, linhas ou bits. De fato, essa nova episteme digital nivelaria textos, sons e imagens a sequências de zero e um (...), porém a fruição desses produtos continuaria distinta” (Moretzsohn, 2012b:315)

Neste contexto teórico, Moretzsohn, respaldada pelos argumentos apresentados por Álvaro Vieira Pinto em *O conceito de tecnologia* (1973), identifica o que chama de *fetichização da internet* ao concluir, ao contrário, que

são as relações sociais que projetam os aparatos tecnológicos, que em si não são bons nem maus, são ferramentas, *meios* através dos quais os homens podem construir sua liberdade ou impor a dominação, a exploração e a opressão. (...) É assim que se pode afirmar o fetiche da internet, que se apresenta como o que não é. Em tese – mas apenas em tese – trata-se de um vasto campo propício ao diálogo e à participação política, mas não se pode jamais esquecer de que, justamente por isso, a internet reflete as contradições e hierarquias que estão na sociedade. Não é possível elidir a questão do poder: não só quem manda ou quem controla, mas quem tem autoridade ou prestígio para falar e ser ouvido. Essas hierarquias não se rompem simplesmente com a chegada de um novo aparato tecnológico (Moretzsohn, 2012b:317).

Sustentada pelo desenvolvimento teórico de Paolo Gerbaudo, a autora identifica ser “necessário pensar as redes sociais como um elemento complementar – e não substituto – aos encontros presenciais, mas também como um veículo para a criação de novas formas de proximidade e interação físicas” e atesta que “as redes sociais são um instrumento a mais para uma luta que se dá no enfrentamento cotidiano entre forças políticas muito desiguais. Evitar o deslumbramento com a tecnologia digital é uma forma de evitar equívocos que podem resultar em enormes frustrações” (Moretzsohn, 2012b:324-325).

A acessibilidade digital, a partir de sua dimensão multifacetada, considera, como já abordamos, a disponibilidade material de computador e internet conjugada com as camadas de interesse por novas tecnologias, habilidades para seu uso e propósitos do acesso. Trata-se, portanto, de conceito que hoje abrange não só os aspectos econômicos que dividem incluídos e excluídos, mas também as instâncias culturais de afetação.

Se considerarmos que a *Internet* é apenas um meio de produção, comunicação e disseminação de informação, sem qualificações essenciais *a priori*, mas com efeitos bastante sintomáticos nas relações sociais não virtuais, nos voltamos agora aos empreendimentos investigatórios que visaram à análise científica da influência das infotelecomunicações na transmissão de normas e valores sociopolíticos.

## 2.5. A relação entre socialização política e acessibilidade digital nas investigações sociológicas contemporâneas

Na esteira das investigações nas Ciências Sociais que tentaram relacionar os processos de socialização política com o grau de acessibilidade digital do público, Xenos *et al* também propuseram uma abordagem metodológica a fim de avaliar tais relações e concluíram o seguinte:

Nossos resultados sugerem uma forte e positiva relação entre o uso de mídias sociais e engajamento político entre jovens de três diferentes países, além de oferecerem algumas intuições sobre o papel do uso das mídias sociais nos processos de formação do engajamento político dos jovens. Notoriamente, nossos resultados também fornecem razões para sermos otimistas no que se refere à influência dessa nova forma popular de mídia digital a longo prazo sobre os padrões de desigualdade política.

Muito embora nossas principais descobertas são relativamente consistentes em países de democracia mais consolidada nas quais conduzimos nossas pesquisas, ressaltamos que há inúmeras áreas nas quais determinadas variáveis culturais específicas merecem investigações futuras (Xeno *et al*, 2014:151).<sup>18</sup>

Verifica-se que, pelos dados obtidos pelos autores em pesquisas realizadas em três países cuja democracia já tem uma certa consolidação, há uma relação relevante entre a participação política dos jovens e o uso das instâncias digitais de troca de informações.

Quintelier, por sua vez, apresenta os seguintes resultados, no que se refere ao impacto dos agentes informais de socialização política, replicando o mesmo otimismo da pesquisa anteriormente citada com relação à funcionalidade das mídias virtuais :

Alguns agentes da socialização política que têm um efeito comprovado em análises anteriores detêm menor importância (ou mesmo nenhuma importância) em nossa análise. Muito embora todos os agentes de socialização política possuam algum efeito na participação política (tais como os pais e os colegas), outros provaram ter menos importância (por exemplo, as escolas).

---

<sup>18</sup> Tradução livre do mestrando. No original: “*Our results suggest a strong, positive relationship between social media use and political engagement among young people across all three countries, and provide additional insights regarding the role played by social media use in the processes by which young people become politically engaged. Notably, our results also provide reasons to be optimistic concerning the overall influence of this popular new form of digital media on longstanding patterns of political inequality. (...) Though our principal findings are relatively consistent across the advanced democracies in which we conducted our research, we also identified a number of areas in which country-specific variations on these findings may deserve further inquiry.*”

(...) A família, e especificamente a discussão sobre política dentro da família, é especialmente exitosa no aumento do grau de participação política. Os colegas (pares), através de discussão e diversidade, são ainda mais influentes e mais bem-sucedidos em criar maior participação. A mídia tem um efeito positivo quando usada para recolha de notícias ou – surpreendentemente – nos casos em que os inquiridos passam mais tempo *online* do que em frente à televisão, comportamento este que leva a uma menor participação política (Quintelier, 2015:15).<sup>19</sup>

Por seu turno, Ekström *et al* (2014) inferem o quanto segue abaixo, a partir de uma perspectiva menos otimistas do que as anteriormente registradas:

A pesquisa confirma a centralidade das notícias e informações na socialização política. (...) Os resultados empíricos desafiam a ideia de que instrumentos da *Internet* como o Facebook, Twitter e blogs permitem formas de interação social e produção criativa as quais possuem um impacto positivo global nas orientações públicas dos jovens.

A questão é se um engajamento frequente nos espaços virtuais interativos e criativos promove genericamente um desenvolvimento de orientações públicas na adolescência. A resposta é ‘não’. Tal conduta demonstra efeitos negativos a longo prazo no que se refere a valores que transcendem a individualidade, interesse político, discussões sobre política e questões sociais (Ekström *et al*, 2014:159).<sup>20</sup>

Assim, é possível destacar que os resultados das pesquisas sobre a temática que relaciona a utilização de recursos telemáticos e o desenvolvimento da socialização política do jovem ainda são bastante difusos e dependem dos marcos culturais dos públicos investigados, além da condição de sustentabilidade e performance das instituições políticas vigentes em cada um deles.

No contexto brasileiro, recentes pesquisas foram realizadas para investigar a relação entre o papel das infotelecomunicações e o grau da acessibilidade digital dos jovens em seu processo de socialização política.

---

<sup>19</sup> Tradução livre do mestrando. No original: “Some agents of political socialization that had a proven effect in previous analyses are of less importance (or indeed no importance) in this analysis. Although all agents of political socialization have some effect on political participation (such as parents and peers), some agents prove to be of lesser importance (for example, schools). (...) the family, and to be specific the discussion of politics within the family, is especially successful in increasing the level of political participation. Peers, through discussion and diversity, are even more influential and successful in creating greater political participation. The media have a positive effect when they are used for news-gathering, or—surprisingly—if respondents spend more time online, in contrast to spending more time in front of the television, which leads to less political participation.”

<sup>20</sup> Tradução livre do mestrando. No original: “The study confirms the centrality of news and information in political socialization.”  
The empirical results challenge the idea that Internet facilities such as Facebook, Twitter and blogging enable forms of social interaction and creative production that have an overall positive impact on young people’s public orientation.  
The question is whether a frequent engagement in interactional and creative Internet spaces in general promotes a development of public orientations in adolescence. The answer is no. Such engagement has negative longitudinal effects on self-transcendent values, political interest and talk about politics and societal questions.”

Roballo, através de uma estratégia metodológica focada sobretudo no estudo de caso, mesclando instrumentos quantitativo (*surveys*) e qualitativo (entrevistas semiestruturadas), chegou a relevantes resultados, quais sejam: a amostragem inquirida, alunos de uma escola do município de São José do Rio Pardo (Rio Grande do Sul, Brasil), em sua maioria (70%) demonstrou não se interessar por assuntos políticos; 77,8% informaram não conversar com os familiares sobre assuntos políticos.

Quando cruzadas variáveis sobre o grau de acessibilidade dos alunos e seu interesse por assuntos políticos, Roballo conclui:

(...) verifica-se que a população apresenta os valores democráticos pouco desenvolvidos o que acarreta a subestimação do uso da internet como ferramenta de troca de informações e comunicação política.

(...) fruto das incertezas que vivenciamos na sociedade, a socialização política disponível prima pelo pouco interesse em criar cidadãos participativos.

(...) os dados nos mostram que os jovens não estão preocupados com as questões políticas (ou não são preparados para pensar estas questões) e a rede ainda não é usada para fins políticos pelos estudantes (Roballo, 2011:6).

Minucelli (2015), a partir de uma pesquisa quantitativa realizada com estudantes do Ensino Público do município de Cascavel (Paraná), conclui que, durante as mobilizações de rua acontecidas em junho de 2013 no Brasil, as comunidades virtuais tiveram extremo impacto na organização política dos jovens.

Também em pesquisa recente, Dos Santos (2008:4) procurou entender a função da igreja neopentecostal no processo de socialização política dos jovens de Porto Alegre (Rio Grande do Sul) e sustentou que, em que pese o discurso “sectarista, apolítico e autoritário”, a instituição “mostra-se potencialmente aberta ao diálogo com a dimensão política e aos espaços de interlocução com a sociedade civil, muito em função da heterogeneidade postural das suas elites eclesásticas”.

Outros espaços que destacam as relações entre política e *Internet* na academia brasileira são o Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura (LABIC<sup>21</sup>) localizado na Universidade Federal do Espírito Santo, coordenado pelo Professor Fabio Malini, o qual empreendeu, individual e conjuntamente, diversas pesquisas sobre a temática. Destacam-se os estudos sobre a influência da comunicação telemática nas

---

<sup>21</sup> Maiores informações, em <http://www.comunicacaosocial.ufes.br/labic>.



eleições de 2006 (Malini, 2007) e de 2008 (Malini & Herkenhoff, 2009), e a questão da vigilância e vazamento de dados pessoais no ciberespaço (Mallini & Antoun, 2012).

Ainda sobre este último tema, especificamente sobre os conceitos relacionados à tecnopolítica, o LAVITS<sup>22</sup>, Rede Latino-Americana de Estudos sobre Vigilância, Tecnologia e Sociedade, do qual fazem parte pesquisadores de diversas universidades brasileiras (UFRJ, Unicamp, PUC-PR, entre outras), tem desenvolvido pesquisas que pretendem compreender como o desenvolvimento tecnológico afeta as relações sociopolíticas.

Assim, concluímos que as pesquisas sociológicas contemporâneas se preocupam em avaliar o impacto do uso das novas mídias digitais no processo de socialização política, principalmente em relação à população mais jovem. No Brasil, além deste direcionamento investigativo, ressalta-se a criação de laboratórios acadêmicos cujo objetivo é acompanhar detalhadamente determinadas relações entre política e *Internet*.

Finalizada a parte teórica que referenciou e na qual foi ancorado o desenvolvimento da pesquisa empírica, exploraremos agora a estratégia metodológica adotada na pesquisa de campo, bem como a apresentação e discussão dos resultados nela obtidos.

---

<sup>22</sup> Sítio oficial na internet: <http://lavits.org/>.

### Capítulo 3

#### 3.1. Estratégia metodológica: decisões, limites e virtuosidades

A estratégia metodológica seguida neste estudo foi selecionada por entendermos ser aquela que melhor combina (i) a eficácia a refletir as variáveis estruturadas de relevo identificadas a partir da reunião da bibliografia de norte; (ii) a viabilidade e disponibilidade dos recursos necessários à condução da pesquisa; e (iii) o equilíbrio entre a profundidade da análise e a coerência rigorosa da amostra com o tema pesquisado.

Na Tabela 2, sintetizam-se (segundo Almeida, 2016) as principais estratégias metodológicas possíveis de serem adotadas pelo investigador, discriminadas segundo a sua maior adequação de acordo com (a) o seu interesse de pesquisa, (b) a exigência de controle sobre os fenômenos e (c) a ênfase em fatos contemporâneos. Seguindo essa orientação, e uma vez que o nosso intuito foi caracterizar processos enfatizando fenômenos e fatos contemporâneos, optamos pela realização de um *estudo de caso descritivo*, definido por Almeida (2016:60) como um “procedimento metodológico com pretensões holísticas, na medida em que procura apreender diversas dimensões de um fenômeno ou evento social específico”.

**Tabela 2 - Fatores de decisão para a estratégia metodológica**

Interesse da pesquisa	Exigência de controle sobre fenômenos / eventos	Ênfase em fenômenos, processos e fatos contemporâneos	ESTRATÉGIA
Quem? O quê?	Não	Sim	SURVEY
Quanto?	Não	Sim / não	ANÁLISE DE ARQUIVO OU DOCUMENTAL
Quanto?	Sim	Sim	EXPERIMENTO
Como? Por quê?	Não	Não	PESQUISA HISTÓRICA
	Não	Sim	ESTUDOS DE CASO

**Fonte: Almeida, 2016:61.**

De sublinhar, pois, desde a partida, que na sua qualidade de estudo de caso descritivo, o trabalho ora apresentado não se propõe a (i) apresentar conclusões que se apliquem a uma generalidade de casos cujas assunções teóricas são similares, (ii) presumir leis universais sobre os fatos sociais analisados ou (iii) respaldar estatisticamente os resultados posteriores sobre as interconexões que intencionamos aqui estudar. É o que defende Almeida (2016) quando conclui o que segue:

“o estudo de caso não tem a pretensão de uma amostragem que culmine em uma generalização estatística, mas visa uma generalização analítica, em que certos mecanismos e dinâmicas do caso estudado operam de forma semelhante em outros casos, apesar das particularidades e diferenças contextuais” (Almeida, 2016).

Temos, portanto, que o objetivo na adoção da estratégia do estudo de caso é holístico (Coutinho, 2015:335), isto é, busca a investigação de um dado fenômeno social a partir de diversas representações que possam dele derivar.

Ou, tal como propõe Cresswell, nesta metodologia científica, prevalece a profundidade da análise em detrimento da sua universalização teórica: “o estudo de caso é a exploração de um ‘sistema limitado’, no tempo e em profundidade, através de uma recolha de dados profunda envolvendo fontes múltiplas de informação ricas no contexto” (Cresswell, 1998:61).

### 3.1.1. Seleção do caso em estudo

No que se refere à seleção da amostra, Coutinho recorre ao texto “*La metodología cualitativa*” de Pilar Colás Bravo, para inferir que “a constituição da amostra é sempre intencional, baseando-se em critérios pragmáticos e teóricos em vez de critérios probabilísticos” (Bravo apud Coutinho, 2015:340). Essa intencionalidade, contudo, não implica a ausência de claros critérios seletivos. Bent Flyvbjerg (2011:307) sintetiza os tipos de seleção da amostra para estudos de caso de acordo com os propósitos da investigação empírica. O autor dinamarquês indica que há duas formas de eleição do campo de estudo: randômica e informativamente orientada.

Pela seleção randômica (baseada na aleatoriedade dos casos), busca-se evitar vieses sistemáticos que podem influir nos resultados obtidos pela amostra. Por sua vez, a seleção informativamente orientada, isto é, respaldada pelos critérios sensíveis diagnosticados pelo investigador para o fenômeno social analisado, pode ser preferível, nos estudos em que se pretende investigar (a) casos desviantes do convencional, (b) casos em que há grande variabilidade das circunstâncias, o que permite a comparação entre um e outro, (c) casos críticos e emblemáticos que permitam uma dedução lógica de universalidade para outras amostras ou (d) casos paradigmáticos que possibilitam o desenvolvimento de uma associação metafórica em relação a outros casos similares (Flyvbjerg, 2011:307). Com efeito, nossa pesquisa empírica adota esta última forma de seleção.

Com o objetivo de investigar um caso emblemático de inclusão digital, selecionamos como universo de partida para nossa pesquisa os habitantes do município de São Caetano do Sul (estado de São Paulo), uma vez que, de acordo com o Mapa da Inclusão Digital elaborado pela Fundação Getulio Vargas e coordenado pelo Professor Marcelo Cortes Neri (2012), a cidade liderava o *ranking* de acessibilidade digital no Brasil, contando com 74,07% de domicílios com computador com acesso à internet.

Assim, apresentamos na tabela 3 alguns dados que permitem situar o município de São Caetano do Sul a partir de contextos socioeconômico e demográfico.

**Tabela 3 - Dados socioeconômicos e demográficos de São Caetano do Sul**

<b>População Total</b>	<b>149.263 pessoas</b>
<b>População entre 15 e 19 anos, faixa etária alvo para a pesquisa de mestrado</b>	<b>4.374 homens e 4.238 mulheres. Total: 8.612</b>
<b>Salário médio dos trabalhadores formais</b>	<b>3,6 salários mínimos</b>

Fonte: IBGE<sup>23</sup>.

Consideramos ainda útil selecionar um caso caracterizado, segundo os dados de referência, por inclusão digital máxima, considerando que, provavelmente, uma amostra deste tipo poderia apresentar maior probabilidade de fornecer informações suficientemente ricas que permitissem a exploração da ampla gama de dimensões de interesse neste estudo.

Desta feita, entramos em contato com diversas instituições de ensino da região que eventualmente se interessassem em oferecer parceria para realizarmos o estudo de caso programado. Obtivemos a adesão de três instituições (doravante denominadas Instituição A, Instituição B e Instituição C), sobre as quais agora apresentaremos maiores detalhes.

Destacamos ainda que nas Instituições A e B, foram selecionados todos os alunos das turmas de Ensino Médio que consentiram com a participação no estudo e estavam presentes no dia agendado para aplicação do questionário. Na Instituição C, a seleção se deu através dos seguintes critérios: (a) faixa etária de 14 a 18 anos; (b) matrícula em curso de Ensino Médio, além do consentimento e da presença na data estabelecida para a

<sup>23</sup> Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-caetano-do-sul/panorama>. Último acesso em 10 de setembro de 2018.

pesquisa. Reiteramos ainda que todos os alunos foram informados da preservação do seu anonimato.

A Instituição A, localizada no centro de São Caetano do Sul, é um colégio privado, bastante tradicional na região, desenvolvido por uma outra instituição de cariz religioso (católico), e oferece desde o Ensino Básico até o Ensino Médio a seus alunos.

No sítio oficial na *internet* do colégio, há a seguinte declaração de diretrizes:

a [Instituição A] continua sua missão que vai além do educar, centralizado também o ser humano em sua complexidade, sempre com o olhar voltado para a ética e a moral. Busca a essência do que é divino e particulariza o aluno, individualiza o seu saber, e, com esse binômio, educação e ética, acreditamos lapidar a criança/adolescente para que ela seja completa, capaz, feliz e vitoriosa.

Trata-se a Instituição B de uma instituição de ensino privada, isto é, sem interferência financeira e administrativa de quaisquer organismos públicos, localizada no bairro de Santa Paula, região central de São Caetano do Sul. Além disso, faz parte de uma rede que possui outras unidades nos municípios de São Bernardo do Campo e Santo André, além de haver outra unidade em São Caetano do Sul.

Reproduz-se abaixo o comentário do Coordenador Pedagógico de Ensino Médio da Instituição B sobre as diretrizes pedagógicas adotadas pelo colégio:

[A Instituição B] tem, entre suas diretrizes pedagógicas, a busca constante pelas inovações tecnológicas voltadas para educação. Usamos metodologias ativas, onde a tecnologia faz parte, diariamente, das práticas de sala de aula. Somos uma escola que adotou o ensino híbrido que faz uso de antecipação de conteúdos, grupos de trabalho, aulas invertidas, e o que há de mais atual em educação para atingir nossos objetivos pedagógicos, sem abrir mão dos valores humanos e da relação professor-aluno.

No que se refere à oferta de cursos pela instituição, seu coordenador explica:

[A Instituição B] oferece ensino fundamental II e ensino médio. Atualmente atende 236 alunos, sendo 88 no ensino médio.

Já a Instituição C, fundada em 2008, tem sua genealogia ligada à Secretaria Municipal de Educação de São Caetano do Sul, fazendo parte, portanto, dos serviços públicos ofertados por esta cidade. De acordo com a descrição publicada em seu *website* oficial:

[A Instituição C] tem como finalidade ser lugar de convivência com os saberes e ferramentas tecnológicas como fonte para a pesquisa, para o enriquecimento da prática docente e para a ampliação das possibilidades de aprender das crianças que estudam na Rede Municipal de Ensino Fundamental.

Inobstante tal parágrafo focar no aprendizado de crianças e adolescentes, na grade oferecida há cursos também direcionados para pessoas de outras faixas etárias. Em sua página no *Facebook*, o texto abaixo concretiza a Missão da instituição:

Assegurar uma educação tecnológica de qualidade, contribuindo para a formação de um indivíduo crítico, participativo, criativo e capaz de interagir com as novas tecnologias de comunicação e informação.

Ser espaço de conhecimento científico e tecnológico, pesquisa e aprendizado, preparando, de forma consciente, nossos alunos para a nova era digital.

Fomentar nos estudantes e munícipes de São Caetano do Sul, através do desenvolvimento de projetos científicos e tecnológicos, a vontade de aprender cada vez mais; incentivando-os a irem em busca do conhecimento constantemente. Propiciar acesso gratuito à Internet promovendo a Inclusão Digital para que todos possam se beneficiar com as novas tecnologias de comunicação e informação, facilitando o acesso à grande quantidade de informações e serviços disponíveis na rede mundial.

### 3.1.2. Etapas metodológicas

Para melhor esclarecer a trajetória metodológica de base para a pesquisa de campo, recorreremos ao esquema composto por Quivy e Campenhoudt (1992). Segundo este, o procedimento metodológico pode ser dividido nas seguintes etapas: definição da pergunta de partida (etapa 1), leitura e entrevista exploratórias (etapa 2), elaboração da problemática (etapa 3), construção do modelo de análise (etapa 4), observação do campo (etapa 5), análise das informações obtidas (etapa 6) e conclusões (etapa 7).

#### *Pergunta de partida*

Como já informado no capítulo introdutório, a questão de partida da qual partimos é a seguinte: “como o grau de acessibilidade digital dos estudantes do Ensino Médio influencia em seu processo de socialização política?”.

#### *Exploração*

A etapa exploratória integrou a pesquisa bibliográfica destinada à caracterização do estado da arte do estudo científico dos conceitos em foco (acessibilidade digital e socialização política), tendo resultado na redação dos capítulos 1 e 2 desta dissertação. Ademais, recorreremos a especialistas (informadores qualificados), isto é, a professores que trabalham as intersecções entre política e *internet* para respaldarmos a perspectiva adotada. Além disso, o pré-teste do questionário teve também utilidade exploratória.

### *Problemática*

De modo a concretizar a problemática, realizamos, num primeiro momento, um balanço dos resultados obtidos na etapa exploratória. Aqui determinamos a filiação teórica que nos pareceu mais adequada para explicar os fenômenos sociais estudados, explicitada nos capítulos conceituais (1 e 2).

Num segundo momento, passamos à própria definição da problemática para eventualmente reformular a pergunta de partida inicial ou fundamentar a elaboração das hipóteses que nortearão o tratamento dos dados (Quivy & Campenhoudt, 1992:101). Assim, tendo concebido a pergunta de partida inicial sobre as relações entre acessibilidade digital e socialização política, percebemos que havia dimensões que nos pareciam mais relevantes para o debate sociológico contemporâneo, tais como (i) a influência dos agentes informais de socialização política considerando a existência de um meio digital de comunicação, (ii) a correlação entre interesse dos jovens por novas tecnologias e seu interesse por assuntos políticos e (iii) a maneira por meio da qual os jovens incluídos digitalmente se engajam politicamente.

Tratamos depois de explicitar a problemática (o terceiro momento desta definição, segundo Quivy e Campenhoudt), de modo a “precisar a sua forma pessoal de pôr o problema e de lhe responder, embora se inscreva num quadro teórico lucidamente selecionado” (1992:102). Portanto, nesta fase aprofundamos em três dimensões relativas à pergunta de partida para, a partir delas, formular nosso modelo de análise, o próximo encaminhamento metodológico.

### *Modelo de análise*

A quarta etapa, na qual se estabelece o modelo de análise, envolve *a priori* a construção dos conceitos nucleares para a pesquisa e suas dimensões relevantes a partir de duas maneiras possíveis: a indutiva e a dedutiva. No caso da nossa pesquisa, realizamos a constituição dos conceitos de socialização política e de acessibilidade digital de maneira indutiva, isto é, “a partir de observações diretas ou de informações reunidas por outros. É através das leituras e entrevistas na fase exploratória que se pode recolher os elementos necessários a esta construção” (Quivy & Campenhoudt, 1992:124).

Estabelecendo-se os conceitos de socialização política e acessibilidade digital, prosseguimos com o seu detalhamento através da determinação de dimensões de cada um deles. No caso do primeiro (socialização política), orientados por Hyman, chegamos à conclusão de que tal conceito pode ser subdividido em três dimensões de análise: (a) orientação política, (b) participação política e (c) influência dos agentes de socialização. Já para a noção de acessibilidade digital, respaldados em Van Dijk e DiMaggio & Hargittai, encontramos quatro dimensões possíveis: (a) acessibilidade material, (b) interesse por novas tecnologias, (c) habilidade e autonomia no uso e (d) finalidade ou propósitos na sua utilização.

Tais dimensões possibilitaram, portanto, a fixação dos indicadores que permitem sua operacionalização, os quais estão explícitos na tabela 4.

**Tabela 4 – Construção do Modelo de Análise: Conceitos, Dimensões e Indicadores**

Conceito	Socialização Política					
	Processo de transmissão e internalização de normas políticas					
Dimensões	Influência dos agentes de socialização		Orientação política		Participação política	
	Formais	Informais	Afinidade ideológica	Afinidade com regime de governo	Institucional	Não institucional
Indicadores	Influência da comunicação social	Influência da família	Afinidade com partidos políticos	Tolerância com imposições coercitivas	Filiação a partido político	Participação em manifestações de rua
	Influência das pesquisas de opinião	Influência da escola	Afinidade com opiniões políticas	Tolerância com opiniões divergentes	Exercício do direito político ativo (voto)	Interesse por assuntos políticos
	Influência da propaganda	Influência da religião	Progressismo vs. Conservadorismo	Democracia liberal vs. Autoritarismo		Acompanhamento de notícias sobre política

Conceito	Acessibilidade digital			
	Conjunto de aptidões relacionadas ao manuseio das <i>infotelecomunicações</i>			
Dimensões	Acesso material	Interesse por novas tecnologias	Propósitos de uso	Habilidade e autonomia no uso
Indicadores	Quantidade de computadores em casa Disponibilidade de acesso à internet Qualidade do acesso à internet	Curiosidade, interesse e atualização sobre novas ITCs	Frequência de acesso a redes sociais, sites de notícias e sites de entretenimento	Formação digital Solução de problemas de conexão

Relacionar as dimensões dos conceitos, de modo a responder à pergunta de partida eleita, abre espaço para a construção de hipóteses, isto é, proposições que podem ser colocadas à prova para determinar sua validade (Goode & Hatt, 1972). Em nosso caso, delimitamos três hipóteses a serem testadas através dos resultados da pesquisa de campo:

(i) hipótese 1: o grau de acessibilidade digital dos jovens tem impacto na influência exercida pelos agentes de socialização política;



(ii) hipótese 2: os jovens digitalmente incluídos preferem a *Internet* a qualquer outro meio de comunicação para ampliar seu conhecimento sobre política;

(iii) hipótese 3 o grau de acessibilidade digital dos jovens influencia sua orientação política, bem como sua participação política.

#### *Observação do campo*

A quinta etapa aponta para a observação do campo de pesquisa. Para tanto, é necessário delimitar o campo que será analisado no espaço, social e geográfico, e no tempo. Assim, Quivy & Campenhoudt (1992) informam dois critérios de maior relevância para tal seleção: a adequação às hipóteses de trabalho e a margem de manobra do investigador, considerando os prazos e recursos de que dispõe.

Em nosso caso, a circunscrição obedeceu a um critério pré-definido específico para a análise da relação entre os fenômenos sociais investigados, o que, segundo Coutinho (2015:95), tratar-se-ia de uma *amostragem criterial*, e para Flyvbjerg estaria contido na forma de seleção informativamente orientada, já que seria um caso paradigmático de inclusão digital.

Justifica-se: após a elaboração da pergunta de partida, procuramos identificar um grupo que, segundo os parâmetros bibliográficos obtidos, pudesse ser classificado como digitalmente incluído para então avaliarmos os aspectos relevantes de sua acessibilidade digital no processo de absorção das normas políticas.

Circunscrita a amostra, passamos à elaboração dos instrumentos de observação. Adotamos uma técnica de observação indireta, através da aplicação de um questionário. Em seguida, realizamos as três operações identificadas por Quivy e Campenhoudt (1992:183-187) que antecedem a própria observação: (a) concebemos o instrumento de observação com questões que representassem as variáveis decorrentes dos indicadores, de acordo com o modelo de análise elaborado; (b) testamos o questionário em cinco pessoas próximas (duas delas professoras do mestrando que, portanto, conheciam a pesquisa intentada), e realizamos um pré-teste na primeira instituição selecionada também nos serviu para a validação das questões; e, por fim, (c) recolhemos os dados diretamente no campo constricto que elegemos para a investigação: as três instituições de ensino sediadas em São Caetano do Sul.

Além disso, vale destacar a predominância de questões enunciadas através de escalas de avaliação para que o inquirido apontasse maior ou menor concordância ou frequência em relação às sentenças proferidas. Em complemento, as escalas de avaliação foram construídas a partir de uma graduação de 0 a 5, isto é, com seis respostas possíveis (número par), evitando a tendência ao ponto neutro. Também no enunciado das questões, informamos somente a decodificação das notas que constavam nos polos extremos: nas questões sobre frequência, comunicamos que 0 equivaleria a “Nunca” e 5 equivaleria a “Sempre”; nas questões sobre concordância, indicamos que 0 equivaleria a “Discordo completamente” e 5 seria “Concordo completamente”. Ao ocultar a codificação das notas intermediárias, intencionamos evitar ao máximo a influência nas respostas dos inquiridos.

Cabe ainda informar que o questionário foi aplicado pelo próprio investigador, em concordância com os diretores responsáveis pelas instituições de acolhimento contactadas para tal. O tempo médio para resposta dos inquiridos foi de 25 a 30 minutos.

Destarte, verifica-se que a pesquisa de campo engendrada para conceber as conclusões científicas tentou alinhar instrumentos quantitativos e qualitativos para justificar o rigor adotado na investigação. Sobre esta opção, há já precedentes científicos dentro do espectro das Ciências Sociais que advogam em prol da utilização de uma metodologia mista para chegar a determinados resultados esperados. Tashakkori e Teddlie assim definem o que chamam de *mixed method studies*: “estudos que são corolários de um paradigma pragmático e que combinam abordagens qualitativas e quantitativas em diferentes fases do processo investigatório<sup>24</sup>” (Tashakkori & Teddlie, 1998:17).

O pragmatismo metodológico a que se referem os autores seria uma intersecção intermediária entre os paradigmas positivista e construtivista. Ou seja, do ponto de vista dos métodos há um hibridismo entre instrumentos qualitativos e quantitativos, permitindo assim uma lógica dedutiva-indutiva (que parte das referências teóricas para a concepção empírica do trabalho, mas que permite, a partir desta fase, elaborar conclusões contributivas para o campo teórico de fundamento). Além disso, fornece perspectivas

---

<sup>24</sup> Tradução livre do autor. No original: “*These are the studies that are products of the pragmatist paradigm and that combine the qualitative and quantitative approaches within different phases of the research process*”.

tanto objetivas quanto subjetivas dos fenômenos sociais avaliados e emerge de premissas axiológicas rígidas para a análise dos resultados.

Ao estabelecer que a pesquisa de campo realizada como vetor empírico da investigação alinhavada pode ser categorizada como um *estudo de caso*, no qual a partida epistemológica se envolve do pragmatismo metodológico, a partir de uma *metodologia mista* (com recursos quantitativos e qualitativos), partimos agora para apresentar o que avaliamos como virtuosidades e limitações de tais decisões práticas.

A opção por uma metodologia de abordagem mista, baseada em um estudo de caso levado a cabo através da aplicação de um *survey* predominantemente composto de afirmações enquadradas em escalas de avaliação de frequência e concordância, possibilita, por um lado, agregar um aspecto de maior profundidade de análise das respostas e, por outro, uma distribuição mais heterogênea e menos concentrada na graduação eleita.

#### *Análise de dados e conclusões*

A seguir, a sexta e sétima etapas se convalidam na análise das informações e conclusões. Para tratamento dos dados, utilizamos o software SPSS para aferição dos resultados, os quais seguem apresentados abaixo, sucedidos da discussão dos dados recolhidos e das conclusões a que chegamos.

### **3.2. Apresentação de resultados**

Preliminarmente, cabe-nos esclarecer que foram aplicados 123 questionários (71 na Instituição A, 33 na Instituição B e 19 na Instituição C) nesta ordem. No âmbito da aplicação dos questionários aplicados na primeira instituição, utilizamos os primeiros cinco questionários como pré-teste para validação do instrumento.

Vale ainda ressaltar que, não obstante a primeira instituição difira das restantes ao ser tutelada pela Igreja Católica, na análise de resultados que realizamos não encontramos disparidades potencialmente atribuíveis a tal especificidade em relação aos dados obtidos nas outras instituições.

Do mesmo modo, a segunda instituição se trata de um colégio privado com diretrizes específicas para a pedagogia virtualmente mediada. À semelhança do caso

anterior, os resultados da análise não demonstraram discrepância relevante face às respostas das demais instituições que pudessem ser atribuíveis a este fato.

Por fim, a terceira instituição é um centro público que oferece formação e acesso digital à população menos incluída. De acordo com o tratamento de dados que realizamos, não houve concentrações proeminentes das respostas obtidas nesta instituição em relação às outras, exceto no que se refere ao rendimento familiar mensal, indicador no qual houve, em relação às outras instituições, maior concentração dos respondentes que indicaram ser de “até 1 salário mínimo” ou “até 3 salários mínimos” conforme demonstrada no Gráfico 2.

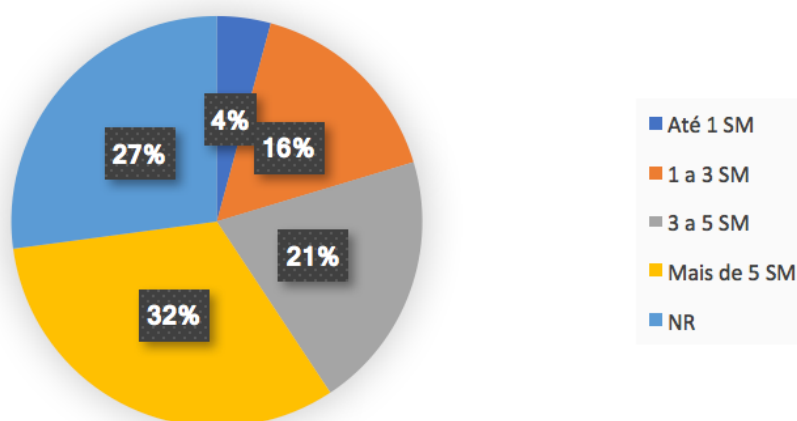
No que se refere à distribuição da amostra por idade, temos apenas jovens de 14 a 18 anos, com maior número daqueles que possuem 15 anos (27 inquiridos; 22% da amostra), 16 anos (39 inquiridos; 32% da amostra) e 17 anos (36 inquiridos; 29% da amostra), resultado já esperado, uma vez que esta é a faixa etária comum aos adolescentes do Ensino Médio no Brasil.

Também informa-se os dados referentes ao sexo dos respondentes, sendo que 53% são do sexo feminino e 47% do sexo masculino.

Incluimos agora os resultados que permitem identificar a distribuição socioeconômica da amostra, conjugando os indicadores de (i) rendimento familiar, (ii) escolaridade dos pais e (iii) padrão de inclusão digital material, isto é, quantidade de computadores a domicílio e qualidade da internet.

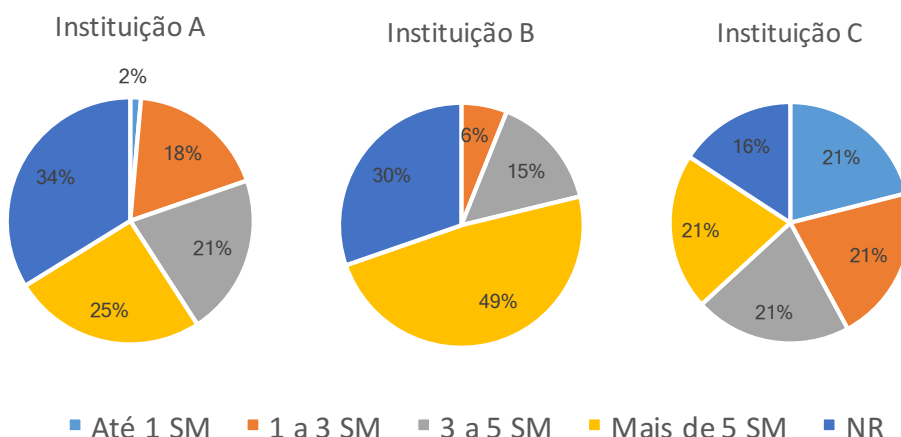
O Gráfico 1 identifica que 53% do público entrevistado identificou sua renda familiar como acima de três salários mínimos, mas vale ressaltar o percentual relevante (27%) de não respondentes, não sendo possível, contudo, esclarecer se a ausência de resposta se deu por ignorância sobre o dado questionado ou por voluntário desejo de não o revelar.

**Gráfico 1 – Distribuição da amostra por rendimento familiar**



**Legenda: SM: Salário Mínimo, no valor de R\$ 937,00.**  
(percentuais; n = 119)

**Gráfico 2 - Rendimento familiar | Distribuição por Instituição**

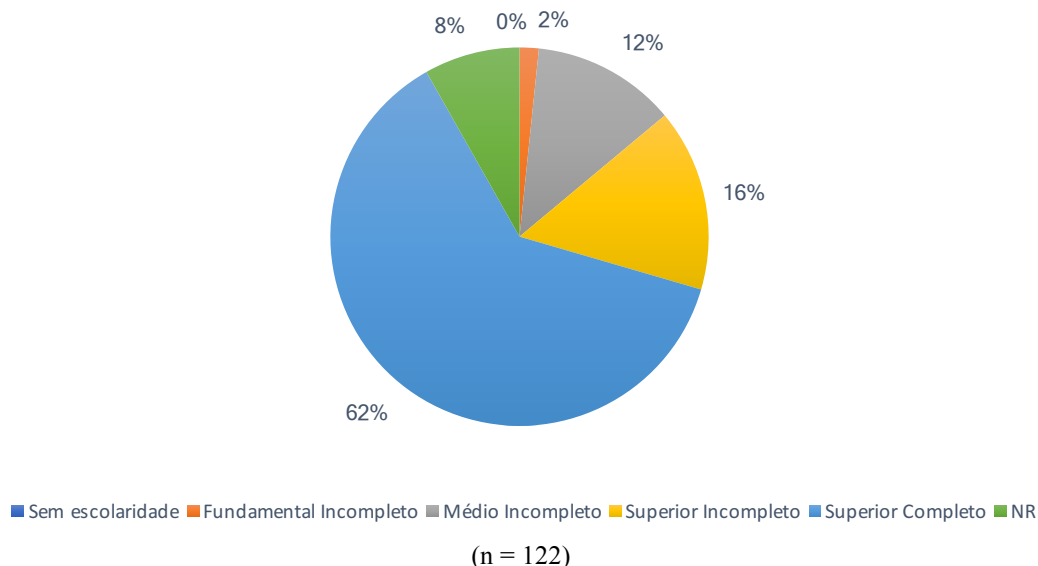


**Legenda: SM: Salário Mínimo, no valor de R\$ 937,00.**  
(Instituição A: n = 71); (Instituição B: n = 33); (Instituição C: n = 19)

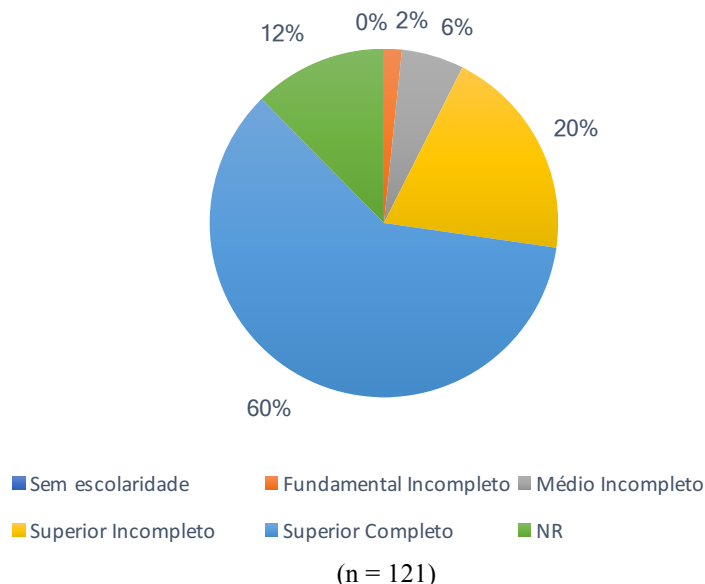
Já o Gráfico 2 aglutina as representações gráficas sobre o rendimento familiar por instituição de ensino. Verifica-se que nas três instituições o percentual de não respondentes (isto é, excluídas as respostas omissas, a percentagem dos que voluntariamente indicaram não saber ou não responder) é bastante relevante. Destacamos ainda que a Instituição B apresenta um amplo percentual de inquiridos que identificaram sua renda familiar acima dos três salários mínimos (64%). Já nas demais instituições, há um aparente equilíbrio neste índice, valendo ainda destacar o percentual expressivo de respondentes da Instituição C que declararam possuir uma renda familiar menor do que um salário mínimo (21%), uma vez que tal instituição é a única mantida pela prefeitura municipal e que oferta cursos a preços mais baixos de forma a atingir camadas menos abastadas da população.

Os Gráficos 3 e 4 abaixo demonstram o percentual de distribuição das respostas para as questões sobre a escolaridade dos pais dos inquiridos. A predominância clara da amostragem abarca, como se pode ver, famílias cujos proventos possuem ensino superior completo (62% das mães e 60% dos pais).

**Gráfico 3 - Distribuição da amostra pela escolaridade da mãe**

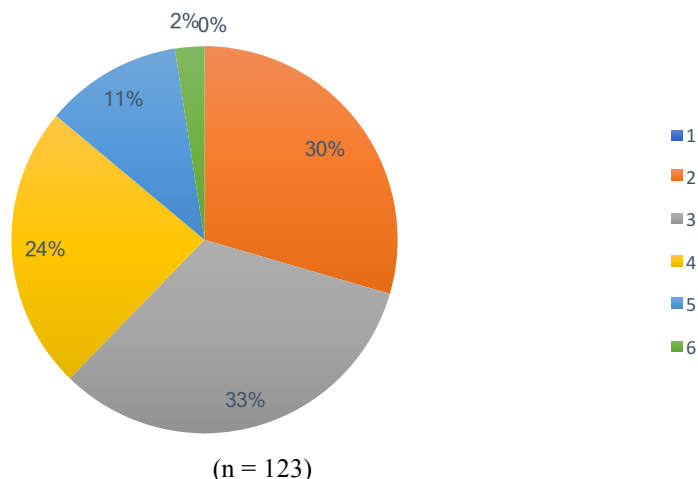


**Gráfico 4 - Distribuição da amostra pela escolaridade do pai**

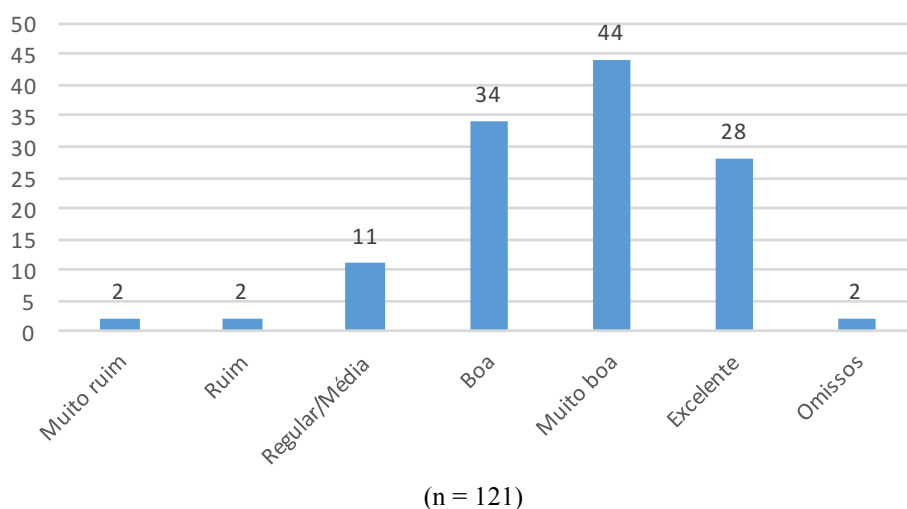


Para atestar ainda a caracterização socioeconômica da amostra, evidenciamos alguns índices (Gráficos 5 a 9) que demonstram o padrão de consumo das famílias dos inquiridos no que se refere especificamente às tecnologias de informação e comunicação (computadores, celulares e *internet*), já que tais parâmetros fazem parte da possibilidade referencial da temática em investigação.

**Gráfico 5 - Distribuição da amostra pela quantidade de computadores em casa**

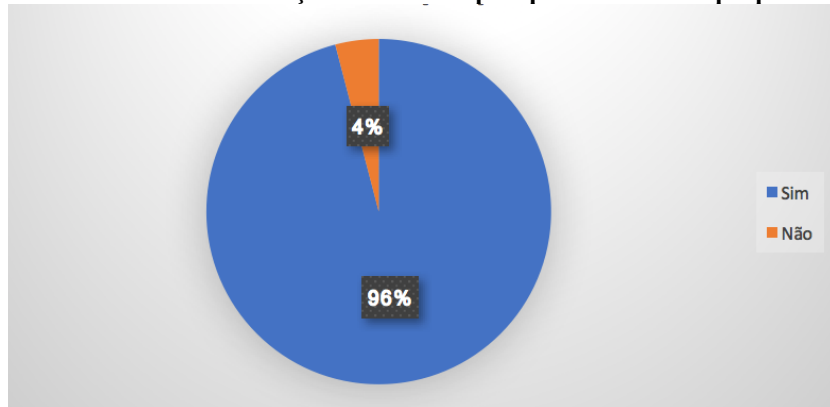


**Gráfico 6 - Distribuição da amostra pela qualidade da internet em casa**



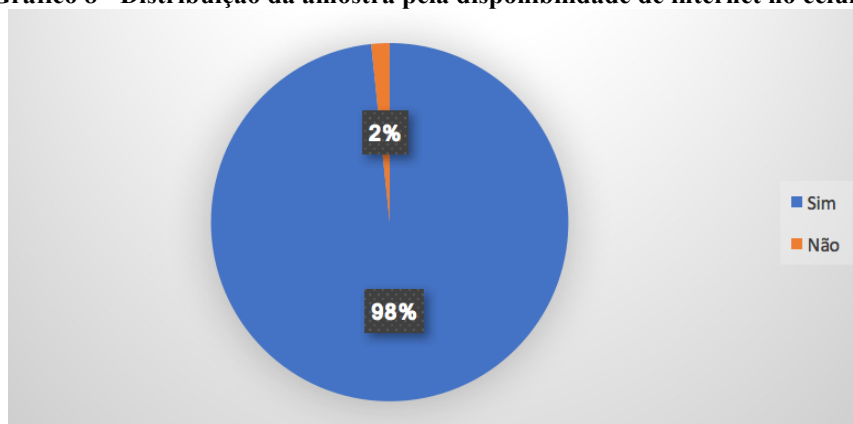
As próximas representações gráficas participam os percentuais da amostra que informaram possuir ou não celular próprio, bem como, neste caso, se há disponibilidade de acesso à *internet* no *hardware* e qual a sua qualidade. Verifica-se que a grande maioria (96%) dos inquiridos responderam afirmativamente à posse de celular para seu usufruto e, destes, 98% confirmaram haver acessibilidade à *internet* com uma qualidade predominantemente positiva (74% afirmaram ser boa, muito boa ou excelente).

Gráfico 7 - Distribuição da amostra pela posse de celular próprio



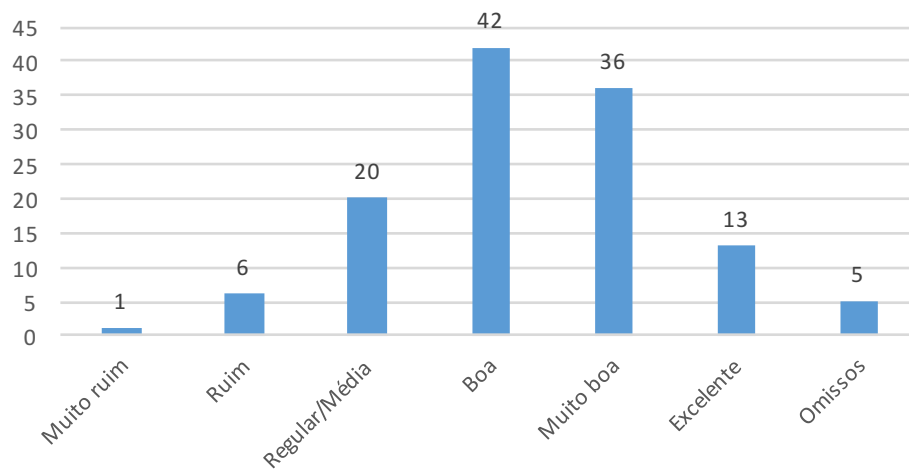
(n = 123)

Gráfico 8 - Distribuição da amostra pela disponibilidade de internet no celular



(n = 118)

Gráfico 9 - Distribuição da amostra pela qualidade da internet no celular

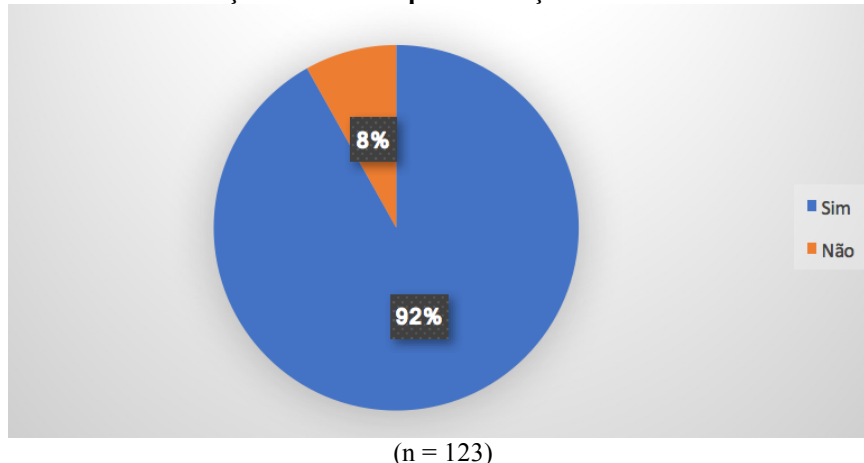


(n = 123)

Por fim, o Gráfico 10 identifica que o percentual de indivíduos que afirmou utilizar computador com *internet* fora de seu domicílio também é bastante relevante (92%).



Gráfico 10 - Distribuição da amostra pela utilização de internet fora do domicílio



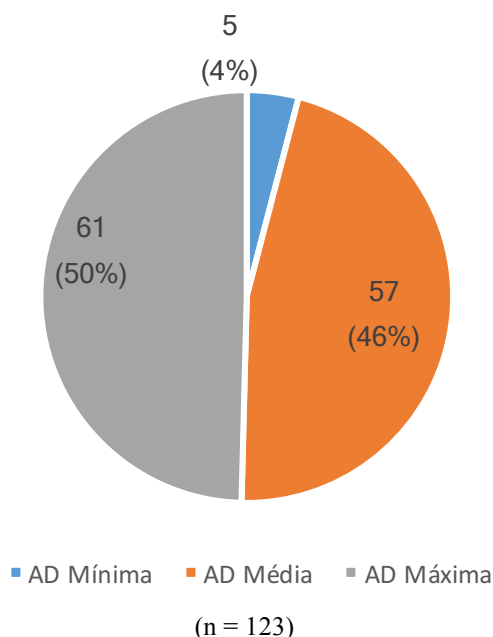
Para sintetizar o que foi abordado no capítulo 2 sobre as dimensões contemporâneas de acessibilidade digital, incluindo não só a dicotomia inicial entre detentores e não-detentores de ferramentas materiais de acesso (refletida na disponibilidade de computador com *internet* a domicílio), propusemos a sistematização de um índice de acessibilidade digital (IAD), o qual considera a aglutinação de três variáveis: (i) acessibilidade material, a partir das questões 10 (quantidade de computadores em casa) e 11 (qualidade de acesso à *internet* domiciliar); (ii) interesse por novas tecnologias, a partir da questão 19; e (iii) habilidade para resolução de problemas de conexão, a partir da questão 26.

Destarte, seguimos o método anteriormente descrito e padronizamos todas as respostas em uma escala de apenas 4 alternativas graduadas, sendo 1 o menor grau e 4 o maior grau possíveis de acessibilidade de acordo com os paradigmas acima explicitados.

Chegamos então a três camadas de acessibilidade digital conforme descritas abaixo:

- Acessibilidade Digital (AD) Mínima: os inquiridos que obtiveram média entre 1 e 2, identificando um grau de acessibilidade digital menor;
- AD Intermediária: os inquiridos que obtiveram média entre 2,1 e 3, identificando um grau de acessibilidade digital intermediário;
- AD Máxima: os inquiridos que obtiveram média entre 3,1 e 4, identificando uma qualificação de acessibilidade digital maior;

Os resultados permitem distribuir a amostra em estudo de acordo com o gráfico 11 abaixo:

**Gráfico 11 - Distribuição da amostra pelo Índice de Acessibilidade Digital**

A decisão por elaborar o índice de acessibilidade digital (IAD) resultou da necessidade de abarcarmos todas as dimensões do conceito de acessibilidade digital em um único indicador. Vale ressaltar ainda que se trata apenas de uma aproximação ao cenário ideal e que para este fim, em nossa ponderação, não imputamos peso diferenciado para cada uma das variáveis. A finalidade da criação de um índice composto era permitir o seu cruzamento com outros indicadores relevantes à nossa pesquisa, de modo a que pudéssemos melhor explorar o comportamento dos jovens com relação a sua acessibilidade digital de maneira criteriosa e concisa.

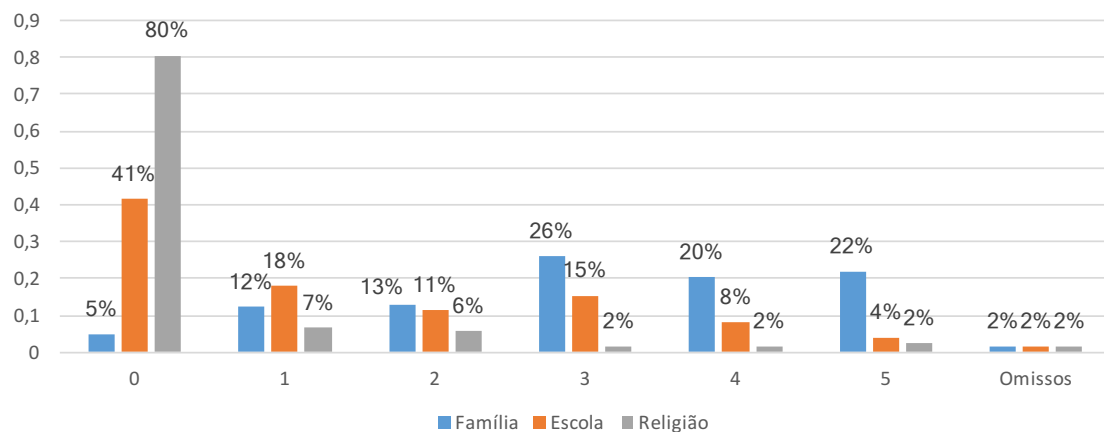
Ao analisar os resultados, é possível verificar que metade dos respondentes atingiu um índice de acessibilidade digital alto, o que nos permite sugerir que a amostra é majoritariamente incluída sob a perspectiva do acesso às tecnologias telemáticas, além de demonstrar que apenas um pequeno percentual (4%) atingiu um índice de exclusão segundo nossos paradigmas. Este resultado é compatível com o esperado, dadas as especificidades do caso escolhido, embora resulte em mais reduzida diferenciação entre níveis de acessibilidade digital, um compromisso que tivemos que assumir.

Passemos agora à descrição dos resultados obtidos para informar a validação das hipóteses delimitadas na construção do modelo de análise.

**Hipótese 1:** o grau de acessibilidade digital dos jovens tem impacto na influência exercida pelos agentes de socialização política.

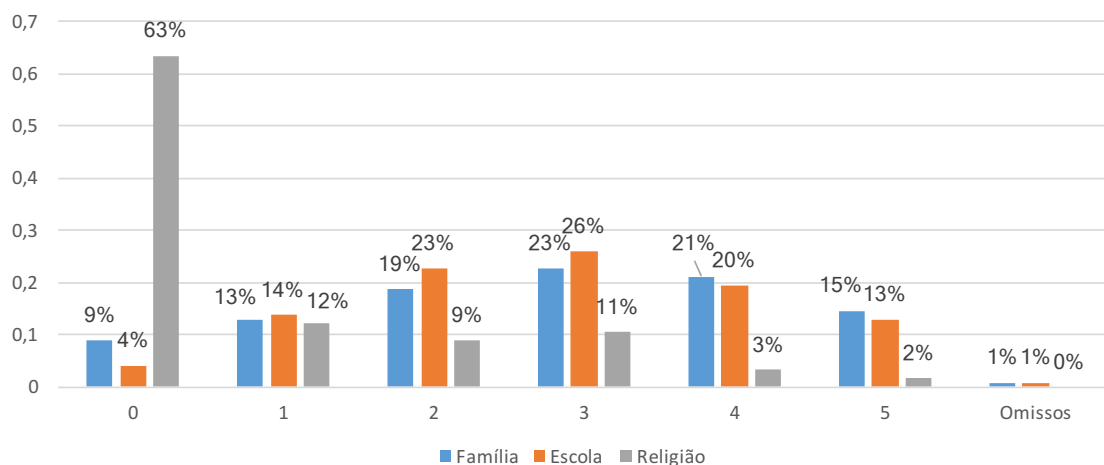
Os gráficos 12, 13 e 14 demonstram a distribuição da amostra no que se refere à autopercepção dos jovens sobre a influência que os agentes informais de socialização política (família, escola e religião) exercem sobre si, desmembrados a partir das seguintes dimensões: consulta em decisões concernentes ao local de relacionamento entre jovens e agentes; abordagem de assuntos políticos; e concordância com opiniões relativas à política.

**Gráfico 12 - Distribuição da amostra segundo influência dos agentes informais de socialização política (consultas em decisões)**

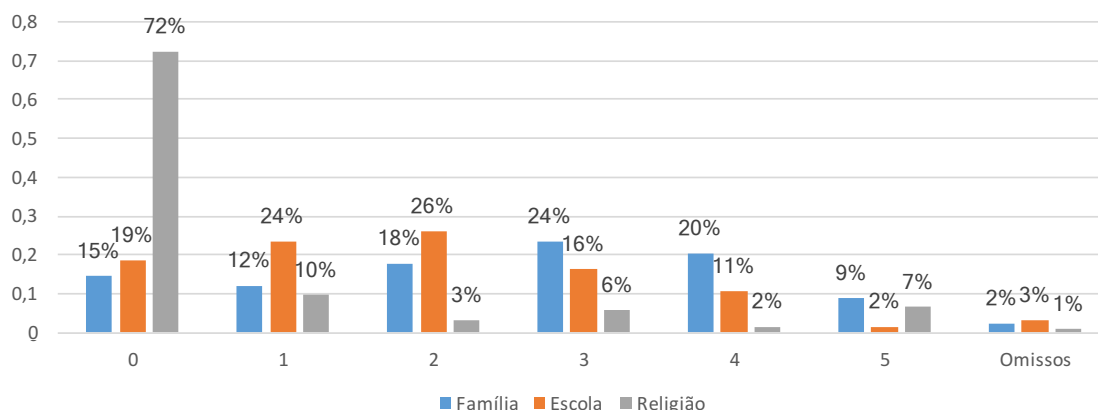


(n=123 / Escala: 0 – Discordo completamente; 5 – Concordo completamente)

**Gráfico 13 - Distribuição da amostra segundo influência dos agentes informais de socialização política (abordagem de assuntos políticos)**



(n=123 / Escala: 0 – Discordo completamente; 5 – Concordo completamente)

**Gráfico 14 - Distribuição da amostra segundo influência dos agentes informais de socialização política (concordância em assuntos políticos)**

(n=123 / Escala: 0 – Discordo completamente; 5 – Concordo completamente)

A tendência mais notória que se apreende com a explicitação dos dados é a baixa influência da religião percebida pelos jovens em seu comportamento político. Segundo os resultados, neste quesito, há uma concentração nas respostas 0 nas três dimensões possíveis, ensejando o menor grau de influência.

**Tabela 5 - Escala de avaliação de influência na formação política**

<i>Agente de influência   Escala de avaliação</i>	0	1	2	3	4	5	Omissos
<b>Parentes (pai, mãe, avô, avó, etc.)</b>	25	12	26	19	<u>24</u>	<u>16</u>	0
<b>Padre / Pastor / Outro líder religioso</b>	1	103	8	6	1	1	3
<b>Professores</b>	47	23	19	18	9	6	1
<b>Políticos</b>	<u>77</u>	12	18	5	5	4	2
<b>Jornalistas</b>	64	23	18	5	6	5	2
<b>Outras figuras públicas</b>	60	24	20	11	3	2	3
<b>Influenciadores digitais</b>	67	16	19	7	5	6	3

(valores absolutos / n=123 / Escala: 0 – Mínima; 5 – Máxima)

Na tabela 5, foram incluídas as distribuições das respostas sobre a influência dos agentes de socialização política (formais e informais) de modo geral. Os dados grifados indicam que, para muitos inquiridos, a família ainda mantém uma preponderância em relação aos demais atores. Além disso, aqueles que exercem cargos políticos eletivos (designados somente “Políticos” na tabela) apresentam o menor grau de influência sobre a amostra.

Também realizamos cruzamentos entre o Índice de Acessibilidade Digital e as respostas dos inquiridos sobre a influência dos agentes de socialização (conforme destacados nas tabelas 6, 7 e 8). Para tanto, selecionamos apenas os indivíduos que se

enquadraram nos graus de acessibilidade digital média e máxima para ponderarmos sobre a comparação entre os dois públicos, uma vez que apenas 5 respondentes foram inseridos no grau mínimo de acessibilidade digital.

Tabela 6 – Cruzamento entre IAD e Influência da Religião

		"Acredito que minha religião influencia minhas opiniões políticas"					Total	
		Nunca	Raramente	Às vezes	Frequentemente	Muito frequentemente	Sempre	Total
Índice de Acessibilidade Digital	Contagem	39	7	3	6	1	1	57
	Contagem Esperada	40,9	5,8	1,9	3,4	1,0	3,9	57,0
	% em "Acredito que minha religião influencia minhas opiniões políticas"	46,4%	58,3%	75,0%	85,7%	50,0%	12,5%	48,7%
	Contagem	45	5	1	1	1	7	60
	Contagem Esperada	43,1	6,2	2,1	3,6	1,0	4,1	60,0
	% em "Acredito que minha religião influencia minhas opiniões políticas"	53,6%	41,7%	25,0%	14,3%	50,0%	87,5%	51,3%
Total	Contagem	84	12	4	7	2	8	117
	Contagem Esperada	84,0	12,0	4,0	7,0	2,0	8,0	117,0
	% em "Acredito que minha religião influencia minhas opiniões políticas"	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

## Testes qui-quadrado

Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	5	0,082
Razão de verossimilhança	5	0,056
Associação Linear por Linear	1	0,675
N de Casos Válidos	117	

a. 8 células (66,7%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é ,97.

Tabela 7 – Cruzamento entre IAD e Influência dos Professores

		"Eu e meus professores concordamos na maior parte dos assuntos políticos"						Total
		Nunca	Raramente	Às vezes	Frequentemente	Muito frequentemente	Sempre	
Índice de Acessibilidade Digital	Contagem	10	11	14	11	9	0	55
	Contagem Esperada % em "Eu e meus professores concordamos na maior parte dos assuntos políticos"	9,6	14,0	14,5	9,6	6,3	1,0	55,0
	AD Média	50,0%	37,9%	46,7%	55,0%	69,2%	0,0%	48,2%
	Contagem	10	18	16	9	4	2	59
	Contagem Esperada % em "Eu e meus professores concordamos na maior parte dos assuntos políticos"	10,4	15,0	15,5	10,4	6,7	1,0	59,0
	AD Máxima	50,0%	62,1%	53,3%	45,0%	30,8%	100,0%	51,8%
Total	Contagem	20	29	30	20	13	2	114
	Contagem Esperada % em "Eu e meus professores concordamos na maior parte dos assuntos políticos"	20,0	29,0	30,0	20,0	13,0	2,0	114,0
	Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

## Testes qui-quadrado

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	5,813 <sup>a</sup>	5	0,325
Razão de verossimilhança	6,646	5	0,248
Associação Linear por Linear	0,777	1	0,378
N de Casos Válidos	114		

a. 2 células (16,7%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é ,96.

Tabela 8 – Cruzamento entre IAD e Influência dos Professores

Crosstab		"Eu e meus pais concordamos na maior parte das opiniões políticas"					
	Nunca	Raramente	Às vezes	Frequentemente	Muito frequentemente	Sempre	Total
Índice de Acessibilidade Digital	Contagem	9	6	11	15	12	57
	Contagem Esperada	7,9	6,9	10,9	14,4	11,4	57,0
	% em "Eu e meus pais concordamos na maior parte das opiniões políticas"	56,3%	42,9%	50,0%	51,7%	52,2%	49,6%
	AD Média						
	Contagem	7	8	11	14	11	58
	Contagem Esperada	8,1	7,1	11,1	14,6	11,6	58,0
	% em "Eu e meus pais concordamos na maior parte das opiniões políticas"	43,8%	57,1%	50,0%	48,3%	47,8%	50,4%
	AD Máxima						
	Contagem	16	14	22	29	23	115
	Contagem Esperada	16,0	14,0	22,0	29,0	23,0	115,0
Total	% em "Eu e meus pais concordamos na maior parte das opiniões políticas"	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Testes qui-quadrado			Significância Assintótica (Bilateral)
Valor	gl		
Qui-quadrado de Pearson	1,423 <sup>a</sup>	5	0,922
Razão de verossimilhança	1,435	5	0,920
Associação Linear por Linear	0,209	1	0,648
N de Casos Válidos	115		

a. 0 células (0,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 5,45.

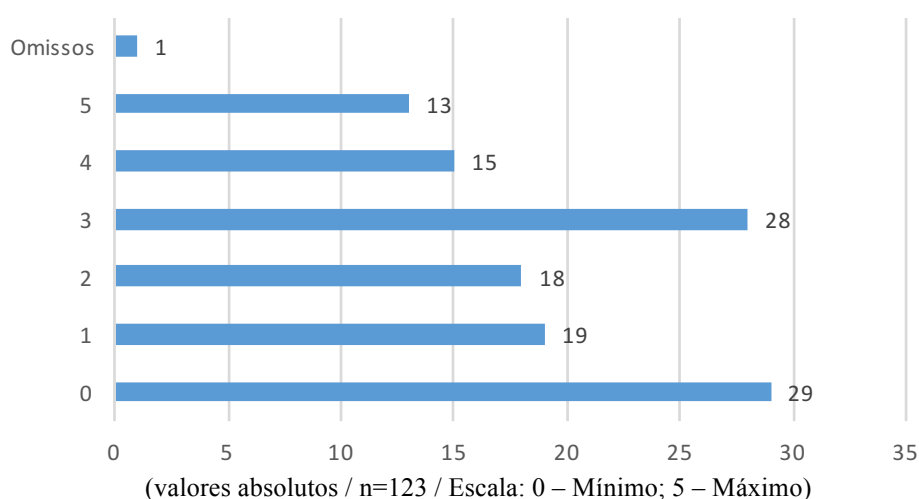
No que se refere aos cruzamentos referidos nas tabelas 6 a 8, não identificamos relações entre o grau de acessibilidade digital (IAD) e a influência da religião na orientação política, tampouco no que diz respeito à concordância com os pais ou professores.

**Hipótese 2:** os jovens digitalmente incluídos preferem a *Internet* a qualquer outro meio de comunicação para ampliar seu conhecimento sobre política.

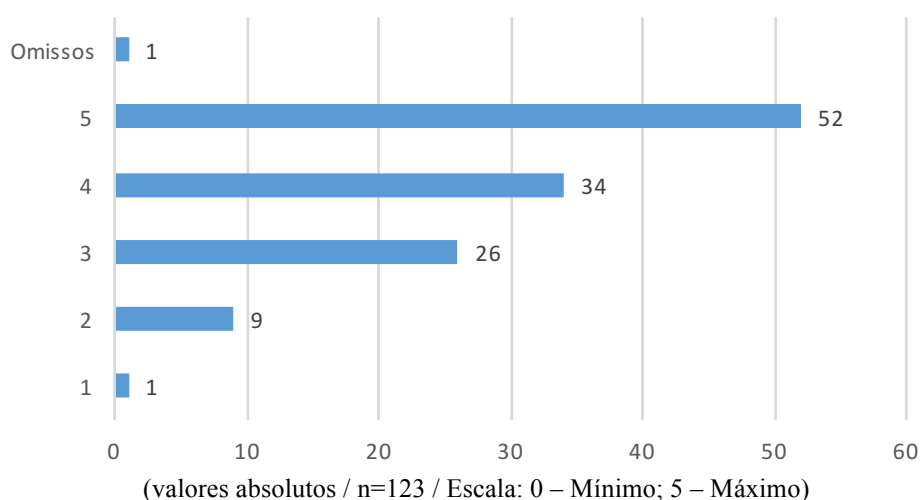
Primeiramente, dispomos dos gráficos 15 e 16 que comparam a distribuição do interesse dos jovens por novas tecnologias (a partir da questão 19) e seu interesse por política (a partir da questão 35). Como se pode extrair dos resultados da amostra, enquanto há uma clara predominância de maior interesse em relação ao aprendizado de novas metodologias tecnológicas (70% dos inquiridos apontou as alternativas 4 e 5, graus de maior interesse), no que se refere ao interesse por política há uma tendência de afastamento, podendo-se afirmar que o maior percentual de inquiridos aderiu à resposta 0 (24%), a qual, na escala de avaliação indicada, designa o mínimo interesse possível.

Não obstante, apenas com esta ilustração não é possível informar que há uma relação entre um e outro comportamento, embora possamos afirmar que a amostra é caracterizada por uma tendência positiva de adesão às novas tecnologias e desinteresse por assuntos políticos.

**Gráfico 15 - Distribuição da amostra segundo interesse por política**





**Gráfico 16 - Distribuição da amostra segundo interesse por novas tecnologias**

As Tabelas 9 e 10 abaixo explicitam o percentual dos inquiridos que respondeu utilizar com muita frequência as respectivas ferramentas, isto é, em uma escala de avaliação de 0 a 5, considerando 0 a resposta “Nunca” e 5 a resposta “Sempre”, reunimos os respondentes que selecionaram os graus 4 e 5.

Destaca-se a utilização mais frequente da televisão enquanto veículo de comunicação em comparação com os demais recursos enumerados.

Com relação aos meios cibernéticos, pode-se verificar que a assiduidade do acesso a alguns *websites* de música, vídeos e redes sociais) é bastante superior aos *websites* de notícias, o que permite concluir que a *internet* é utilizada pelo grupo alvo selecionado mais como uma fonte de entretenimento do que como uma fonte de informação.

**Tabela 9 - Frequência de utilização dos veículos de comunicação**

<i><b>Meio de comunicação</b></i>	<b>Utilizo com muita frequência</b>	<b>% sobre o total</b>
<b>Televisão</b>	63	51%
<b>Sites de notícias</b>	36	29%
<b>Rádio</b>	34	28%
<b>Livros</b>	34	28%
<b>Jornais impressos</b>	3	2%

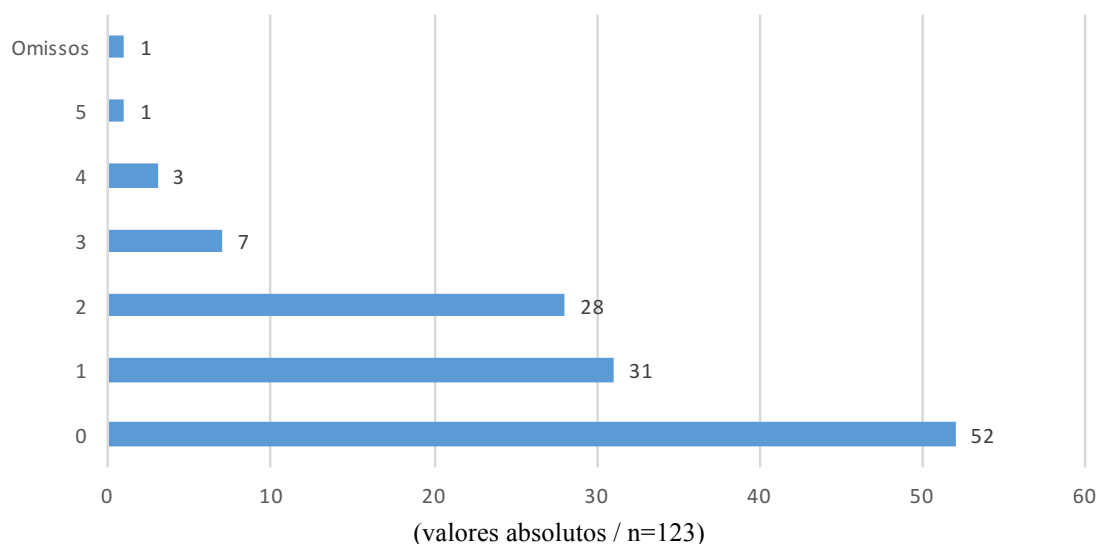
(n=123)

Tabela 10 - Distribuição da amostra por *websites* acessados frequente ou muito frequentemente

P27	Utilizo com muita frequência	% sobre o total
Sites músicas / vídeos	112	91%
Redes sociais	109	89%
Sites de notícias	40	33%
Sites de compras	33	27%
Sites de esportes	29	24%
Sites de jogos	26	21%

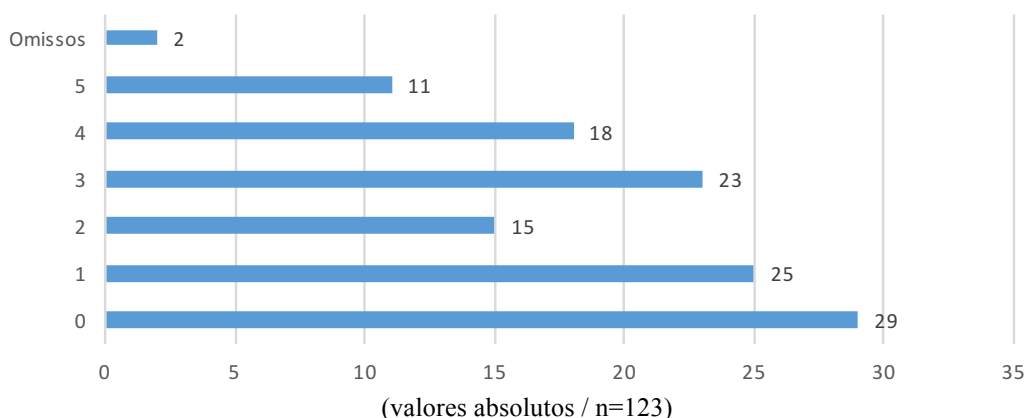
(n=123)

Dispomos agora do gráfico 17, o qual reflete a distribuição das reações ao enunciado “Acredito que as notícias sobre política na *Internet* são confiáveis e imparciais”. Verificamos que a maioria dos inquiridos (67%) informou discordar de tal afirmação (somados os percentuais das respostas 0 e 1).

Gráfico 17 - Distribuição da amostra segundo confiança e imparcialidade das notícias sobre política na *Internet*

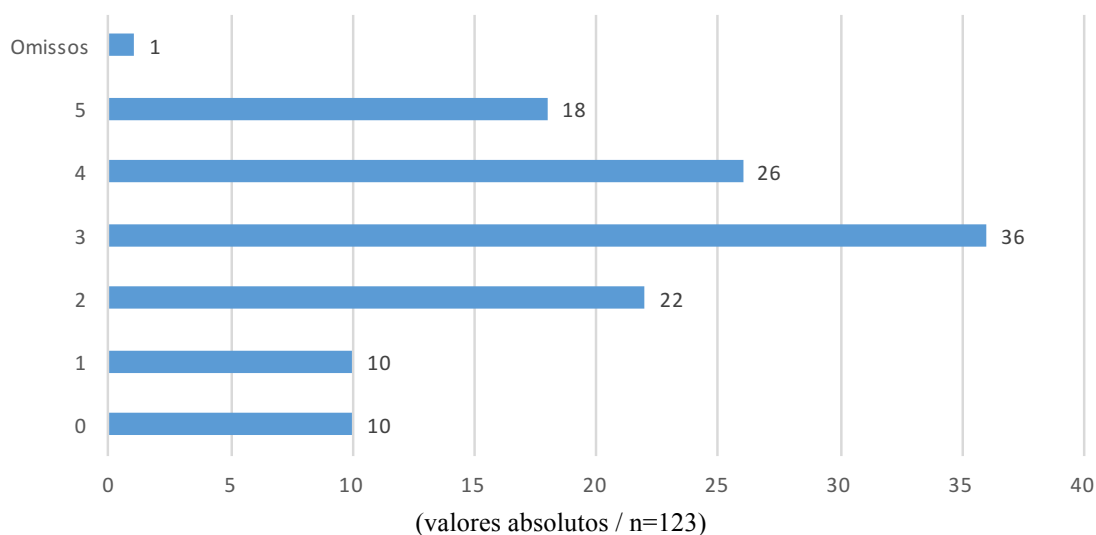
Já as informações do gráfico 18 demonstram a preferência dos jovens pela *Internet* em detrimento de qualquer outro meio de comunicação para fins de acompanhamento de manifestações políticas e/ou partidárias. Podemos verificar que a maioria da amostra informou discordar do enunciado que sugeria predileção da *Internet* enquanto veículo de informação (44% escolheram as opções 0 ou 1).

**Gráfico 18 - Distribuição da amostra segundo preferência pela *Internet* em comparação a outro meio de comunicação**

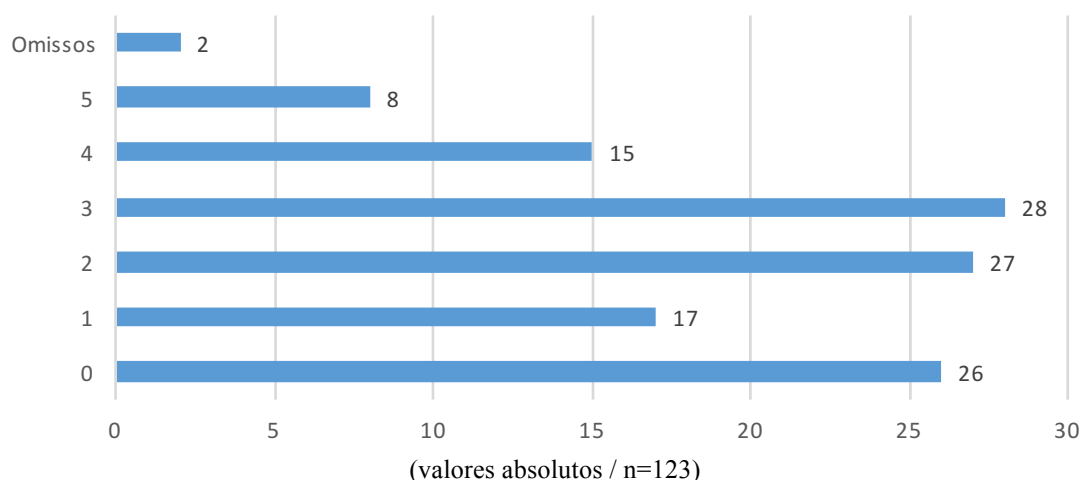


O gráfico 19, por sua vez, demonstra os resultados sobre a autopercepção dos jovens quanto à eficácia da *Internet* em aproximá-los das questões políticas locais e nacionais. Neste sentido, há uma concentração maior nas respostas positivas, isto é, que informam concordar com o enunciado proposto (“A *Internet* aproxima os jovens das questões políticas locais e nacionais”).

**Gráfico 19 - Distribuição da amostra segundo a eficácia da *Internet* em aproximar os jovens das questões políticas nacionais e locais**



Por sua vez, o gráfico 20 indica a distribuição do grau de concordância da amostra com a seguinte afirmação: “A *Internet* favorece a minha atuação política e o exercício da cidadania”. Os resultados informam que a maioria da amostra tende a discordar do enunciado, ainda que haja uma distribuição mais equânime entre os valores possíveis de resposta.

**Gráfico 20 - Distribuição da amostra segundo a eficácia da *Internet* em favorecer a atuação política e o exercício da cidadania**

A tabela 11 ilustra a distribuição das respostas à questão aberta: “considera que a *internet* tem impacto no seu conhecimento político?”. Reunimos então as respostas positivas (sim), negativas (não), neutras (indiferente) e evasivas (não tem opinião) e obtivemos o resultado a seguir: 69% da amostra reconheceu o impacto que a *internet* possui em seu conhecimento sobre assuntos políticos.

**Tabela 11 - Distribuição da amostra segundo opinião sobre impacto da internet no conhecimento político**

<b>Sim</b>	85	69%
<b>Não</b>	20	16%
<b>Indiferente</b>	5	4%
<b>Não tem opinião</b>	2	2%
<b>Omissos (99)</b>	11	9%
<b>Total geral</b>	123	100%

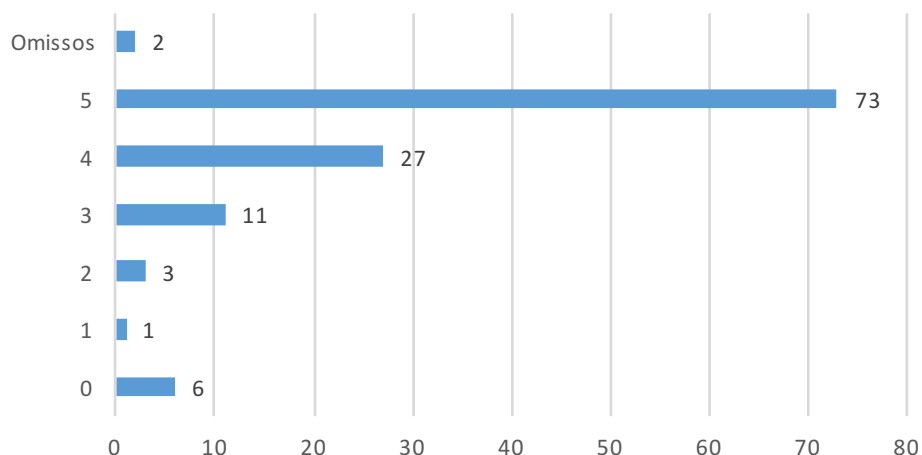
**Hipótese 3:** o grau de acessibilidade digital dos jovens influencia sua orientação política, bem como sua participação política.

Na concepção do questionário, optamos por incluir questões que pudessem balizar a amostra dentro de uma distribuição segundo sua orientação política. Nomeadamente, as questões 30 a 34, bem como as questões 40 a 43.

No que se refere à filiação a partido político (perguntas 30 e 31), apenas dois respondentes informaram que são filiados. Sobre a afinidade dos inquiridos pelos partidos listados na pergunta 33, o líder de respostas foi o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) com 12 respostas, seguido do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) com 7 assinalamentos e do Partido dos Trabalhadores (PT) com 5 escolhas.

Além destas questões, incluímos ainda três perguntas que objetivavam esclarecer a opinião dos inquiridos com relação a três subdimensões da noção de orientação política. A pergunta 40 intencionava avaliar o grau de tolerância dos respondentes; a pergunta 41 buscava entender uma pré-disposição à desobediência civil, ou seja, ao não cumprimento de uma regra considerada por eles como injusta; a pergunta 42 visava avaliar se a amostra toleraria uma decisão do governo em suspender direitos civis. Os gráficos 21 a 23 apresentam os resultados no que se refere a tais questões.

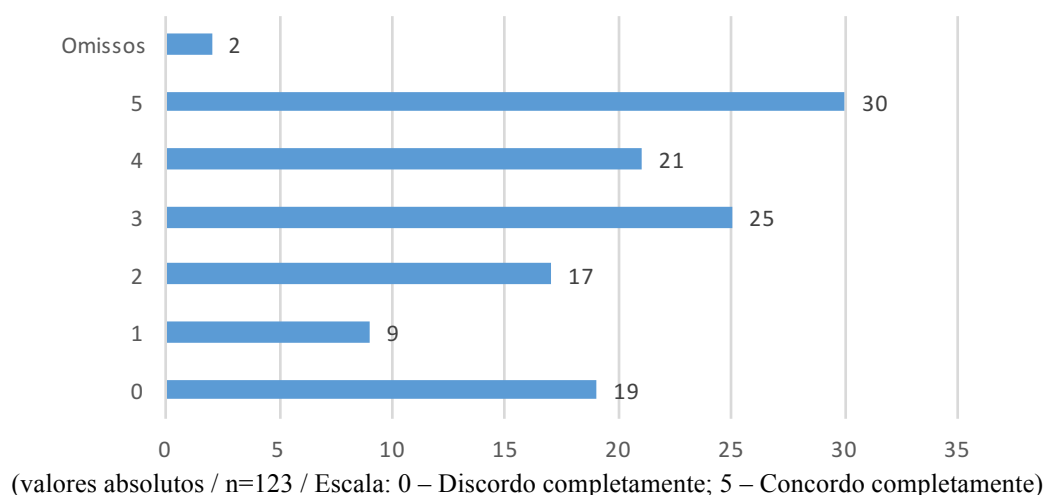
**Gráfico 21 - Distribuição da amostra por tolerância com diferenças políticas**



(valores absolutos / n=123 / Escala: 0 – Discordo completamente; 5 – Concordo completamente)

O primeiro resultado (gráfico 21) demonstra que a amostra se posiciona majoritariamente tolerante diante de diferentes opiniões políticas (81% dos inquiridos escolheram os graus 4 ou 5 diante da afirmação “Acredito ser possível manter relacionamentos pessoais com colegas que não têm a mesma opinião que eu sobre assuntos políticos”).

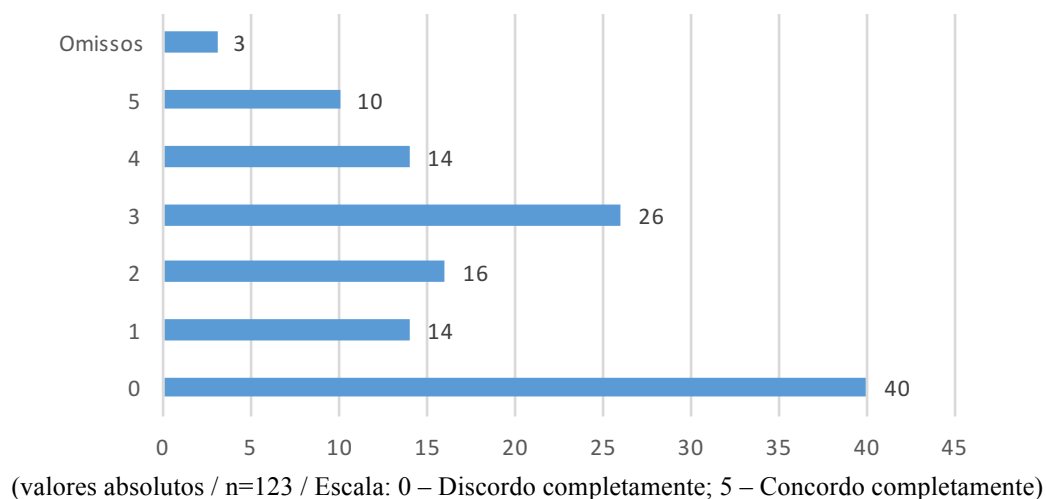
**Gráfico 22 - Distribuição da amostra segundo opinião sobre descumprimento de regra injusta**



Já no Gráfico 22, reflexo da distribuição da amostra para a afirmação “Acredito que uma regra pode ser descumprida caso seja injusta”, há uma pequena tendência à concordância (62% elegeram as respostas 3 a 5), porém com uma parcela importante (37%) que tende à obediência a uma regra mesmo em caso de injustiça, o que nos leva a considerar a distribuição como parcialmente equilibrada, ainda que valha ressaltar que a maioria (24%) tenha optado pela opção 5, polo de maior concordância com o enunciado.

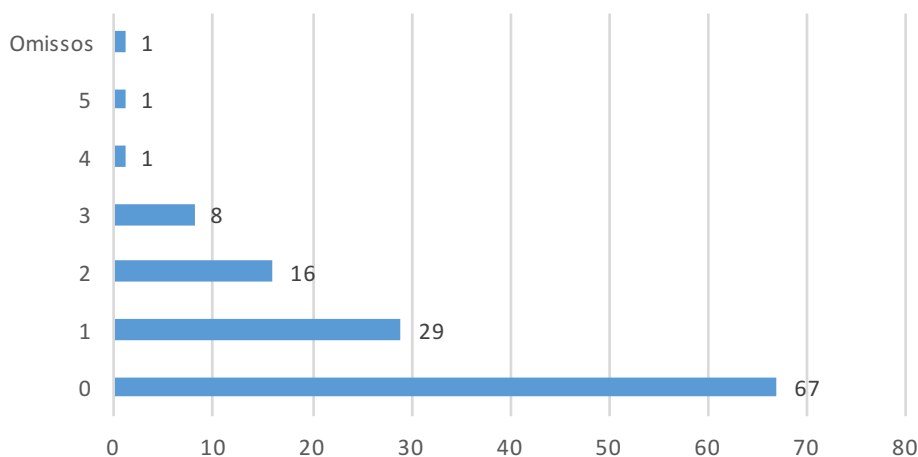
No gráfico 23, verificamos o posicionamento majoritário de 33% da amostra que afirma discordar completamente do enunciado “Acredito que o governo pode suspender direitos de pessoas ou instituições que ameacem a organização social estabelecida”, destacando, contudo, uma distribuição equilibrada entre os demais graus de posicionamento.

**Gráfico 23 - Distribuição da amostra segundo opinião sobre suspensão de direitos pelo governo**



Além disso, o gráfico 24 identifica a distribuição da concordância dos inquiridos com relação à afirmação “Confio nas instituições políticas do meu país” (questão 38). Através dele pode-se perceber que ampla maioria (78%, somados os graus 0 e 1) declararam discordar do enunciado.

**Gráfico 24 - Distribuição da amostra por confianças nas instituições políticas**



(valores absolutos / n=123 / Escala: 0 – Discordo completamente; 5 – Concordo completamente)

Na sequência de nossa análise, especificamos na Tabela 12 o percentual de respondentes que possuem ou não título de eleitor, documento oficial exigido no Brasil para o exercício do direito político ativo do sufrágio. Vale destacar que, segundo o artigo 14, §1º da Constituição Federal brasileira, o voto é obrigatório para os maiores de dezoito anos e facultativo para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

Assim, uma vez que o objetivo da pesquisa é avaliar o interesse dos inquiridos na participação política voluntária, fizemos constar na tabela apenas os respondentes que figuram dentro da faixa etária em que o exercício do direito ao voto é facultativo.

Percebe-se que a grande maioria dos inquiridos (76%) indicou não possuir o título de eleitor, o que permite afirmar que a participação política nos processos eleitorais não é preocupação prioritária dos jovens da amostra na faixa etária dos dezesseis aos dezoito anos incompletos.

A partir deste resultado, realizamos o cruzamento de tais informações com os dados obtidos no Índice de Acessibilidade Digital, o qual conclui que não há relação entre a posse voluntária do título de eleitor e o IAD (conforme tabela 13).

Tabela 12 - Distribuição da amostra pela detenção de título de eleitor

P28 - título de eleitor*	Sim	Não
Possui título de eleitor?	18	57
%	24%	76%

\*Excluimos os inquiridos de menos de 16 e de mais de 18 anos, já que com menos de 16 anos não é possível tirar o título de eleitor e o documento é obrigatório a partir de 18 anos de idade.

(n=75)

Tabela 13 – Cruzamento IAD com Posse de Título de Eleitor

	Possui título de eleitor?		Total
	Sim	Não	
AD Mínima	Contagem	0	4
	Contagem Esperada	1,0	4,0
	% em Possui título de eleitor?	0,0%	5,3%
Índice de Acessibilidade Digital	Contagem	10	33
	Contagem Esperada	7,9	33,0
	% em Possui título de eleitor?	55,6%	44,0%
AD Máxima	Contagem	8	38
	Contagem Esperada	9,1	38,0
	% em Possui título de eleitor?	44,4%	50,7%
Total	Contagem	18	75
	Contagem Esperada	18,0	75,0
	% em Possui título de eleitor?	100,0%	100,0%

Testes qui-quadrado			
Idade2	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)
16 e 17 anos	Qui-quadrado de Pearson	2	0,339
	Razão de verossimilhança	2	0,216
	Associação Linear por Linear	1	0,942
	N de Casos Válidos		
Total	Qui-quadrado de Pearson	2	0,339
	Razão de verossimilhança	2	0,216
	Associação Linear por Linear	1	0,942
	N de Casos Válidos		

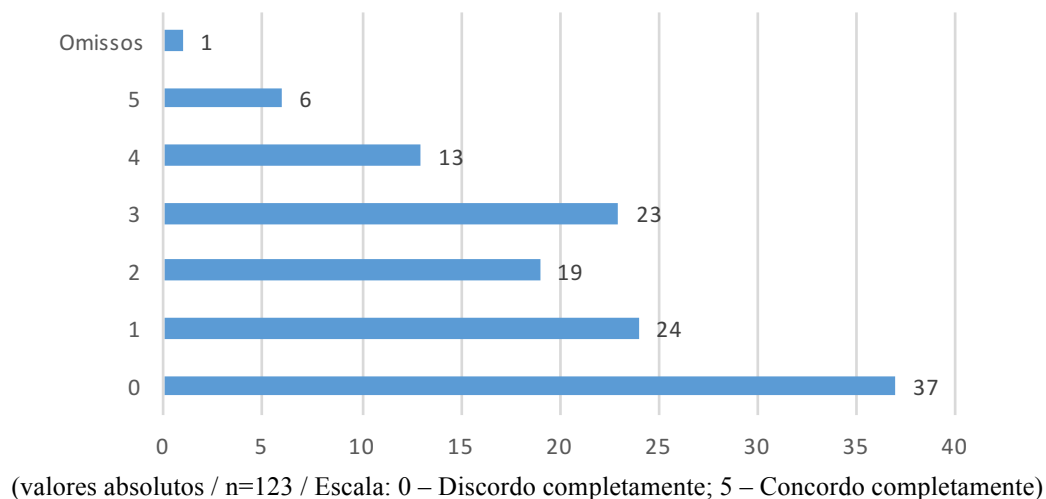
a. 2 células (33,3%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é ,96.

Reflexo das respostas à questão 37, na qual havia a afirmação “Acredito que posso participar ativamente na política”, o Gráfico 25 identifica a distribuição na escala de avaliação de 0 a 5, segundo a qual 0 equivaleria a “Discordo completamente” e 5 seria



“Concordo completamente”. Nesta toada, verifica-se que 50% (somados os percentuais das respostas 0 e 1) da amostra indicaram não confiar em sua própria atuação política.

**Gráfico 25 - Distribuição da amostra por crença em sua própria participação política**



Na tabela 13, elencamos as categorias de respostas recodificadas para a questão: “Qual a sua opinião sobre o processo de *impeachment* (impedimento) que afastou Dilma Rousseff do cargo de presidente da república do Brasil?”.

Cabe esclarecer que incluímos tal questão a fim de compreender a distribuição da amostra através de um espectro ideológico de afinidade ou não com Dilma Rousseff, presidenta eleita pelo maior partido de centro-esquerda do Brasil.

Em um primeiro momento criamos apenas três categorias que refletiriam (i) concordância, (ii) discordância ou (iii) neutralidade. No entanto, para maior profundidade da análise, atribuímos novas categorias que destacavam nuances na opinião final dos respondentes, refletindo uma escala de avaliação de concordância a partir da análise das construções de ideias das respostas. Assim, temos: (i) discordância sem ressalvas; (ii) tendência à discordância; (iii) indiferença; (iv) concordância com ressalvas; e (v) concordância sem ressalvas. Além destas, incluímos ainda os percentuais de respostas omissas e de não opinião.

**Tabela 14 - Distribuição da amostra segundo opinião sobre o *impeachment* de Dilma Rousseff**

<b>Concorda sem ressalvas com o impeachment</b>	42	34%
<b>Concorda com ressalvas com o impeachment</b>	26	21%
<b>Não tem opinião</b>	16	13%
<b>Discorda sem ressalvas do impeachment</b>	14	11%
<b>Omissos (99)</b>	11	9%
<b>Considera indiferente</b>	9	7%
<b>Tendência à discordância sobre impeachment</b>	5	4%
<b>Total geral</b>	123	100%

Verifica-se, portanto, que o polo de extrema concordância foi o que obteve maior adesão (34%), seguido do segundo grau de concordância com 21%. Estes são os que responderam positivamente ao *impeachment*, porém declararam alguma reserva com relação a seus efeitos. Abaixo apresentamos três das respostas que foram incluídas nesta categoria:

Foi um processo que estava na Constituição, legalmente. Porém tirá-la do poder não trouxe benefício algum ao país, podemos dizer que piorou a economia. (ID n.º 8)

Concordo e discordo. Se ela não tivesse saído, o país estaria talvez pior do que se encontra, porém ela saindo ajudou a "desmascarar" mais. O errado é colocar toda a culpa da corrupção nela, pois obviamente ela é só mais uma que faz parte. (ID n.º16)

Por um lado foi bom por ter tirado do poder alguém que não era qualificado para tal cargo, e pelo lado ruim hoje temos o governo do Temer que anda desfavorecendo a população carente e aumentando impostos. (ID n.º 201)

Já as respostas enquadradas nos graus de discordância somadas totalizam apenas 15% dos inquiridos, o que demonstra que a maior parte da amostra se posiciona favorável ao processo que afastou a presidenta Dilma Rousseff.

### **3.3. Discussão dos resultados: conclusões, contributos e proposições teórico-metodológicas**

A partir dos resultados apresentados no subcapítulo anterior, elencaremos doravante as conclusões, contributos da pesquisa e proposições para futuras investigações que pretendam analisar as relações entre acessibilidade digital e socialização política dos adolescentes.

Mais uma vez reiteramos que as conclusões aqui ofertadas não têm a pretensão de exorbitar seus efeitos para mais do que a amostra selecionada, uma vez que se trata de um estudo de caso descritivo. No entanto, apresentam tendências analíticas hipotéticas (tanto teóricas quanto metodológicas) que podem servir de base para investigações de maior profundidade (sob uma perspectiva qualitativa) ou com maior representatividade (sob a perspectiva quantitativa).

Tal como se esperava, a amostra estudada se posiciona em um espectro de maior inclusão digital, consideradas as quatro dimensões de acessibilidade abordadas com detalhe no Capítulo 2. Isto é: tem majoritariamente disponibilidade de mais de 3 computadores a domicílio, com acesso à *internet* de qualidade entre boa e excelente, amplo interesse por novas tecnologias, razoáveis habilidades para solucionar problemas de conexão e autonomia para usufruir dos recursos cibernéticos.

Em que pese grande parte da amostra tenha anunciado seu desinteresse pela participação política de modo institucionalizado, bem como sua descrença nas instituições políticas brasileiras, quando abordados assuntos políticos mais sensíveis (como a desobediência civil de regra injusta, a suspensão de direitos pelo governo ou o *impeachment* de Dilma Rousseff) há uma clara assiduidade de posicionamento e baixos níveis de abstenção ou evasão de opinião.

Outro ponto importante é sobre o padrão de consumo dos veículos de comunicação: a televisão continua aparecendo como uma ferramenta de grande difusão e, dentro dos meios telemáticos, as redes sociais mantêm maior preponderância quando comparadas aos *websites* de notícias. Neste sentido, é possível que haja uma relação entre a propagação de opiniões e afinidades políticas através das redes sociais, mais do que pelos meios de comunicação específicos de assuntos políticos, o que seria bastante relevante para figurar como pergunta de partida em eventual investigação futura.

Ao avaliarmos a percepção dos jovens acerca da influência dos agentes de socialização, percebemos que, em comparação com outras instituições, a família continua mantendo um maior impacto em tal processo.

Para futuras investigações, há uma hipótese que poderia ser melhor explorada: aparentemente nossa amostra demonstra rechaço às influências dos agentes de socialização, porém apresenta posicionamentos mais ou menos afirmativos sobre assuntos políticos. Este fato pode indicar uma sensação de autonomia e autossuficiência de opiniões, com uma percepção de distanciamento das gerações anteriores e das instituições tradicionais, e conseqüente incremento das próprias noções subjetivas sobre as normas de convivência. Outra hipótese relevante sugeriria que, ainda que haja um processo contínuo de transmissão das normas estabelecidas pelos agentes de influência, isso acontece de maneira tão inconsciente e naturalizada – *trabalho pedagógico* segundo

Bourdieu e Passeron (1975) – que impede a percepção dos jovens receptores, o que também poderia explicar o sintomático e assíduo posicionamento político em relação aos temas abordados.

Para atestarmos a simetria entre as opiniões ideológicas dos agentes de socialização e os jovens no papel de receptores, seria importante comparar, a partir das mesmas questões colocadas, as respostas de uns e dos outros, tal como Hyman (1966) apresentou em seus estudos. A nossa pesquisa permite invocar a percepção e representação consciente dos jovens sobre os processos de transmissão de normativas.

Ainda, ao compararmos os resultados de algumas das pesquisas elencadas no capítulo 02 com os que obtivemos na nossa, temos o seguinte:

(i) nossos resultados coadunam com as descobertas de Roballo (2011) no que se refere à conclusão de que *a socialização política disponível prima pelo pouco interesse em criar cidadãos participativos*. No entanto, ao contrário de suas constatações, no que se refere à ausência de preocupação dos jovens com as questões políticas, nossos resultados informam que, de fato, para a amostra que selecionamos, há um desinteresse na participação política institucionalizada, mas, quando levantamos assuntos políticos mais sensíveis à opinião, parece haver uma necessidade clara de posicionamento individual;

(ii) as conclusões de Xenos *et al* (2014) demonstram um otimismo em relação ao nivelamento a longo prazo das desigualdades de acesso à informação política em razão da expansão das mídias digitais, o que, segundo nossa pesquisa, não é possível afirmar ou refutar, muito embora seja importante destacar que a amostra investigada continua a considerar a televisão como maior fonte de informação e os *websites* dedicados à difusão de notícias ainda carecem de penetração mais incisiva entre o público analisado;

(iii) nosso trabalho também coaduna com os resultados da pesquisa de Quintelier (2015), no que se refere ao impacto dos agentes de socialização, uma vez que ambos concluem que a influência da família na participação política dos jovens continua sendo prevalente em relação aos demais agentes;

(iv) Ekström *et al* (2014) concluem que o engajamento político deflagrado nas instâncias virtuais tem um efeito negativo a longo prazo na participação política em outros ambientes. Sob este aspecto, nossos resultados não permitem comparações.

No que se refere à comparação com as pesquisas sociológicas empreendidas no Brasil, é possível compreender uma relação entre o que Roballo (2011) atestou sobre a falta de interesse no processo de socialização política atual em criar cidadãos participativos e nossas pesquisas que, da mesma forma, demonstraram um distanciamento da participação por vias institucionalmente estabelecidas, ainda que, nas esferas privadas, as opiniões sobre assuntos políticos frequentemente são afirmativas.

O estudo de Minucelli (2015) ressaltou a importância das comunidades virtuais na conclamação dos jovens à participação nas manifestações de rua de Junho de 2013. Em nossas pesquisas, não chegamos a avaliar impacto similar ao foco do estudo em voga, mas concluímos que a auto percepção dos jovens os leva a considerar a *Internet* como um mecanismo de alimentação intelectual sobre assuntos políticos.

Dos Santos (2008), por sua vez, apresentou conclusões sobre a igreja neopentecostal e sua permeabilidade para tratar de assuntos políticos. Nós preferimos tentar o caminho inverso e analisar a permeabilidade dos jovens em relação ao discurso político realizado na igreja. Ainda assim, pode-se ressaltar que nossas conclusões parecem ser pouco coadunantes, já que, se o investigador informou que a igreja parece aberta a tratar tais assuntos dentro de seus espaços, a percepção dos jovens sobre este diálogo ainda parece bastante distante.

## Conclusão

Após a elucubração teórica e a aplicação prática da pesquisa de campo, retornamos à pergunta de partida para avaliar se o trabalho empreendido alcançou satisfatoriamente os resultados desejados. Questionamos: como o grau de acessibilidade digital dos estudantes do Ensino Médio influencia em seu processo de socialização política?

Delimitamos as referências teóricas, os instrumentos metodológicos e o campo a ser observado de acordo com critérios rigorosos, de maneira a atender o eixo central da investigação.

Deste modo, aferimos as hipóteses abaixo reproduzidas, seguidas da conclusão a que chegamos pela análise dos dados:

**Hipótese 1:** o grau de acessibilidade digital dos jovens tem impacto na influência exercida pelos agentes de socialização política.

A partir dos parâmetros que utilizamos, não encontramos evidências sobre a relação entre o grau de acessibilidade digital e a influência dos agentes (formais e informais) de socialização política em nossa amostra.

De qualquer maneira, vale ressaltar que as respostas do questionário indicam que o ambiente religioso no qual os jovens da amostra estão inseridos não impacta em sua orientação e participação políticas.

Além disso, verificamos que a estrutura familiar ainda mantém uma prevalência sobre os demais agentes de socialização política, o que vai ao encontro do que Herbert Hyman atestou, bem como o que Pierre Bourdieu assentou através de seus estudos sobre a reprodução social.

Desta forma, pode-se concluir que, para a nossa amostra, caracterizada como digitalmente incluída, a influência da religião no processo de transmissão de normas políticas é bastante reduzida. Todavia, a autoridade da família se mantém predominante em relação aos demais agentes de socialização política.

Vale destacar ainda que, diante dos parâmetros utilizados em nossa investigação, não é possível afirmar que haja relação direta entre a inclusão/exclusão digital dos jovens e o impacto dos atores transmissores das normas políticas.

**Hipótese 2:** os jovens digitalmente incluídos preferem a *Internet* a qualquer outro meio de comunicação para ampliar seu conhecimento sobre política.

O interesse por novas tecnologias é um dos indicadores do grau de acessibilidade digital, de acordo com Van Dijk e DiMaggio & Hargittai, como apresentamos no capítulo 2. Partindo dessa premissa, ao questionarmos a amostra, verificamos acentuado grau de curiosidade perante inovações tecnológicas.

O interesse por assuntos políticos também é um indicador da participação política dos jovens, que configura uma das dimensões do macro conceito de socialização política, discutido no capítulo 1. Através dos resultados obtidos, verificamos que o interesse da amostra por assuntos políticos, diferente do seu interesse por novas tecnologias, é bastante discreto. A grande maioria da amostra, quando questionada sobre isso, informou não manter curiosidade ou acompanhar notícias sobre o assunto.

Além disso, de acordo com a nossa amostra, a televisão continua a ser o veículo de comunicação mais acessado pelos jovens. Verificamos que 51% dos inquiridos indicaram assistir à programação televisiva com muita frequência, como explícito no capítulo 3.

Apesar deste dado, percebemos que a *internet* possui impacto notório em relação ao conhecimento da amostra sobre política, muito embora a maioria dos respondentes tenha declarado não confiar na imparcialidade destes meios de comunicação. Soma-se a isso o fato de que os *websites* de entretenimento têm maior frequência de acesso do que aqueles sítios estritamente dedicados a notícias políticas.

Destacamos, por fim, que, segundo a percepção da amostra, há uma tendência majoritária em considerar que a *Internet* aproxima os jovens das questões políticas locais e nacionais. Pelo contrário, no que se refere à eficácia da *Internet* enquanto um meio para atuação política e exercício da cidadania individual, a amostra manifesta uma tendência de discordância.

**Hipótese 3:** o grau de acessibilidade digital dos jovens influencia sua orientação política, bem como sua participação política.

No que se refere às questões relacionadas à política contemporânea, verificamos que há uma tendência de afastamento das práticas e instituições políticas tradicionais. Podemos concluir isto uma vez que somente uma minoria daqueles que possuem 16 e 17 anos, idade em que o sufrágio é facultativo, demonstrou obter o título de eleitor para exercício do voto (participação política institucional).

No entanto, não encontramos evidências que permitam inferir sobre a relação entre o grau de acessibilidade digital da amostra (com o recorte etário de 16 e 17 anos) e o fato de terem ou não obtido voluntariamente o título de eleitor.

Outro dado relevante é sobre a afinidade com partidos políticos. Da lista de partidos que enumeramos (e deixamos ainda uma questão aberta para que o inquirido pudesse incluir outro partido que não estivesse indicado), aquele que demonstrou gozar de maior afinidade (Partido da Social Democracia Brasileira) foi assinalado por somente 12 jovens. Os demais partidos obtiveram índices ainda menores. A grande maioria da amostra se absteve de selecionar um partido ou declarou expressamente não manter nenhuma simpatia com os partidos brasileiros, denunciando um afastamento em relação ao campo eleitoral da política (segundo nosso levantamento teórico, ainda uma instância da participação política institucional).

Ademais, quando questionamos se os jovens acreditavam em sua própria participação política, a maioria das respostas se concentrou no menor nível da escala. Também no que se refere à confiança nas instituições políticas do Brasil, a amostra se declarou bastante descrente.

Já no âmbito da orientação política da amostra, outra dimensão do conceito de socialização política, percebemos que a maior parte dos jovens tende a rechaçar a suspensão de direitos dos cidadãos pelo governo. Também apreendemos que grande maioria dos inquiridos declarou ser tolerante com colegas que possuem opiniões divergentes a respeito de política.



Por fim, de modo a avaliarmos a afinidade ideológica do campo, concluímos que a maioria da amostra afirmou concordar com o processo de *impeachment* que resultou no afastamento da ex-presidenta Dilma Rousseff.

Não foi, pois, possível confirmar qualquer das hipóteses avançadas. No caso das hipóteses 1 e 3 é de ressaltar que a escolha de um caso de estudo caracterizado por média a elevada acessibilidade digital pode ter tornado indiscerníveis padrões que melhor se exporiam num contexto de superior divergência em grau de acessibilidade digital dos indivíduos estudados.

De maneira mais minuciosa, considerando as dimensões apreendidas do conceito de socialização política, conjugadas com as dimensões de acessibilidade digital, concluímos o que segue abaixo, de modo a responder a questão de partida desta investigação:

(a) a religião, enquanto um dos agentes tradicionais e informais de transmissão de normas políticas, tem perdido espaço dentro da conjuntura em que estão inseridos os jovens de nossa amostra, jovens estes que mantêm um alto grau de acessibilidade digital; por outro lado, a família ainda cultiva uma prevalência na formação política do nosso público, mesmo em comparação com os demais agentes (escola, políticos de carreira ou jornalistas);

(b) em que pese grande parte da amostra tenha indicado que a *Internet* possui grande impacto em seu conhecimento político, a frequência de acesso a conteúdos desta natureza ainda é bastante reduzida quando comparada à frequência de acesso a outras plataformas digitais (*websites* de entretenimento). Além disso, a amostra manifestou uma tendência a considerar a falta de credibilidade e imparcialidade das notícias sobre políticas veiculadas pela *Internet*;

(c) a maioria dos jovens de nosso estudo apresentou respostas no sentido de um afastamento dos espaços institucionais da política, refletidos no baixo percentual de indivíduos que possuem título de eleitor, bem como na escassa afinidade com os partidos políticos.

Ainda, informamos que não foram encontradas evidências empíricas que demonstrassem a relação do grau de acessibilidade digital da amostra com seu engajamento político.

As conclusões acima identificadas abrem caminho para um frutífero campo de estudo que intencione avaliar as relações entre acessibilidade digital e socialização política.

Primeiro, sobre a influência dos agentes informais, pode-se investigar se, de fato, esta foi reduzida ou se caracteriza por ser inconsciente. Além disso, em comparação com outros agentes de socialização, pode questionar-se se os agentes de socialização concorrem pelo exercício de influência ou, ao contrário, são formadores ideologicamente convergentes. Ou melhor: se disputam seu impacto através de ideologias contrárias ou, na verdade, somente advogam em prol de uma ideologia dominante e/ou relativamente complementar.

Ainda, nos interessaria em pesquisas futuras avaliar quais as ideologias políticas que mais se beneficiam em um cenário similar ao da amostra estudada: população digitalmente conectada, desinteressada pela política institucional, porém preocupada em opinar sobre temáticas políticas de alta sensibilidade.

### Referências bibliográficas

- Abrantes, P. (2011) *Por uma teoria da socialização*. Porto: Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. XXI pp. 121-139.
- Almeida, R. (2016) Estudo de caso: foco temático e diversidade metodológica in *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: bloco qualitativo*. São Paulo: SESC São Paulo/CEBRAP, pp. 60-72.
- Almond, G. A. (1990). The study of political culture in *A Discipline Divided: Schools and Sects in Political Science*, vol 175. Sage, pp. 5-20.
- \_\_\_\_\_. (1956) Comparative political systems in *The Journal of Politics*, vol. 18, n.º 3. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 391-409.
- Austin, E. W.; Nelson, C. L. (1993) Influences of ethnicity, family communication, and media on adolescents' socialization to U.S. politics in *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, 37:4, pp. 419-435. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1080/08838159309364233>.
- Bachrach, P., & Botwinick, A. (1992). *Power and empowerment: A radical theory of participatory democracy*. Filadélfia: Temple University Press.
- Berlo, D. (1985) *O processo da comunicação*. São Paulo: Martins Fontes.
- Birch, A. (1993) *The concepts and theories of modern democracy*. Londres: Routledge.
- Bourdieu, P. (1989) *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.
- Bourdieu, P.; Passeron, J. C. (1975) *A reprodução*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Bulman, G; Fairlie, R. W. (2015) Technology and Education: Computers, Software, and the Internet in *IZA, Discussion Papers 9432*. Disponível em <http://hdl.handle.net/10419/124948>. Acesso em 10 de julho de 2017.
- Chakraborty, J.; Bossman, M. M. (2008) Measuring the digital divide in the United States: race, income and personal computer ownership in *The Professional Geographer*, 57.3, pp. 395-410.

Cresswell, J. (1998) *Qualitative inquiry and research design: choosing among five traditions*. Thousand Oaks: Sage Publications.

Cot, J. P.; Mounier, J. P. (1974). *Pour une sociologie politique* (Vol. 65). Éditions du Seuil.

Coutinho, C. P. (2015) *Metodologia de investigação em Ciências Sociais e Humanas: teoria e prática*. Coimbra: Almedina.

De Castro, L. R. (2009) Juventude e socialização política: atualizando o debate in *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, vol. 25. Rio de Janeiro: UFRJ, pp. 479-487.

DiMaggio, P; Hargittai, E. (2001) From the ‘digital divide’ to ‘digital inequality’: studying Internet use as penetration increases in *Princeton University*, 4.1, pp. 1-21.

Do Espírito Santo, P. (2006) *Sociologia política e eleitoral*. Lisboa: ISCSP.

Dos Santos, A. L. (2008) *Religião e política: socialização e cultura política entre a juventude da igreja pentecostal Assembleia de Deus em Porto Alegre – RS*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Dubar, C. (1997) *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. Porto: Porto Editora.

Durkheim, E. (2007) *As regras do método sociológico*. 3ª Ed. São Paulo: Martins Fontes.

Easton, D., & Dennis, J. (1967). The child's acquisition of regime norms: Political efficacy in *American Political Science Review*, 61(1), Cambridge: Cambridge University Press, pp. 25-38.

Ekström, M.; Olsson, T.; Shehata A. (2014) Spaces for public orientation? Longitudinal effects of Internet use in adolescence in *Information, Communication & Society*, 17:2, pp. 168-183, DOI: 10.1080/1369118X.2013.862288. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1080/1369118X.2013.862288>. Acesso em 17 de julho de 2018.

Elias, N. (1983) *A sociedade dos indivíduos*. Lisboa: D. Quixote.

Fernandes, F. (org.). (1989) *Marx-Engels*. São Paulo: Ática.

- Freud, S. (2006) *O ego e o Id e outros trabalhos (1923-1925)*. Rio de Janeiro: Imago.
- Flyvbjerg, R. (2011) Case study in Denzin, N. K.; Lincoln, Y.S. *The SAGE Handbook of Qualitative Research*. Thousand Oaks: SAGE Publications.
- Gerbaudo, P. (2012) *Tweets and the streets. social media and contemporary activism*. London: PlutoPress.
- Goode, W. J.; Hatt, P. K. (1972) *Métodos em pesquisa social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Goolsbee, A.; Guryan J. (2006) The Impact of Internet Subsidies in Public Schools in *The Review of Economics and Statistics*, 88.2, pp. 336-347.
- Hargittai, E. (2001) *Second-level digital divide: mapping differences in people's online skills*, arXiv eprint cs/0109068. Disponível em <https://arxiv.org/pdf/cs/0109068.pdf> . Acesso em 23 de setembro de 2018.
- Harris, C.; Straker, L.; Pollock, C. (2017) *A socioeconomic related 'digital divide' exists in how, not if, young people use computers*. PLoS ONE, 12.3: e0175011. Disponível em <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0175011>. Acesso em 01 de abril de 2017.
- Hoffman, D. L.; Novak, T. P. (1998) *Bridging the digital divide: the impact of race on computer access and Internet use*. Nashville: Vanderbilt University.
- Howland, J. S. (1998) The 'Digital Divide': are we becoming a world of technological 'have' and 'have-nots'? in *The Electronic Library*, 16.5, pp. 287-289.
- Hyman, H. (1969) *Political socialization: a study in Psychology of political behavior*. Free Press.
- Jurich, S. (2000) The informational revolution and the digital divide. A review of literature in *TechKnowLogia*, 2.1, pp. 42-44.
- Jung, J. Y. (2008) Internet connectedness and its social origins: an ecological approach to postaccess digital divides. *Communication Studies*, 59.4, pp. 322-339.
- Kohlberg, L. (1969). *Stage and sequence: the cognitive-developmental approach to socialization*. Chicago: Rand McNally.

Kranzberg, M. (1986) Technology and History: “Kranzberg’s Laws”. In *Technology and culture*, 27.3, pp. 544-560.

Le Bon, G. (n.d.) *Psicologia das multidões*. Mem Martins: Publicações Europa-América.

Leuven, E.; Lindahl, M.; Oosterbeek, H.; Webbink, D. (2007) The Effect of Extra Funding for Disadvantaged Pupils on Achievement. *Review of Economics and Statistics*, 89.4, pp. 721-736.

Machado, M. B. (1980) *Ideologia, socialização política e dominação*. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa.

Malini, F. (2007). A opinião pública distribuída: blogs e jornalismo nas Eleições Brasileiras de 2006. In *E-Compós* (Vol. 9).

Malini, F. & Antoun, H. (2011). Monitoramento, vazamentos e anonimato nas revoluções democráticas das redes sociais da internet. *Fronteiras-estudos midiáticos*, 14(2), pp. 68-76.

Malini, F. & Herkenhoff, G. (2009). A ciberpolítica nas eleições municipais de 2008: da obstrução à produtividade da comunicação na rede. In *Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*. Rio de Janeiro: XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste.

Mann, P. (1970). *Método de Investigação Social*. Rio de Janeiro: Zahar.

Martin-Barbero, J. (1997) *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ.

Marx, K.; Engels, F. (1998) *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes.

Martins, M. A. M. (2004). *Participação política e democracia: o caso português 1976-2000*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Minucelli, C. P. (2015). *Participação, cultura e socialização política juvenil em Cascavel/PR: um estudo a partir dos movimentos em rede*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Toledo: Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Moretzsohn, S. (2012) O mundo “divertido”: o fetiche da internet e a mobilização política nas redes sociais in *Revista Direitos Emergentes na Sociedade Global*, v.1, n.2. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, pp. 310-327.

Neri, M. (Coord.) (2012). *Mapa da inclusão digital*. Rio de Janeiro: FGV, CPS.

Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD) (2001) *Understanding the digital divide*. Paris: OECD Publications.

Organização das Nações Unidas (ONU). (2015) *The Millenium Development Goals Report 2015*. New York, United Nations.

Penard, T.; Poussing, N.; Mukoko, B; Piaptie, G. B. T. (2015) Internet adoption and usage patterns in Africa: evidence from Cameroon. *Elsevier, Technology in Society*, 42, pp. 71-80. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1016/j.techsoc.2015.03.004>. Acesso em 10 de julho de 2017.

Percheron, A. (1993). *La socialisation politique*. Paris: Armand Colin.

Piaget, J. (1994). *O juízo moral na criança*. São Paulo: Grupo Editorial Summus.

Quintelier, E. (2015). Engaging adolescents in politics: the longitudinal effect of political socialization agentes in *Youth & Society*, 47(1), pp. 51-69.

Quivy, R.; Campenhoudt, L. V. (1992) *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva Publicações.

Ribeiro, R. J. (2001) *A democracia*. São Paulo: Publifolha.

Roballo, J. H. M. (2011) *Cultura política, socialização política e internet: um estudo de caso com os estudantes de Ensino Médio de Rio Pardo/RS*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Robinson, J. P.; DiMaggio, P.; Hargittai, E. (2003) New social survey perspectives on the digital divide. *IT&Society*, 1.5, pp. 1-22.

Santos, B. S. S. (2002) *Democracia e participação: o caso do orçamento participativo em Porto Alegre*. Porto: Edições Afrontamento.

- Schneider, M. (2015). *A dialética do gosto: informação, música e política*. Rio de Janeiro: Circuito.
- Selwyn, N. (2004) Reconsidering political and popular understanding of the digital divide. *New media & society*, 6.3, pp. 341-362.
- Sorj, B.; Guedes, E. (2005) Exclusão digital: problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas. *CEBRAP: Novos Estudos*, 72, pp. 101-117.
- Strover, S. (1999) Rural Internet connectivity. *Telecommunications policy*, 25.5, pp. 331-347.
- Tarde, G. (1991) *A opinião e a multidão*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Tashakkori, A.; Teddlie, C. (1998). *Mixed methodology: Combining qualitative and quantitative approaches*. Sage.
- Van Dijk, J. (2002) A framework for digital divide research in *The Electronic Journal of Communication*, 12, 1-2.
- Van Dijk, J.; Hacker, K. (2003) The digital divide as a complex and dynamic phenomenon in *The Information Society*, 19, pp. 315-326.
- Vandenbergh, F.; Peres, M. R. F. (2005). *As sociologias de Georg Simmel*. Bauru: EdUSC.
- Verba, S., Nie, N. H., & Kim, J. O. (1987). *Participation and political equality: a seven-nation comparison*. Chicago: University of Chicago Press.
- Verón, E. (1977) *Ideologia, estrutura e comunicação*. São Paulo: Cultrix.
- Vieira Pinto, A. (2005) *O conceito de tecnologia, vols 1 e 2*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Warf, B. (2001) Segueways into cyberspace: multiple geographies of the digital divide in *Environment and Planning B: Planning and Design*, 29.1, pp. 3-19. Disponível em [https://www.researchgate.net/profile/Barney\\_Warf/publication/23541240\\_Segueways\\_into\\_Cyberspace\\_Multiple\\_Geographies\\_of\\_the\\_Digital\\_Divide/links/542c0dec0cf277d58e8ab269/Segueways-into-Cyberspace-Multiple-Geographies-of-the-Digital-Divide.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Barney_Warf/publication/23541240_Segueways_into_Cyberspace_Multiple_Geographies_of_the_Digital_Divide/links/542c0dec0cf277d58e8ab269/Segueways-into-Cyberspace-Multiple-Geographies-of-the-Digital-Divide.pdf) . Acesso em 23 de setembro de 2018.



Warschauer, M. (2002) Reconceptualizing the digital divide in *First Monday*, 7.7, pp. 1-11. Disponível em <http://uncommonculture.org/ojs/index.php/fm/article/view/967/888> . Acesso em 23 de setembro de 2018.

\_\_\_\_\_. (2003) Dissecting the ‘Digital Divide’: a case study in Egypt in *The Information Society*, 19, pp. 297-304.

Wiener, N. (1985) *Cybernetics or control and communication in the animal and the machine*. Cambridge: The M.I.T. Press.

Wilson, K. R; Wallin, J. S.; Reiser, C. (2003) Social stratification and the digital divide in *Social Science Computer Review*, 21.2, pp. 133-143.

Wolf, M. (1999) *Teorias da comunicação*. Lisboa: Presença.

Wresch, W. (1996) *Disconnected: Haves and Have-nots in the Information Age*. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press.

Xenos, A. V. M.; Loader, B. L. (2014) The great equalizer? Patterns of social media use and youth political engagement in three advanced democracies in *Information, Communication & Society*, 17:2, pp. 151-167, DOI: 10.1080/1369118X.2013.871318

## **ANEXO 1 - Questionário**

## **Apêndice 1 - Questionário**

## ANEXO 1 - Questionário

Este questionário faz parte da pesquisa de mestrado de Lucas Augusto da Silva em desenvolvimento no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade de Lisboa com o propósito de estudar o grau de acessibilidade digital e sua eventual relação com o seu comportamento político.

Por favor, leia cuidadosamente as perguntas e dê uma resposta única a cada questão, exceto quando houver explícita indicação em contrário, assinalando com um X a opção que pretende escolher.

As respostas são anônimas, confidenciais e destinam-se exclusivamente a uma análise coletiva.

### Informações gerais:

#### 1. Identificação:

2. Sexo: ☐ Masculino <sup>(1)</sup> ☐ Feminino <sup>(2)</sup>

3. Idade: \_\_\_\_\_

4. Município de domicílio: \_\_\_\_\_

#### 5. Nível de escolaridade da mãe:

- ☐ Sem escolaridade <sup>(1)</sup> ☐ Ensino fundamental incompleto <sup>(2)</sup>  
☐ Ensino médio incompleto <sup>(3)</sup>  
☐ Ensino superior incompleto <sup>(4)</sup> ☐ Ensino superior completo <sup>(5)</sup>  
☐ Não sei / Não respondo <sup>(6)</sup>

#### 6. Nível de escolaridade do pai:

- ☐ Sem escolaridade <sup>(1)</sup> ☐ Ensino fundamental incompleto <sup>(2)</sup>  
☐ Ensino médio incompleto <sup>(3)</sup>  
☐ Ensino superior incompleto <sup>(4)</sup> ☐ Ensino superior completo <sup>(5)</sup>  
☐ Não sei / Não respondo <sup>(6)</sup>

#### 7. Profissão atual da mãe: \_\_\_\_\_

#### 8. Profissão atual do pai: \_\_\_\_\_

9. Rendimento familiar: (considere todos aqueles que moram com você e que possuem rendimentos regulares. Se não souber a resposta exata, indique a opção que mais se aproxima.) \*Um salário mínimo na data da pesquisa: R\$ 937,00

- ☐ Até um salário mínimo <sup>(1)</sup> ☐ De um a três salários mínimos <sup>(2)</sup>  
☐ De três a cinco salários mínimos <sup>(3)</sup>  
☐ Acima de cinco salários mínimos <sup>(4)</sup>  
☐ Não sei / Não respondo <sup>(5)</sup>

### Questões sobre acessibilidade material à internet:

#### 10. Quantos computadores/notebooks com acesso à internet em casa?

- ☐ 0 <sup>(1)</sup> ☐ 1 <sup>(2)</sup> ☐ 2 <sup>(3)</sup>  
☐ 3 <sup>(4)</sup> ☐ 4 <sup>(5)</sup> ☐ 5 <sup>(6)</sup> ☐ Mais de 5 <sup>(7)</sup>

(Se a resposta for ☐ 0, passar à questão 12)

#### 11. Qualidade do acesso à internet em casa (caso a qualidade varie, identifique, por favor, a opção que corresponde à situação mais comum):

<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Muito ruim: nunca / praticamente nunca consigo acessar aos sites que preciso <sup>(1)</sup>	Ruim: navego de 30 minutos a 1 hora sem problemas de conexão (queda / redução de velocidade) <sup>(2)</sup>	Regular / Média: navego de 1 a 2 horas sem problemas de conexão (queda / redução de velocidade) <sup>(3)</sup>	Boa: navego de 2 a 3 horas sem problemas de conexão (queda / redução de velocidade) <sup>(4)</sup>	Muito boa: navego por mais de 3 horas sem problemas de conexão (queda / redução de velocidade) <sup>(5)</sup>	Excelente: nunca / praticamente nunca tem problemas de conexão (queda / redução de velocidade) <sup>(6)</sup>

#### 12. Possui celular próprio?

☐ Sim <sup>(1)</sup> ☐ Não <sup>(2)</sup>

(Se a resposta for ☐ Não, passar à questão 16)

#### 13. Se sim, possui celular com acesso à internet?

☐ Sim <sup>(1)</sup> ☐ Não <sup>(2)</sup>

(Se a resposta for ☐ Não, passar à questão 16)

#### 14. Se sim, por qual tecnologia?

☐ Apenas wi-fi <sup>(1)</sup> ☐ Wi-fi e 3G ou 4G <sup>(2)</sup>

#### 15. Qualidade do acesso à internet no celular (caso a qualidade varie, identifique, por favor, a opção que corresponde à situação mais comum):

<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Muito ruim <sup>(1)</sup>	Ruim <sup>(2)</sup>	Regular / Média <sup>(3)</sup>	Boa <sup>(4)</sup>	Muito boa <sup>(5)</sup>	Excelente <sup>(6)</sup>

#### 16. Costuma acessar à internet fora de casa?

☐ Sim <sup>(1)</sup> ☐ Não <sup>(2)</sup>

(Se a resposta for ☐ Não, passar à questão 19)

#### 17. Onde? (Indique todas as que se aplicam, podendo marcar, neste caso, mais de uma resposta)

- ☐ Lan House <sup>(1)</sup> ☐ Casa de amigos ou parentes <sup>(2)</sup>  
☐ Trabalho <sup>(3)</sup> ☐ Cursos <sup>(4)</sup>  
☐ Outro. Onde? \_\_\_\_\_ <sup>(5)</sup>

#### 18. Qualidade do acesso à internet nos locais citados na questão anterior (caso a qualidade varie, identifique, por favor, a opção que corresponde à situação mais comum):

<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Muito ruim <sup>(1)</sup>	Ruim <sup>(2)</sup>	Regular / Média <sup>(3)</sup>	Boa <sup>(4)</sup>	Muito boa <sup>(5)</sup>	Excelente <sup>(6)</sup>

### Questões sobre interesses em novas TICs:

Para as questões abaixo, marque com um X no ☐ o seu grau de concordância com as afirmações seguintes na escala de 0 a 5, na qual 0 significa “Discordo completamente” e 5 “Concordo completamente”.

19. “Eu tenho interesse por novas tecnologias e me sinto estimulado a aprender a utilizá-las.”

0 <input type="checkbox"/> <sup>(1)</sup>	1 <input type="checkbox"/> <sup>(2)</sup>	2 <input type="checkbox"/> <sup>(3)</sup>	3 <input type="checkbox"/> <sup>(4)</sup>	4 <input type="checkbox"/> <sup>(5)</sup>	5 <input type="checkbox"/> <sup>(6)</sup>
---	---	---	---	---	---

20. “Eu gosto de estar atualizado sobre o desenvolvimento de novos computadores e celulares.”

0 <input type="checkbox"/> <sup>(1)</sup>	1 <input type="checkbox"/> <sup>(2)</sup>	2 <input type="checkbox"/> <sup>(3)</sup>	3 <input type="checkbox"/> <sup>(4)</sup>	4 <input type="checkbox"/> <sup>(5)</sup>	5 <input type="checkbox"/> <sup>(6)</sup>
---	---	---	---	---	---

21. “Eu tenho paciência para aprender a utilizar novos dispositivos tecnológicos (computadores, celulares, programas e aplicativos).”

0 <input type="checkbox"/> <sup>(1)</sup>	1 <input type="checkbox"/> <sup>(2)</sup>	2 <input type="checkbox"/> <sup>(3)</sup>	3 <input type="checkbox"/> <sup>(4)</sup>	4 <input type="checkbox"/> <sup>(5)</sup>	5 <input type="checkbox"/> <sup>(6)</sup>
---	---	---	---	---	---

22. “Eu gosto de explorar novos sites e tenho curiosidade sobre assuntos relacionados a Internet.”

0 <input type="checkbox"/> <sup>(1)</sup>	1 <input type="checkbox"/> <sup>(2)</sup>	2 <input type="checkbox"/> <sup>(3)</sup>	3 <input type="checkbox"/> <sup>(4)</sup>	4 <input type="checkbox"/> <sup>(5)</sup>	5 <input type="checkbox"/> <sup>(6)</sup>
---	---	---	---	---	---

## ANEXO 1 - Questionário

Questões sobre habilidades no uso das TICs:

**23. Frequentou nos últimos 5 anos algum curso dedicado à formação digital ou aprendizagem de algum *software* / programa de computador, fora das disciplinas tradicionais da sua escola?**

☐ Sim <sup>(1)</sup> ☐ Não <sup>(2)</sup>

(Se a resposta for ☐ Não, passar à questão 25)

**24. Se sim, o(s) curso(s) era(m) gratuito(s)? (Em caso de ter frequentado mais de um curso, indicar “sim” caso ao menos um deles tenha sido gratuito)**

☐ Sim <sup>(1)</sup> ☐ Não <sup>(2)</sup>

A partir das afirmações abaixo, favor informar a frequência com que você se identifica, na qual **0** significa “Nunca” e **5** significa “Sempre”:

**25. “Consigo encontrar tudo que preciso na *Internet* sem o auxílio de outra(s) pessoa(s).”**

0 <input type="checkbox"/> <sup>(1)</sup>	1 <input type="checkbox"/> <sup>(2)</sup>	2 <input type="checkbox"/> <sup>(3)</sup>	3 <input type="checkbox"/> <sup>(4)</sup>	4 <input type="checkbox"/> <sup>(5)</sup>	5 <input type="checkbox"/> <sup>(6)</sup>
---	---	---	---	---	---

**26. “Consigo resolver problemas de conexão sem o auxílio de outra(s) pessoa(s).”**

0 <input type="checkbox"/> <sup>(1)</sup>	1 <input type="checkbox"/> <sup>(2)</sup>	2 <input type="checkbox"/> <sup>(3)</sup>	3 <input type="checkbox"/> <sup>(4)</sup>	4 <input type="checkbox"/> <sup>(5)</sup>	5 <input type="checkbox"/> <sup>(6)</sup>
---	---	---	---	---	---

Questões sobre finalidades no uso das TICs:

**27. Na lista abaixo, favor informar a frequência com que você acessa os *websites* indicados, na qual **0** significa “Nunca consulto” e **5** significa “Consulta muito”:**

**27.1. Redes sociais (Facebook, Instagram, Twitter ou outras)**

0 <input type="checkbox"/> <sup>(1)</sup>	1 <input type="checkbox"/> <sup>(2)</sup>	2 <input type="checkbox"/> <sup>(3)</sup>	3 <input type="checkbox"/> <sup>(4)</sup>	4 <input type="checkbox"/> <sup>(5)</sup>	5 <input type="checkbox"/> <sup>(6)</sup>
---	---	---	---	---	---

**27.2. Sites de notícias**

0 <input type="checkbox"/> <sup>(1)</sup>	1 <input type="checkbox"/> <sup>(2)</sup>	2 <input type="checkbox"/> <sup>(3)</sup>	3 <input type="checkbox"/> <sup>(4)</sup>	4 <input type="checkbox"/> <sup>(5)</sup>	5 <input type="checkbox"/> <sup>(6)</sup>
---	---	---	---	---	---

**27.3. Sites de esportes**

0 <input type="checkbox"/> <sup>(1)</sup>	1 <input type="checkbox"/> <sup>(2)</sup>	2 <input type="checkbox"/> <sup>(3)</sup>	3 <input type="checkbox"/> <sup>(4)</sup>	4 <input type="checkbox"/> <sup>(5)</sup>	5 <input type="checkbox"/> <sup>(6)</sup>
---	---	---	---	---	---

**27.4. Sites para ouvir música ou assistir a vídeos**

0 <input type="checkbox"/> <sup>(1)</sup>	1 <input type="checkbox"/> <sup>(2)</sup>	2 <input type="checkbox"/> <sup>(3)</sup>	3 <input type="checkbox"/> <sup>(4)</sup>	4 <input type="checkbox"/> <sup>(5)</sup>	5 <input type="checkbox"/> <sup>(6)</sup>
---	---	---	---	---	---

**27.5. Sites de compras**

0 <input type="checkbox"/> <sup>(1)</sup>	1 <input type="checkbox"/> <sup>(2)</sup>	2 <input type="checkbox"/> <sup>(3)</sup>	3 <input type="checkbox"/> <sup>(4)</sup>	4 <input type="checkbox"/> <sup>(5)</sup>	5 <input type="checkbox"/> <sup>(6)</sup>
---	---	---	---	---	---

**27.6. Sites de jogos**

0 <input type="checkbox"/> <sup>(1)</sup>	1 <input type="checkbox"/> <sup>(2)</sup>	2 <input type="checkbox"/> <sup>(3)</sup>	3 <input type="checkbox"/> <sup>(4)</sup>	4 <input type="checkbox"/> <sup>(5)</sup>	5 <input type="checkbox"/> <sup>(6)</sup>
---	---	---	---	---	---

**27.7. Costumo acessar outros. Quais?**

Resposta: \_\_\_\_\_

Questões sobre socialização política:

**28. Possui título de eleitor?**

☐ Sim <sup>(1)</sup> ☐ Não <sup>(2)</sup>

DA SILVA, 2018.

ISCSP/ULISBOA

**29. Por quê?**

Resposta: \_\_\_\_\_

**30. Você é filiado a algum partido político?**

☐ Sim <sup>(1)</sup> ☐ Não <sup>(2)</sup>

**31. Por quê?**

Resposta: \_\_\_\_\_

(Se a resposta à questão n. 30 for ☐ Não, passar à questão 33)

**32. Qual?**

Resposta: \_\_\_\_\_

**33. Dentre os partidos políticos abaixo, com qual deles você mais simpatiza (pode escolher mais de uma resposta)?**

☐ PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) <sup>(1)</sup>

☐ PT (Partido dos Trabalhadores) <sup>(2)</sup>

☐ PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) <sup>(3)</sup>

☐ PP (Partido Progressista) <sup>(4)</sup>

☐ PDT (Partido Democrático Trabalhista) <sup>(5)</sup>

☐ PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) <sup>(6)</sup>

☐ DEM (Democratas) <sup>(7)</sup>

☐ PR (Partido da República) <sup>(8)</sup>

☐ PSB (Partido Socialista Brasileiro) <sup>(9)</sup>

☐ PPS (Partido Popular Socialista) <sup>(10)</sup>

☐ Outro(s). Qual(is)?

Resposta: \_\_\_\_\_ <sup>(11)</sup>

**34. Por quê?**

Resposta: \_\_\_\_\_

Para as questões abaixo, indique no ☐ o seu grau de concordância com as afirmações seguintes na escala de **0** a **5**, na qual **0** significa “*Discordo completamente*” e **5** “*Concordo completamente*”.

**35. “Me interesse por assuntos relacionados a política.”**

0 <input type="checkbox"/> <sup>(1)</sup>	1 <input type="checkbox"/> <sup>(2)</sup>	2 <input type="checkbox"/> <sup>(3)</sup>	3 <input type="checkbox"/> <sup>(4)</sup>	4 <input type="checkbox"/> <sup>(5)</sup>	5 <input type="checkbox"/> <sup>(6)</sup>
---	---	---	---	---	---

**36. “Acredito que seja importante acompanhar notícias sobre política.”**

0 <input type="checkbox"/> <sup>(1)</sup>	1 <input type="checkbox"/> <sup>(2)</sup>	2 <input type="checkbox"/> <sup>(3)</sup>	3 <input type="checkbox"/> <sup>(4)</sup>	4 <input type="checkbox"/> <sup>(5)</sup>	5 <input type="checkbox"/> <sup>(6)</sup>
---	---	---	---	---	---

**37. “Acredito que posso participar ativamente na política.”**

0 <input type="checkbox"/> <sup>(1)</sup>	1 <input type="checkbox"/> <sup>(2)</sup>	2 <input type="checkbox"/> <sup>(3)</sup>	3 <input type="checkbox"/> <sup>(4)</sup>	4 <input type="checkbox"/> <sup>(5)</sup>	5 <input type="checkbox"/> <sup>(6)</sup>
---	---	---	---	---	---

**38. “Confio nas instituições políticas do meu país.”**

0 <input type="checkbox"/> <sup>(1)</sup>	1 <input type="checkbox"/> <sup>(2)</sup>	2 <input type="checkbox"/> <sup>(3)</sup>	3 <input type="checkbox"/> <sup>(4)</sup>	4 <input type="checkbox"/> <sup>(5)</sup>	5 <input type="checkbox"/> <sup>(6)</sup>
---	---	---	---	---	---

**39. “Participo ou pretendo participar de instituições e manifestações de rua sobre assuntos políticos sempre que posso.”**

## ANEXO 1 - Questionário

0 <input type="checkbox"/> <sup>(1)</sup>	1 <input type="checkbox"/> <sup>(2)</sup>	2 <input type="checkbox"/> <sup>(3)</sup>	3 <input type="checkbox"/> <sup>(4)</sup>	4 <input type="checkbox"/> <sup>(5)</sup>	5 <input type="checkbox"/> <sup>(6)</sup>
---	---	---	---	---	---

40. “Acredito ser possível manter relacionamentos pessoais com colegas que não têm a mesma opinião que eu sobre assuntos políticos.”

0 <input type="checkbox"/> <sup>(1)</sup>	1 <input type="checkbox"/> <sup>(2)</sup>	2 <input type="checkbox"/> <sup>(3)</sup>	3 <input type="checkbox"/> <sup>(4)</sup>	4 <input type="checkbox"/> <sup>(5)</sup>	5 <input type="checkbox"/> <sup>(6)</sup>
---	---	---	---	---	---

41. “Acredito que uma regra pode ser descumprida caso seja injusta.”

0 <input type="checkbox"/> <sup>(1)</sup>	1 <input type="checkbox"/> <sup>(2)</sup>	2 <input type="checkbox"/> <sup>(3)</sup>	3 <input type="checkbox"/> <sup>(4)</sup>	4 <input type="checkbox"/> <sup>(5)</sup>	5 <input type="checkbox"/> <sup>(6)</sup>
---	---	---	---	---	---

42. “Acredito que o governo pode suspender direitos de pessoas ou instituições que ameacem a organização social estabelecida.”

0 <input type="checkbox"/> <sup>(1)</sup>	1 <input type="checkbox"/> <sup>(2)</sup>	2 <input type="checkbox"/> <sup>(3)</sup>	3 <input type="checkbox"/> <sup>(4)</sup>	4 <input type="checkbox"/> <sup>(5)</sup>	5 <input type="checkbox"/> <sup>(6)</sup>
---	---	---	---	---	---

43. Dentre as características listadas abaixo, favor selecionar as duas que te fariam desistir de votar em um candidato a um cargo político:

- ☐ Acusação de corrupção <sup>(1)</sup>    ☐ Condenação por corrupção <sup>(2)</sup>  
☐ Autoritarismo <sup>(3)</sup>  
☐ Intolerância com opiniões diferentes <sup>(4)</sup>  
☐ Filiação a um partido político com o qual não me identifico <sup>(5)</sup>  
☐ Falta de conhecimentos ou preparo para o cargo <sup>(6)</sup>  
☐ Outra(s). Qual(is)?

\_\_\_\_\_ . <sup>(7)</sup>

A partir das afirmações abaixo, favor informar a frequência com que você se identifica, na qual 0 significa “Nunca” e 5 significa “Sempre” :

### [FAMÍLIA | CASA]

44. “Meus pais me consultam nas tomadas de decisões domésticas.”

0 <input type="checkbox"/> <sup>(1)</sup>	1 <input type="checkbox"/> <sup>(2)</sup>	2 <input type="checkbox"/> <sup>(3)</sup>	3 <input type="checkbox"/> <sup>(4)</sup>	4 <input type="checkbox"/> <sup>(5)</sup>	5 <input type="checkbox"/> <sup>(6)</sup>
---	---	---	---	---	---

45. “Meus pais conversam sobre assuntos políticos em casa.”

0 <input type="checkbox"/> <sup>(1)</sup>	1 <input type="checkbox"/> <sup>(2)</sup>	2 <input type="checkbox"/> <sup>(3)</sup>	3 <input type="checkbox"/> <sup>(4)</sup>	4 <input type="checkbox"/> <sup>(5)</sup>	5 <input type="checkbox"/> <sup>(6)</sup>
---	---	---	---	---	---

46. “Eu e meus pais concordamos na maior parte das opiniões políticas.”

0 <input type="checkbox"/> <sup>(1)</sup>	1 <input type="checkbox"/> <sup>(2)</sup>	2 <input type="checkbox"/> <sup>(3)</sup>	3 <input type="checkbox"/> <sup>(4)</sup>	4 <input type="checkbox"/> <sup>(5)</sup>	5 <input type="checkbox"/> <sup>(6)</sup>
---	---	---	---	---	---

### [ESCOLA]

47. “Professores e/ou diretor da minha escola me consultam nas tomadas de decisões.”

0 <input type="checkbox"/> <sup>(1)</sup>	1 <input type="checkbox"/> <sup>(2)</sup>	2 <input type="checkbox"/> <sup>(3)</sup>	3 <input type="checkbox"/> <sup>(4)</sup>	4 <input type="checkbox"/> <sup>(5)</sup>	5 <input type="checkbox"/> <sup>(6)</sup>
---	---	---	---	---	---

48. “Professores conversam sobre assuntos políticos na sala de aula.”

0 <input type="checkbox"/> <sup>(1)</sup>	1 <input type="checkbox"/> <sup>(2)</sup>	2 <input type="checkbox"/> <sup>(3)</sup>	3 <input type="checkbox"/> <sup>(4)</sup>	4 <input type="checkbox"/> <sup>(5)</sup>	5 <input type="checkbox"/> <sup>(6)</sup>
---	---	---	---	---	---

49. “Eu e meus professores concordamos na maior parte dos assuntos políticos.”

0 <input type="checkbox"/> <sup>(1)</sup>	1 <input type="checkbox"/> <sup>(2)</sup>	2 <input type="checkbox"/> <sup>(3)</sup>	3 <input type="checkbox"/> <sup>(4)</sup>	4 <input type="checkbox"/> <sup>(5)</sup>	5 <input type="checkbox"/> <sup>(6)</sup>
---	---	---	---	---	---

50. “Converso com meus colegas de escola sobre assuntos políticos.”

0 <input type="checkbox"/> <sup>(1)</sup>	1 <input type="checkbox"/> <sup>(2)</sup>	2 <input type="checkbox"/> <sup>(3)</sup>	3 <input type="checkbox"/> <sup>(4)</sup>	4 <input type="checkbox"/> <sup>(5)</sup>	5 <input type="checkbox"/> <sup>(6)</sup>
---	---	---	---	---	---

51. “Eu e meus colegas concordamos na maior parte dos assuntos políticos.”

0 <input type="checkbox"/> <sup>(1)</sup>	1 <input type="checkbox"/> <sup>(2)</sup>	2 <input type="checkbox"/> <sup>(3)</sup>	3 <input type="checkbox"/> <sup>(4)</sup>	4 <input type="checkbox"/> <sup>(5)</sup>	5 <input type="checkbox"/> <sup>(6)</sup>
---	---	---	---	---	---

### [RELIGIÃO]

52. “Acredito que minha religião influencia minhas opiniões políticas.”

0 <input type="checkbox"/> <sup>(1)</sup>	1 <input type="checkbox"/> <sup>(2)</sup>	2 <input type="checkbox"/> <sup>(3)</sup>	3 <input type="checkbox"/> <sup>(4)</sup>	4 <input type="checkbox"/> <sup>(5)</sup>	5 <input type="checkbox"/> <sup>(6)</sup>
---	---	---	---	---	---

53. “Converso com pessoas da mesma religião que a minha sobre assuntos políticos.”

0 <input type="checkbox"/> <sup>(1)</sup>	1 <input type="checkbox"/> <sup>(2)</sup>	2 <input type="checkbox"/> <sup>(3)</sup>	3 <input type="checkbox"/> <sup>(4)</sup>	4 <input type="checkbox"/> <sup>(5)</sup>	5 <input type="checkbox"/> <sup>(6)</sup>
---	---	---	---	---	---

54. “Os líderes religiosos nos quais acredito me consultam nas tomadas de decisões relacionadas à comunidade religiosa da qual faço parte.”

0 <input type="checkbox"/> <sup>(1)</sup>	1 <input type="checkbox"/> <sup>(2)</sup>	2 <input type="checkbox"/> <sup>(3)</sup>	3 <input type="checkbox"/> <sup>(4)</sup>	4 <input type="checkbox"/> <sup>(5)</sup>	5 <input type="checkbox"/> <sup>(6)</sup>
---	---	---	---	---	---

55. “Os líderes religiosos nos quais acredito costumam abordar assuntos de conteúdo político.”

0 <input type="checkbox"/> <sup>(1)</sup>	1 <input type="checkbox"/> <sup>(2)</sup>	2 <input type="checkbox"/> <sup>(3)</sup>	3 <input type="checkbox"/> <sup>(4)</sup>	4 <input type="checkbox"/> <sup>(5)</sup>	5 <input type="checkbox"/> <sup>(6)</sup>
---	---	---	---	---	---

### [MÍDIA]

56. “Me interesse por notícias veiculadas sobre política”

0 <input type="checkbox"/> <sup>(1)</sup>	1 <input type="checkbox"/> <sup>(2)</sup>	2 <input type="checkbox"/> <sup>(3)</sup>	3 <input type="checkbox"/> <sup>(4)</sup>	4 <input type="checkbox"/> <sup>(5)</sup>	5 <input type="checkbox"/> <sup>(6)</sup>
---	---	---	---	---	---

57. Dentre os veículos de comunicação abaixo, favor informar a frequência com que você costuma acessá-los numa escala de 0 a 5, na qual 0 significa “Nunca” e 5 significa “Muito frequentemente” :

57.1. Sites de notícias

0 <input type="checkbox"/> <sup>(1)</sup>	1 <input type="checkbox"/> <sup>(2)</sup>	2 <input type="checkbox"/> <sup>(3)</sup>	3 <input type="checkbox"/> <sup>(4)</sup>	4 <input type="checkbox"/> <sup>(5)</sup>	5 <input type="checkbox"/> <sup>(6)</sup>
---	---	---	---	---	---

57.2. Televisão

0 <input type="checkbox"/> <sup>(1)</sup>	1 <input type="checkbox"/> <sup>(2)</sup>	2 <input type="checkbox"/> <sup>(3)</sup>	3 <input type="checkbox"/> <sup>(4)</sup>	4 <input type="checkbox"/> <sup>(5)</sup>	5 <input type="checkbox"/> <sup>(6)</sup>
---	---	---	---	---	---

57.3. Jornais impressos

0 <input type="checkbox"/> <sup>(1)</sup>	1 <input type="checkbox"/> <sup>(2)</sup>	2 <input type="checkbox"/> <sup>(3)</sup>	3 <input type="checkbox"/> <sup>(4)</sup>	4 <input type="checkbox"/> <sup>(5)</sup>	5 <input type="checkbox"/> <sup>(6)</sup>
---	---	---	---	---	---

57.4. Rádio

0 <input type="checkbox"/> <sup>(1)</sup>	1 <input type="checkbox"/> <sup>(2)</sup>	2 <input type="checkbox"/> <sup>(3)</sup>	3 <input type="checkbox"/> <sup>(4)</sup>	4 <input type="checkbox"/> <sup>(5)</sup>	5 <input type="checkbox"/> <sup>(6)</sup>
---	---	---	---	---	---

57.5. Livros

0 <input type="checkbox"/> <sup>(1)</sup>	1 <input type="checkbox"/> <sup>(2)</sup>	2 <input type="checkbox"/> <sup>(3)</sup>	3 <input type="checkbox"/> <sup>(4)</sup>	4 <input type="checkbox"/> <sup>(5)</sup>	5 <input type="checkbox"/> <sup>(6)</sup>
---	---	---	---	---	---

## ANEXO 1 - Questionário

**58.** Na lista abaixo, favor indicar o grau de influência que cada uma delas possui em sua formação política numa escala de 0 a 5 na qual **0** significa “Pouquíssimo” e **5** significa “Muito”.

(**IMPORTANTE:** Na lista abaixo, para cada resposta que seja **3** ou maior que **3**, favor responder à questão anexa “Quem?” indicando somente a relação que a pessoa mantém com você, sem citar nomes (por exemplo: pai, mãe, padre, professor de História, líder do partido x, jogador de futebol, dentre outras possibilidades.))

**58.1.** Parentes (pai, mãe, avô, avó, etc.).

0 <input type="checkbox"/> (1)	1 <input type="checkbox"/> (2)	2 <input type="checkbox"/> (3)	3 <input type="checkbox"/> (4)	4 <input type="checkbox"/> (5)	5 <input type="checkbox"/> (6)
--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------

Quem? \_\_\_\_\_.

**58.2.** Padre / Pastor / Líder religioso.

0 <input type="checkbox"/> (1)	1 <input type="checkbox"/> (2)	2 <input type="checkbox"/> (3)	3 <input type="checkbox"/> (4)	4 <input type="checkbox"/> (5)	5 <input type="checkbox"/> (6)
--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------

Quem? \_\_\_\_\_.

**58.3.** Professor(a)(es)(as).

0 <input type="checkbox"/> (1)	1 <input type="checkbox"/> (2)	2 <input type="checkbox"/> (3)	3 <input type="checkbox"/> (4)	4 <input type="checkbox"/> (5)	5 <input type="checkbox"/> (6)
--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------

Quem? \_\_\_\_\_.

**58.4.** Político(s).

0 <input type="checkbox"/> (1)	1 <input type="checkbox"/> (2)	2 <input type="checkbox"/> (3)	3 <input type="checkbox"/> (4)	4 <input type="checkbox"/> (5)	5 <input type="checkbox"/> (6)
--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------

Quem? \_\_\_\_\_.

**58.5.** Jornalista / Radialista.

0 <input type="checkbox"/> (1)	1 <input type="checkbox"/> (2)	2 <input type="checkbox"/> (3)	3 <input type="checkbox"/> (4)	4 <input type="checkbox"/> (5)	5 <input type="checkbox"/> (6)
--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------

Quem? \_\_\_\_\_.

**58.6.** Figura pública – qualquer pessoa que não se enquadra em nenhuma das definições acima, com a qual não possui contato físico frequente (artista, esportista, empresário, etc.)

0 <input type="checkbox"/> (1)	1 <input type="checkbox"/> (2)	2 <input type="checkbox"/> (3)	3 <input type="checkbox"/> (4)	4 <input type="checkbox"/> (5)	5 <input type="checkbox"/> (6)
--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------

Quem? \_\_\_\_\_.

**58.7.** Influenciador digital – qualquer pessoa que não se enquadra em nenhuma das definições acima e que você acompanha por meio de alguma rede social.

0 <input type="checkbox"/> (1)	1 <input type="checkbox"/> (2)	2 <input type="checkbox"/> (3)	3 <input type="checkbox"/> (4)	4 <input type="checkbox"/> (5)	5 <input type="checkbox"/> (6)
--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------

Quem? \_\_\_\_\_.

Questões sobre socialização política e internet:

Para as afirmações abaixo, favor informar a frequência com que você se identifica numa escala de 0 a 5, na qual **0** significa “Discordo completamente” e **5** significa “Concordo completamente”:

**59.** “Expresso minhas opiniões políticas na internet (por meio de redes sociais, websites, dentre outros veículos).”

0 <input type="checkbox"/> (1)	1 <input type="checkbox"/> (2)	2 <input type="checkbox"/> (3)	3 <input type="checkbox"/> (4)	4 <input type="checkbox"/> (5)	5 <input type="checkbox"/> (6)
--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------

**60.** “Gosto de acompanhar *websites* pessoais e páginas em redes sociais que veiculam informações e notícias sobre política.”

0 <input type="checkbox"/> (1)	1 <input type="checkbox"/> (2)	2 <input type="checkbox"/> (3)	3 <input type="checkbox"/> (4)	4 <input type="checkbox"/> (5)	5 <input type="checkbox"/> (6)
--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------

**61.** “Acredito que as notícias sobre política na *Internet* são confiáveis e imparciais.”

0 <input type="checkbox"/> (1)	1 <input type="checkbox"/> (2)	2 <input type="checkbox"/> (3)	3 <input type="checkbox"/> (4)	4 <input type="checkbox"/> (5)	5 <input type="checkbox"/> (6)
--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------

**62.** “Acredito que a *Internet* é um instrumento bastante produtivo para trocar informações e notícias sobre política.”

0 <input type="checkbox"/> (1)	1 <input type="checkbox"/> (2)	2 <input type="checkbox"/> (3)	3 <input type="checkbox"/> (4)	4 <input type="checkbox"/> (5)	5 <input type="checkbox"/> (6)
--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------

**63.** “Prefiro acompanhar manifestações políticas e/ou partidárias pela *Internet* a qualquer outro meio de comunicação.”

0 <input type="checkbox"/> (1)	1 <input type="checkbox"/> (2)	2 <input type="checkbox"/> (3)	3 <input type="checkbox"/> (4)	4 <input type="checkbox"/> (5)	5 <input type="checkbox"/> (6)
--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------

**64.** “A *Internet* amplia meus conhecimentos sobre política.”

0 <input type="checkbox"/> (1)	1 <input type="checkbox"/> (2)	2 <input type="checkbox"/> (3)	3 <input type="checkbox"/> (4)	4 <input type="checkbox"/> (5)	5 <input type="checkbox"/> (6)
--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------

**65.** “A *Internet* favorece minha atuação política e o exercício da cidadania.”

0 <input type="checkbox"/> (1)	1 <input type="checkbox"/> (2)	2 <input type="checkbox"/> (3)	3 <input type="checkbox"/> (4)	4 <input type="checkbox"/> (5)	5 <input type="checkbox"/> (6)
--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------

**66.** “A *Internet* aproxima os jovens das questões políticas locais e nacionais.”

0 <input type="checkbox"/> (1)	1 <input type="checkbox"/> (2)	2 <input type="checkbox"/> (3)	3 <input type="checkbox"/> (4)	4 <input type="checkbox"/> (5)	5 <input type="checkbox"/> (6)
--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------

Questões abertas (fique à vontade para responder as próximas 3 questões como preferir):

**67.** Qual a importância que você dá à *Internet* como instrumento de exercício da cidadania?

Resposta: \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

(Há mais duas questões na próxima página)

## ANEXO 1 - Questionário

**68.** Você considera que a *Internet* tem impacto no seu conhecimento político e eventual participação sobre a política local ou nacional? Por quê?

Resposta: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**69.** Qual a sua opinião sobre o processo de *impeachment* (impedimento) que afastou Dilma Rousseff do cargo de presidente da república do Brasil?

Resposta: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

